
RAI 2018

Relatório Anual de Informações



POSTALIS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR

Sumário

Apresentação	2
Mensagem do Interventor	3
O Postalis	5
Governança Corporativa	7
.....	7
Gestão Estratégica	12
Destaques	12
Responsabilidade Socioambiental	20
Desempenho Previdenciário	22
Plano Benefício Definido	24
Benefícios Pagos	24
Plano Postalprev	27
Benefícios Pagos	27
Demonstrativo de Investimento	31
.....	31
Composição Patrimonial	31
Demonstrativo das Despesas	37
.....	37
Resultado dos Investimentos	38
.....	38
Síntese da Política de Investimento para 2019-2023	42
Demonstrações Contábeis	44
Notas Explicativas às Demonstrações	54
Análise econômico-financeira	98
.....	98
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	100
Relatório do auditor independente	101
Parecer Atuarial dos Planos BD e Postalprev	117



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Apresentação

O objetivo principal de um fundo de pensão é zelar para que os participantes tenham os seus benefícios futuros garantidos. Assim, quando se fala da gestão de uma entidade que administra planos de benefícios, o assunto principal é o futuro dos participantes.

Controlar como está sendo feita a gestão de um fundo de previdência complementar é tarefa de diferentes atores. A começar pela própria entidade, que deve ter os seus mecanismos de controles internos e de gerenciamento de riscos bem afinados.

Outros atores importantes são o poder público, os patrocinadores e os participantes.

A atuação dos participantes pode acontecer de várias maneiras, uma delas é por meio da leitura do Relatório Anual.

Apresentamos aqui o Relatório Anual de Informações do Postalís 2018, que traz as principais informações sobre os planos no período.

Como grande parte das informações apresentadas é formada por quadros, gráficos, tabelas e termos técnicos, para aqueles quem não tem familiaridade com o assunto, sugerimos a leitura da revista em quadrinhos "[Entendendo as demonstrações contábeis do seu plano de aposentadoria](#)". Por meio de uma conversa entre dois personagens, termos técnicos usados nas demonstrações contábeis são abordados de maneira simples e didática.

Este ano, além da versão em PDF, apresentamos também a versão online, mais dinâmica e de mais fácil acesso.

Boa leitura!



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Mensagem do Interventor

2018 foi um ano de grandes mudanças para o Postalis. O primeiro ano de intervenção. Um ano difícil, de muito trabalho e, provavelmente, o período em que a entidade passou pelo mais profundo processo de transformação de sua história. Hora de arrumar a casa, fortalecer a entidade e prepará-la para os desafios dos próximos anos.

As mudanças começaram por uma abrangente reestruturação organizacional que reduziu o número de gerências e criou as coordenações, gerando economia e melhoria nos processos.

Outros pontos relevantes da reestruturação foram o fortalecimento dos órgãos de controle e governança e a segregação de funções. Neste contexto, trouxemos para o Postalis profissionais reconhecidos no mercado, elaboramos a matriz de riscos e os planos de ação para mitigar os principais riscos apurados e também demos início à estruturação do nosso programa de integridade.

Para ajustar as velas deste barco e colocá-lo na direção certa foram necessários passos arrojados. O encerramento das atividades nos núcleos regionais e a reprecificação dos ativos, com a consequente desvalorização das cotas do PostalPrev e redução significativa na rentabilidade do plano BD são exemplos disso.

Os resultados de 2018 nos mostram que estamos no caminho certo. Nos investimentos, os dois planos tiveram rentabilidade líquida acima da meta. O PostalPrev com 10,9% ante uma meta de 8,6% e o BD com 14,6%, para uma meta de 8,2%.

O trabalho de recuperação de ativos também apresentou bons resultados. No ano, foram recuperados R\$ 70,5 milhões. A expectativa é que outros 216 milhões sejam recuperados até o final de 2019.

Destaca-se também a publicação do balanço contábil antes do prazo legal.

Outro fato relevante é que, pela primeira vez em muitos anos, o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis não trouxe nenhuma ressalva.

O trabalho continua. Temos ainda tarefas muito difíceis pela frente, como tratar a gravíssima situação do plano BD e dar continuidade às ações relacionadas ao banco BNY Mellon.

Em 2018, as prioridades foram a identificação da situação econômico-financeira dos planos, a organização da entidade, a melhoria na governança, a recuperação de ativos e a realização de estudos da estratégia para o plano BD. Para este ano, o nosso foco será a continuidade dos trabalhos de recuperação dos ativos e a definição do futuro do BD.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Todo o trabalho que a intervenção vem desenvolvendo tem sido conduzido em parceria com a equipe de empregados. Sem dúvida, ao final do processo, a entidade terá uma equipe mais preparada, com maior capacidade de análise e agilidade para mudar e se adaptar às novas situações.

Seguimos com a certeza de estar cumprindo os objetivos da intervenção e preparando o Postalís para os desafios que ainda estão por vir.

Walter de Carvalho Parente
Interventor

O Postalis

Entidade fechada de previdência, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da previdência oficial, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e um futuro mais tranquilo para os trabalhadores e suas famílias.

O Postalis está entre os 20 maiores fundos de pensão do Brasil em volume de recursos administrados e é o terceiro do Brasil em número de participantes.

Os recursos do Postalis são provenientes das contribuições dos empregados e da patrocinadora. Esses recursos são aplicados e o resultado dos investimentos é que garantirá o pagamento dos benefícios.

Comprometido com a qualidade de vida e o bem-estar de seus participantes, o instituto possibilita a contratação de empréstimos consignados em folha e a adesão à apólice de seguro de vida em grupo



Visão

Ser reconhecido pelos participantes como uma instituição transparente, confiável e sustentável.

Missão

Administrar planos de benefícios de forma transparente e sustentável, contribuindo para a segurança financeira e previdenciária dos participantes.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações



Valores

Ética: é o conjunto dos valores, dos princípios éticos, dos padrões de conduta e das responsabilidades que norteiam o comportamento dos membros dos Órgãos Colegiados e dos empregados.

Inovação: significa a necessidade de criar caminhos ou estratégias diferentes aos habituais meios para atingir determinado objetivo. Inovar é inventar ideias, processos, ferramentas ou serviços.

Valorização de pessoas: compreende a atribuição de relevância aos clientes, internos e externos, à meritocracia, à capacitação e ao bem-estar de colaboradores, participantes e assistidos.

Transparência: consiste na disponibilização de acesso das informações aos interessados, internos ou externos, de forma precisa e tempestiva, com o objetivo de assegurar confiança e tranquilidade.

Comprometimento: é o envolvimento pleno com a missão, a visão, os valores e políticas do instituto, enxergando-se como parte integrante e relevante no sucesso da estratégia organizacional.

Sustentabilidade: trata da consciência das questões de preservação e sustentação nas dimensões ambiental, social e financeira, que deve ser incorporada por todos e que orienta as ações pessoais e funcionais, garantindo competitividade e perenidade.

Governança Corporativa

A Intervenção

O órgão fiscalizador, a Previc -Superintendência Nacional de Previdência Complementar, por meio das Portarias números 955 e 956, de 04 e outubro de 2017, decretou a intervenção no Postalís por 180 dias e nomeou Walter de Carvalho Parente interventor.

A intervenção já foi prorrogada por 3 vezes, por meio das Portarias números 255, de 27 de março de 2018; 893, de 19 de setembro de 2018 e 243, de 25 de março de 2019. Nesta última, foi prorrogada por mais 180 dias, a contar de 28 de março de 2019.

De acordo com a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar, a intervenção dá ao interventor amplos poderes de administração e representação; sendo que desse ato resulta a perda do mandato dos administradores e membros dos conselhos estatutários, sejam titulares ou suplentes. Portanto, durante a intervenção, a entidade não tem órgãos estatutários em exercício.



Para assessorá-lo na condução das atividades, o interventor, por ato de liberalidade, nomeou um Grupo de Apoio à Gestão, formado por 5 gerentes dos quadros do Postalís.

Antes do encerramento da intervenção, deverá ser realizado processo eleitoral para preencher as vagas destinadas aos representantes dos participantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e também na Diretoria Executiva. Além disso, o interventor deverá encaminhar ofício aos Correios solicitando que faça a indicação de seus representantes.

Ainda de acordo com a mencionada lei complementar, a intervenção cessará quando o plano de recuperação da entidade proposto pelo interventor for aprovado pela Previc. Plano esse que será entregue aos novos dirigentes da entidade, que deverão executá-lo.

Órgãos Estatutários

Órgãos estatutários são aqueles que têm a sua previsão e definição de atribuições descritas no estatuto vigente.

São Órgãos Estatutários do Postalís: a Diretoria Executiva; o Conselho Deliberativo; o Conselho Fiscal.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Diretoria Executiva

Responsável por administrar o Postalís de acordo com as políticas e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva é integrada por quatro membros, sendo 2 indicados pelos Correios (Presidente e Diretor de Investimentos) e 2 eleitos pelos participantes (Diretor Administrativo-Financeiro e o Diretor de Benefícios), nomeados pelo Conselho Deliberativo, para um mandato de quatro anos.

Conselho Deliberativo

É o órgão máximo do Postalís, responsável pela definição da política geral de administração do Instituto e de seus planos de benefícios. Integrado por seis membros efetivos e respectivos suplentes, sendo três nomeados pela patrocinadora e três eleitos pelos participantes, para um mandato de quatro anos.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da instituição, composto por quatro membros efetivos e respectivos suplentes, sendo dois representantes da patrocinadora e dois eleitos pelos participantes, com mandatos de quatro anos.

Órganograma

Ao longo de 2018, o Postalís promoveu uma reestruturação organizacional com o objetivo de melhorar a governança corporativa, o ambiente de controles internos e a sinergia entre as áreas.

Com a nova estrutura, reduziu-se o número de gerências de 23 para 15 e foram criadas 15 coordenações, com o intuito de proporcionar uma maior sistematização dos processos no âmbito das gerências.

A reestruturação incluiu a mudança no modelo de atendimento ao participante, com o encerramento das atividades nos 26 núcleos regionais. No novo modelo, o participante tem mais autonomia e pode optar pelo autoatendimento via Postalís Online, pelo Fale Conosco em nosso site ou pela Central de Atendimento, por meio do telefone 0800 878 9880.

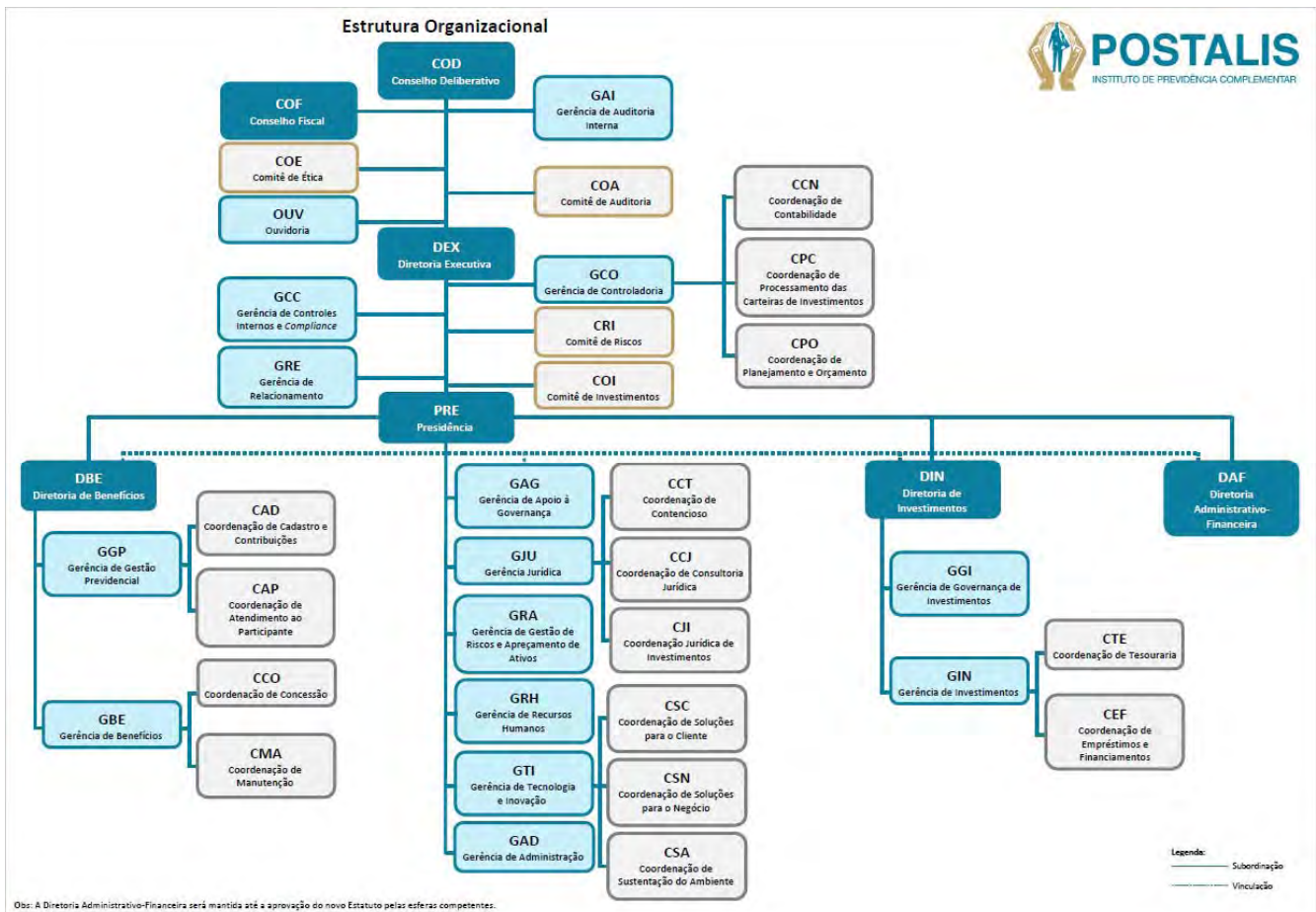
Essas medidas fazem parte de um conjunto de ações do interventor para reduzir as despesas administrativas e tornar o Postalís mais moderno e eficiente. Somente a mudança do modelo de atendimento deve gerar uma economia de aproximadamente R\$ 7 milhões ao ano.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Com foco na melhoria da governança corporativa, foi encaminhada aos Correios uma proposta de alteração do Estatuto, com mudanças, principalmente, na forma e critérios para composição da Diretoria Executiva.





RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Comitês em funcionamento

Comitês obrigatórios

Comitê de Auditoria – com as atribuições previstas na Resolução CNPC nº 27, de 6 de dezembro de 2017.

Comitê de Riscos – responsável pela gestão de riscos nos termos da instrução Previc nº 6, de 14/11/2018 e das melhores práticas de governança.

Outros comitês

Durante a intervenção, além dos comitês obrigatórios, estão em funcionamento no Postalís os seguintes comitês:

Comitê de Tecnologia e Análise de Solicitações de Compras e Contratações de Serviços– tem a finalidade de uniformizar os procedimentos e gerar economia para a entidade.

Comitê de Recuperação de Investimentos– tem o objetivo traçar diretrizes relativas aos processos de recuperação de investimentos da entidade. Durante a intervenção, este comitê se encarrega também das atribuições do Comitê de Investimentos, que está temporariamente suspenso.

Comitê de Comunicação Institucional – tem a finalidade de elaborar e implantar políticas de comunicação com vistas a melhorar a imagem da instituição perante o público interno e externo.

Comitê Executivo do Programa de Integridade – tem as atribuições de coordenar e monitorar a execução do Programa de Integridade; garantir o treinamento dos colaboradores do Postalís em temas relacionados ao assunto e promover as ações necessárias para a implementação do programa.

Comitê de Ética –. O comitê desempenha papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão sobre todos os assuntos que com a ética estejam relacionados. É formado por quatro membros, sendo dois designados pelo presidente do Conselho Deliberativo e dois eleitos pelos empregados, com mandato de dois anos.

Código de Ética

Com o recente fortalecimento das práticas anticorrupção, tal como se evidencia pelo advento da Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, os códigos de conduta têm ganhado destaque como meio hábil e adequado para disseminação de princípios éticos.

Nesse sentido, o Código de Conduta e Ética do Postalís tem como objetivo explicitar claramente o conjunto dos valores, princípios éticos, padrões de conduta e responsabilidades que norteiam o comportamento dos membros dos órgãos colegiados, dos empregados do Postalís, terceirizados, prestadores de serviço e fornecedores.

Dessa forma, o Código de Conduta e Ética atua como elo entre a ética e o Postalís e representa o compromisso dos empregados do Postalís com a sociedade e suas partes interessadas.

Programa de Integridade

Em 2018 foi criado o Comitê Executivo do Programa de Integridade com o objetivo de coordenar o desenvolvimento e a implantação do programa.

O Comitê Executivo definiu duas etapas para os trabalhos. A primeira, que está em curso, contempla a identificação das boas práticas de mercado e dos pilares de compliance, o estudo dos requisitos e necessidades organizacionais e a definição do desenho do programa para apresentação ao interventor. E, em um segundo momento, teremos a implantação do programa.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Gestão Estratégica

Destaques





RAI 2018

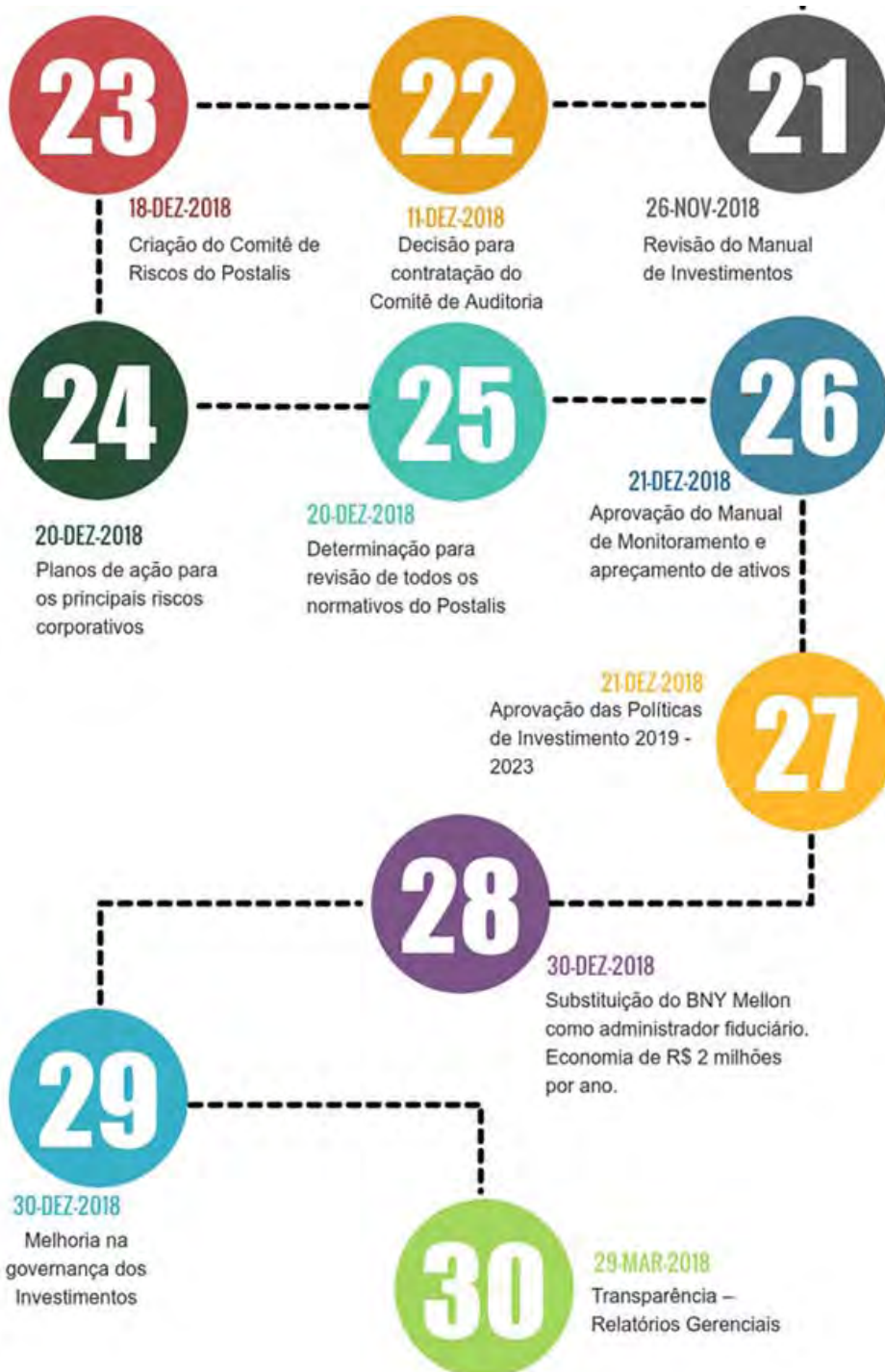
Relatório Anual de Informações





RAI 2018

Relatório Anual de Informações





RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Gestão de Pessoas

Desde o início do processo de intervenção, um dos principais objetivos do interventor é a valorização e a motivação da equipe do Postalís. Uma de suas primeiras ações foi a instituição de um Grupo de Apoio à Gestão, formado por gerentes do corpo técnico do Postalís, para auxiliá-lo na gestão.

Outras ações voltadas para o desenvolvimento da equipe e melhoria do clima organizacional:

Aproveitamento dos talentos internos

A criação das coordenações e a revisão das políticas de recursos humanos, que instituiu um novo formato de designação de funções gerenciais e de coordenação, permitiram um melhor aproveitamento dos talentos internos.

Melhoria no ambiente de trabalho

Em maio, a sede foi transferida para um imóvel com uma melhor localização e instalações mais modernas, propiciando maior interação e sinergia entre as equipes.

Ponto eletrônico

Na nova sede, foi implementado o sistema de registro de ponto eletrônico em substituição do antigo formato de registro (manual), o que resultou em mais segurança para a entidade e os empregados.

Capacitação

Em 2018, a nossa equipe participou de 24 treinamentos externos, totalizando uma carga horária de 479 horas. Além disso, tivemos mais 178h de treinamento interno sobre temas como investimentos, riscos atuariais, segurança da informação, metodologia ágil e técnicas de atendimento de excelência.

Made in Postalís

Encontro mensal de toda a equipe para compartilhar experiências, informar sobre a atuação das áreas, ações em curso, novidades no segmento de previdência, novas rotinas e outros assuntos de interesse da entidade e dos colaboradores.

Programa de Desenvolvimento Gerencial

Com o objetivo de capacitar os gestores e prepará-los para uma atuação de alta performance, foi realizado programa de desenvolvimento de liderança, com a aplicação de metodologia de Coaching .

Certificação

O Postalis incentiva os colaboradores a se certificarem. Atualmente, todos os profissionais ligados ao processo decisório de investimento possuem certificação. Para os demais funcionários, que não trabalham diretamente com investimentos, o Postalis oferece o incentivo de pagamento de 60% do valor da prova para certificação.

Comunicação

A intervenção gerou uma demanda maior de aproximação dos participantes com a entidade. Dessa forma, a transparência, a tempestividade e intensificação das ações de comunicação foram prioridades da Gerência de Relacionamento.

Em razão da mudança em nosso modelo de atendimento, ao longo do ano foram produzidos diversos vídeos com informações sobre os planos e tutoriais para auxiliar os participantes com o autoatendimento no Postalis Online.





RAI 2018

Relatório Anual de Informações



Gestão de Risco

O fortalecimento dos controles internos e a gestão de risco são fundamentais em um processo de intervenção. Ao longo do ano, foi feito um grande esforço de toda a entidade nesse sentido.

O primeiro passo, após a reestruturação organizacional, foi a elaboração da matriz de riscos, com a identificação dos principais riscos corporativos, bem como dos controles internos necessários para mitigá-los.

Com base nisso, a área de controles internos emitiu o primeiro relatório anual de gestão de riscos operacionais e, adicionalmente, identificou os riscos residuais relevantes. A partir desse trabalho, foram criados 14 planos de ação que têm como objetivo trazer melhorias nos controles internos e nos processos organizacionais.

Atendimento ao participante

Em 2018, o Postalís mudou o seu modelo de atendimento. 26 núcleos regionais distribuídos pelo Brasil priorizavam o atendimento presencial, restringindo-se aos participantes, assistidos e pensionistas que moravam na região metropolitana, enquanto que demais associados eram atendidos por telefone, e-mail, Fale Conosco e correspondência. Este formato apresentava custos elevados e baixa efetividade.

Com o objetivo de reduzir as despesas administrativas e melhorar a qualidade do serviço, o instituto realizou um amplo estudo de mercado com outros fundos de pensão e decidiu por mudar o modelo de atendimento, estruturando-se da seguinte forma: extinguiu ao longo de 2018 todos núcleos regionais, criou uma Central de Atendimento com equipe própria e 18 posições ativas por turno, deu ênfase ao atendimento eletrônico por meio do autoatendimento e do Fale Conosco, além da correspondência e do atendimento presencial exclusivo na sede do Instituto.

Dentre os destaques do novo modelo estão a segurança nos atendimentos por telefone com a utilização de recursos como gravação e identificação positiva dos participantes, a padronização dos procedimentos, a monitoria da qualidade dos atendimentos realizados por telefone, o avanço para processos digitais, o que torna os processos mais ágeis e menos burocráticos, o treinamento continuado da equipe de atendimento, o gerenciamento por métricas e indicadores e uma maior integração entre as áreas.

Números do Atendimento ao Participante





RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Despesas Administrativas

ANO	Quantidade de participantes (ativos e assistidos)	Custeio da Gestão Administrativa	Custeio Adm per capita	Despesas Administrativas	Despesa Adm per capita
Exercício 2016	135.958	111.668.000	821,34	85.829.000	631,29
Exercício 2017	134.857	118.441.453	878,27	89.417.725	663,06
Exercício 2018	131.724	78.851.172	598,61	64.096.142	486,59

Fonte: GCO (DPGA) e GBE (IDG II)

Responsabilidade Socioambiental

O Postalís ainda não tem definida uma Política de Responsabilidade Socioambiental, no entanto, a preocupação e a busca de melhores resultados sociais e menores impactos ambientais decorrentes de suas atividades está presente em suas ações.

Responsabilidade Socioambiental nos Investimentos

As políticas de investimento do Postalís contêm princípios específicos que demonstram a sua orientação para investimentos responsáveis.

A políticas vigentes estabelecem que o Postalís realizará suas análises e investimentos observando os seguintes princípios:

- a) Observação dos princípios da boa governança corporativa;
- b) Combate a práticas discriminatórias;
- c) Proteção dos direitos humanos;
- d) Conduta ética;
- e) Combate à erradicação do trabalho forçado e infantil em todos os elos da cadeia produtiva;
- f) Respeito e promoção do trabalho da mulher;
- g) Respeito à diversidade;
- h) Melhoria contínua das condições de trabalho;
- i) Programa de tratamento de resíduos de forma responsável;
- j) Respeito à representação dos trabalhadores;
- k) Utilização sustentável de recursos naturais.



Programa Jovem Aprendiz

Iniciado em 2010, o programa é voltado para jovens entre 14 e 24 anos, escolhidos por meio de processo seletivo. O objetivo é incluir, capacitar e promover o desenvolvimento profissional de jovens estudantes que estão ingressando no mercado de trabalho.

Atualmente temos 8 aprendizes na entidade. Esse programa já possibilitou o incentivo e desenvolvimento de dezenas de jovens, proporcionando condições para que possam atuar no mercado de trabalho. Alguns destes, inclusive, foram aproveitados nos quadros do Postalís.





RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Uso Consciente de Impressões

Para promover o uso consciente de impressões e reduzir a quantidade de papel utilizado, foi implantado um sistema de sistema de gestão e controle das impressões por meio da instalação de ilhas de impressoras e solicitação de senhas. Com a mudança, houve a redução da impressão de documentos, que caiu de 94.257 para 22.801 documentos/mês.

Melhoria das Condições de Trabalho

Em maio, a sede foi transferida para um imóvel com uma melhor localização e instalações mais modernas, propiciando maior interação e sinergia entre as equipes.

Economia de Água e Luz

A mudança da sede para instalações mais modernas possibilitou uma economia média de energia elétrica da ordem 16.000 kWh / mês e de aproximadamente 228 m³ / mês no consumo de água.

Relação Democrática com as Entidades Representativas de Participantes

O relacionamento com as entidades representativas de participantes foi um dos pontos de destaque deste primeiro ano de intervenção. Ao longo de 2018, ocorreram diversas reuniões com as entidades representativas, sindicatos e associações. O objetivo é manter aberto o diálogo para tratar de assuntos de relevância para os participantes e a entidade.

Consciência Social

Todos os anos o Postalís incentiva seus empregados a participar da campanha Papai Noel dos Correios, por meio da adoção de cartas para presentear crianças das comunidades carentes.





RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Desempenho Previdenciário

Postalís em Números

Plano Benefício Definido

Plano Postalprev



Idade média dos participantes ativos no plano BD

49 anos

Idade média dos participantes ativos no plano POSTALPREV

45 anos

Idade média dos participantes assistidos no plano BD

61 anos

Idade média dos participantes assistidos no plano POSTALPREV

50 anos



RAI 2018

Relatório Anual de Informações



16^a

posição no ranking dos investimentos dos Fundos de Pensão no Brasil (Fonte: ABRAPP)



27

participantes em benefício de auxílio-doença no plano BD



2.488

participantes em benefício de auxílio-doença no plano Postalprev

Plano Benefício Definido

Benefícios Pagos

ESPÉCIE	ACUMULADO/2018
	VALOR (R\$)
APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO	576.427.871,99
APOSENTADORIA POR IDADE	5.260.586,84
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	44.423.587,58
APOSENTADORIA ESPECIAL	247.559,48
(=) SUBTOTAL	626.359.605,89
AUXÍLIO DOENÇA	161.015,88
(=) SUBTOTAL	161.015,88
SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE	63.993.842,63
PECÚLIO POR MORTE	10.961.239,37
(=) SUBTOTAL	74.955.082,00
AUXÍLIO FUNERAL	2.828,00
AUXÍLIO NUPCIAL	937,00
AUXÍLIO NATALIDADE	2,23
AUXÍLIO RECLUSÃO	0,00
(=) SUBTOTAL	3.767,23
TOTAL GERAL	701.479.471,00

Arrecadação

CONTRIBUIÇÕES	ACUMULADO/2018
	VALOR (R\$)
PARTICIPANTES (LIMINAR)	0,00
ATIVOS EQUACIONAMENTO	76.261.866,69
ASSISTIDOS	58.263.737,42
ASSISTIDOS EQUACIONAMENTO	134.425.358,55
SUBTOTAL PARTICIPANTES	268.950.962,66
NORMAL PATROCINADORAS	58.264.034,54
ESPECIAL PATROCINADORA ECT	0,00
ESPECIAL POSTALIS	393.436,82
EQUACIONAMENTO PATROCINADORAS	210.130.172,59
SUBTOTAL PATROCINADORAS	268.787.643,95
TOTAL GERAL	537.738.606,61

Estatísticas Gerais

Descrição	PBD
Participantes Sexo Masculino	42.943
Participantes Sexo Feminino	11.570
Total de Participantes	54.513
Aposentados Sexo Masculino	19.205
Aposentados Sexo Feminino	6.205
Total de Aposentados	25.410
Idade Média - Aposentados	64
Benefício Médio - Aposentados	R\$ 2.105,00
Pensionistas Sexo Masculino	770
Pensionistas Sexo Feminino	5.459
Total de Pensionistas	6.229
Idade Média - Pensionista	57
Benefício Médio - Pensionista	R\$ 913,61
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Masculino	19
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Feminino	8
Total de Participantes em Auxílio-Doença	27
Idade Média - Auxílio-Doença	60
Benefício Médio - Auxílio-Doença	R\$ 1.357,88
Total de Assstidos	31.666
Participantes Ativos -Patrocinadora ECT	54.468
Participantes Ativos - Patrocinadora POSTALIS	45
Idade Média dos Participantes Ativos	49
Idade Média dos Assstidos	61
INPC Acumulado desde mar/08	84,26%

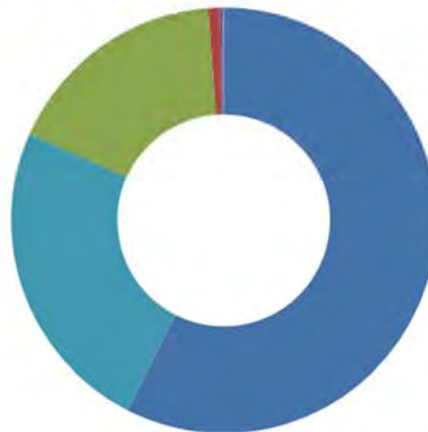


RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Tipo de Benefício	Masculino	Feminino	Total
Aposent. por Tempo de Contrib.	15.620	5.150	20.770
Aposent. por Idade	145	142	287
Aposent. por Invalidez	3.434	909	4.343
Aposent. Especial	9	1	10
Subtotal Aposentadorias	19.208	6.202	25.410
Auxílio Doença	19	8	27
Pensão por morte	770	5.459	6.229

- Aposent. por Tempo de Contrib.
- Aposent. por Idade
- Aposent. por Invalidez
- Auxílio Doença
- Pensão por morte
- Aposent. Especial



Plano Postalprev

Benefícios Pagos

ESPÉCIE	ACUMULADO/2018
	VALOR (R\$)
APOSENTADORIA NORMAL	31.543.751,72
APOSENTADORIA ANTECIPADA	20.262.461,43
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	5.346.005,55
APOSENTADORIA BAA/BAN (PGTO ÚNICO)	59.763,95
(=) SUBTOTAL	57.211.982,65
BENEFÍCIO DE PECÚLIO POR MORTE	4.114.173,12
PENSÃO POR MORTE	5.947.077,93
PENSÃO POR MORTE (PGTO ÚNICO)	824.885,27
(=) SUBTOTAL	10.886.136,32
AUXÍLIO DOENÇA	29.401.275,20
(=) SUBTOTAL	29.401.275,20
TOTAL GERAL	97.499.394,17

Arrecadação

CONTRIBUIÇÕES	ACUMULADO/2018
	VALOR (R\$)
PARTICIPANTES BÁSICA	182.144.329,40
PARTICIPANTES ESPECÍFICA	60.141.291,05
PARTICIPANTES VOLUNTÁRIA	3.590.179,63
PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIA	300.220,00
PARTICIPANTES NORMAL - ASSISTIDOS (BAD)	4.756.304,64
SUBTOTAL PARTICIPANTES	250.932.324,72
PATROCINADORAS REGULAR	178.625.726,90
PATROCINADORAS ESPECÍFICA	58.689.618,76
PATROCINADORAS NORMAL - ASSISTIDOS (BAD)	4.329.734,62
SUBTOTAL PATROCINADORAS	241.645.080,28
TOTAL GERAL	492.577.405,00

Estatísticas Gerais

Descrição	PostalPrev
Participantes Sexo Masculino	70.031
Participantes Sexo Feminino	21.231
Total de Participantes Ativos	91.262
Aposentados Sexo Masculino	3.195
Aposentados Sexo Feminino	1.101
Total de Aposentados	4.296
Idade Média - Assistido	59
Benefício Médio - Assistido	R\$ 935,59
Pensionistas Sexo Masculino	312
Pensionistas Sexo Feminino	1.099
Total de Pensionistas	1.411
Idade Média - Pensionista	41
Benefício Médio - Pensionista	R\$ 338,03
Auxílio-Doença - Sexo Masculino	1.007
Auxílio-Doença - Sexo Feminino	340
Total de Participantes em Auxílio-Doença	1.347
Idade Média - Auxílio-Doença	46
Tempo de Patrocinador - Auxílio-Doença	17
Tempo de Plano - Auxílio-Doença	9
Benefício Médio - Auxílio-Doença	R\$ 1.383,49



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Tipo de Benefício	Masculino	Feminino	Total
Aposent. Normal	1.469	436	1.905
Aposent. Antecipada	860	463	1.323
Aposent. por Invalidez	866	202	1.068
Subtotal Aposentadorias	3.195	1.101	4.296
Auxílio Doença	1.007	340	1.347
Pensão por morte	312	1.099	1.411

■ Aposent. Normal
 ■ Aposent. Antecipada
 ■ Aposent. por Invalidez
■ Auxílio Doença
 ■ Pensão por morte



Estudo das Premissas

Plano Benefício Definido

PREMISSAS BIOMÉTRICAS/DEMOGRÁFICAS	Exercício 2018	Exercício 2019
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevida	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 M (A65%) e F (A75%)	AT-49 M (A65%) e F (A75%)
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT MÉDIA (D65%)
Custo de Pensão	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial
	Benefícios Concedidos: Família Real.	Benefícios Concedidos: Família Real.
Rotatividade	EXP. GAMA ROT 2017 (Taxa média de 1,18% até a aposentadoria e nula após essa idade)	EXP. GAMA ROT 2018 (Taxa média de 1,17% até a aposentadoria e nula após essa idade)
Entrada em aposentadoria(1)	24 meses	24 meses

(1) Hipótese considera que os participantes irão solicitar a concessão do benefício de aposentadoria após 2 anos da idade estabelecida no regulamento do plano

BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		
Taxa de Juros Técnico Atuarial	4,68% a.a.	4,90% a.a.
Crescimento Real Anual do Salário	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade	98,24%	98,00%

Plano Postalprev

PREMISSAS BIOMÉTRICAS/DEMOGRÁFICAS	Exercício 2018	Exercício 2019
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevida	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 DISABLED M&F	RP 2000 DISABLED M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA D60%	LIGHT MÉDIA D60%
Custo de Pensão	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial
	Benefícios Concedidos: Família Real.	Benefícios Concedidos: Família Real.
Rotatividade	Experiência PostalPrev 2014-2016 (taxa média de 1,83% até a aposentadoria e nula após essa idade)	Experiência PostalPrev 2014-2017 (taxa média de 2,98% até a aposentadoria e nula após essa idade)
Entrada em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável

BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		
Crescimento Real Anual do Salário	Taxa média de 2,77% a.a.	Taxa média de 2,03% a.a.
	(IC95% de 2,04% a 3,50%)	(IC95% de 1,87% a 2,20%)
Taxa de Juros Técnico Atuarial	5,00% a.a.	4,95% a.a.
Fator de Capacidade	98,04%	98,00%

Demonstrativo de Investimento

Composição Patrimonial

Plano Benefício Definido

Ativo	Benchmark	Vencimento	Valor de Custo	Valor Total dos Investimentos	
				2018	2017
INVESTIMENTOS				2.862.540	2.738.903
A. Títulos Públicos				1.484.282	1.564.720
Notas do Tesouro Nacional				1.484.282	1.563.419
NTN-B			1185.629	1.484.282	1.563.419
NTN-B	TPF IPCA + (6,15% a 6,53%)	15/08/2018			187.593
NTN-B	TPF IPCA + (6,13% a 7,14%)	15/05/2019	194.885	223.316	216.770
NTN-B	TPF IPCA + (5,84% a 6,75%)	15/08/2020	102.154	128.811	123.849
NTN-B	TPF IPCA + (5,99% a 7,14%)	15/05/2021	224.384	252.614	241.675
NTN-B	TPF IPCA + (5,28% a 6,28%)	15/08/2022	223.821	295.532	284.400
NTN-B	TPF IPCA + (6,04%)	15/05/2023	29.940	31.776	30.567
NTN-B	TPF IPCA + (6,26% a 6,43%)	15/08/2024	190.249	280.725	247.713
NTN-B	TPF IPCA + (5,65%)	15/08/2026	31.243	35.088	31.755
NTN-B	TPF IPCA + (5,15% a 5,16%)	15/05/2035	66.966	71.271	65.586
NTN-B	TPF IPCA + (6,17% a 6,41%)	15/05/2045	99.177	127.757	103.597
NTN-B	TPF IPCA + (6,29%)	15/08/2050	22.811	37.392	29.913
LFT					1.302
LFT	TPF	01/09/2018			129
LFT	TPF	01/03/2020			93
LFT	TPF	01/09/2020			138
LFT	TPF	01/03/2021			593
LFT	TPF	01/09/2021			298
LFT	TPF	01/03/2022			51
B. Créditos Privados e Depósitos				43.779	58.709
Instituições Financeiras			1.540	2.317	2.003
BPNM - PANAMERICANO	CDB	18/12/2020	1.540	2.317	2.003
Companhias Abertas				23.885	25.154
VALE DO RIO DOCE	DEBNE	30/12/2021	4	14	14
BMG	DEBN	01/09/2017	25.000	23.870	25.139
Companhias Fechadas				17.577	31.552
ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA	CCB-F		38.000	8.033	21.954
ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA	CCB-F IGPM + 10,5% a.a.	01/06/2019	15.000	3.171	8.666
ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA	CCB-F IGPM + 10,5% a.a.	01/06/2019	15.000	3.171	8.666
ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA	CCB-F IGPM + 10,5% a.a.	01/06/2019	8.000	1.691	4.622
IFSC - INFRASEC SECURITIZADORA SA	CRI IGPM + 7,6% a.a.	07/04/2027	9.734	9.544	9.598
C. Ações				49.750	54.137
<i>Sociedade de Propósito Específico</i>				13.023	12.544
BBM DB INCORPORAÇÕES S.A.	SPE IPCA + 8% a.a.	20/02/2021	13.383	13.023	12.544
Ações				36.727	41.593
JOÃO FORTES		-	-	11.693	23.042
PLASCAR		-	-	7.445	5.131
RAIL3		-	-	17.589	13.419

RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Ativo		Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	
				2018	2017
D. Fundos de Investimentos				735.599	551.591
Referenciado				217.745	21.993
BNP PARIBAS MATCH DI FIRF – CRÉDITO PRIVADO	FIRF	Aberto	-		21.993
SANTANDER INST	FIRF	Aberto		217.745	
Renda Fixa				12.840	15.597
INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	FIRF	Aberto	-	12.752	13.691
INCOME VALUE I CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	FIRF	Aberto	-		
SANTANDER FIRF MASTER CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO	FIRF	Aberto	-	43	53
BRB FICFIRF DI LONGO PRAZO 1 MILHÃO	FIRF	Aberto	-	45	1.853
Dívida Externa				97.382	84.479
BNY Mellon FIC FIRF Dívida Externa	FIDE	Aberto	-	97.382	84.479
Multimercado				319	4.434
FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO HUNGRIA	FIRF	Fechado - Exclusivo	-	319	4.434
Direitos Creditórios				143.565	179.117
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL ITÁLIA	FIDC	Fechado	-	98	2.903
CJP FIDC NÃO PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS	FIDC	Aberto	-	143.467	176.214
Empresas Emergentes				18.194	19.760
EMPREENDEDOR BRASIL – FMIEE	FMIEE	Fechado	14.700	11.806	13.193
JARDIM BOTÂNICO VC I - FMIEE	FMIEE	Fechado	16.000	6.388	6.567
Participações - Plano BD				245.554	226.211
ENERGIA PCH - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	124.178	152.022	132.474
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE	FIP	Fechado - Inv. Qualificados	40.000		
FLORESTAS DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	35.303	79.993	75.776
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	39.308		299
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS III - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	32.857	11.788	14.864
MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	196.899		
NOVA ENERGY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	99.930	1.751	2.797
Valor a Pagar				-30.324	-28.253
FIP MEZANINO MARINE INFRAESTRUTURA	FIP	Fechado	67.500	-2.274	-2.274
FIP MULTIESTRATÉGIA BIOENERGIA	FIP	Fechado		-27.961	-25.979
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado		-90	



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

E. Investimentos Imobiliários					285.304	234.929
Aluguel e Renda				194.906	275.865	209.511
Locada a Patrocinador			-	194.906	275.865	209.511
Terreno - Cajamar			-	23.671	126.360	52.841
Custo Corrigido			-	171.235	160.881	160.881
<i>Reavaliação Corrigida - Edificação</i>						
Aluguel a receber			-	-	2.034	6.914
Depreciação			-	-		-6.377
Provisão para perdas			-	-		-4.949
Outros Realizáveis			-	-	21	200
Outros Investimentos Imobiliários						11.668
Terreno - Finorte			-	-		7.369
Edificação - Finorte			-	-		4.511
Depreciação			-	-		-212
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários					9.439	13.750
Ed. Birmann - Ponswinnecke Empreendimentos			-	-	1.225	1.838
Ed. Aron Birmann 20 - GTS			-	-	4.333	6.933
4º Andar Ed. RBI - JC Investimentos			-	-	2.364	3.348
Fazenda Santo Antonio			-	-	1.517	1.631
F. Empréstimos e Financiamentos					246.063	267.465
Empréstimos			-	-	246.063	267.465
G. Depósito Judicial					17.762	7.352
Depósitos			-	-	17.762	7.352

Fonte: CPC/GCO/DEX

Demonstrativo de Investimento

Composição Patrimonial

Plano Postalprev

Ativo	Benchmark	Vencimento	Valor de Custo	Valor Total dos Investimentos	
				2018	2017
INVESTIMENTOS				4.661.572	3.946.030
A. Títulos Públicos					
<i>Notas do Tesouro Nacional</i>			2.808.747	3.342.378	2.850.657
NTN-B			2.808.747	3.342.378	2.847.660
NTN-B	TPF	IPCA + (6,26%)	15/05/2019		31.931
NTN-B	TPF	IPCA + (6,01% a 6,04%)	15/05/2021	89.049	95.375
NTN-B	TPF	IPCA + (5,35% a 6,71%)	15/08/2022	430.166	512.454
NTN-B	TPF	IPCA + (5,53%)	15/05/2023	30.979	32.376
NTN-B	TPF	IPCA + (5,08% a 5,25%)	15/08/2026	97.649	105.263
NTN-B	TPF	IPCA + (6,25% a 7,00%)	15/08/2030	254.681	337.324
NTN-B	TPF	IPCA + (5,00% a 7,57%)	15/05/2035	401.339	448.493
NTN-B	TPF	IPCA + (6,64%)	15/08/2040	24.926	30.059
NTN-B	TPF	IPCA + (5,21% a 6,77%)	15/05/2045	191.521	206.452
NTN-B	TPF	IPCA + (5,13% a 7,30%)	15/08/2050	924.087	1.194.567
NTN-B	TPF	IPCA + (5,07% a 6,10%)	15/05/2055	364.349	380.016
LFT					2.996
LFT	TPF		01/03/2018		
LFT	TPF		01/09/2018		298
LFT	TPF		01/03/2019		
LFT	TPF		01/03/2020		214
LFT	TPF		01/09/2020		317
LFT	TPF		01/03/2021		1.365
LFT	TPF		01/09/2021		686
LFT	TPF		01/03/2022		116
B. Créditos Privados e Depósitos				65.453	56.357
<i>Instituições Financeiras</i>				65.453	56.357
SAFRA	LF		20.000	39.909	35.301
SAFRA	LF	IPCA + 8,75% a.a.	07/02/2024	10.000	20.084
SAFRA	LF	IPCA + 8,75% a.a.	07/01/2021	10.000	19.825
PINE	LF		14.056	25.543	21.056
PINE	LF	16% a.a.	06/12/2021	874	1.589
PINE	LF	16% a.a.	22/11/2021	13.182	23.955
C. Ações				29.980	28.879
<i>Sociedade de Propósito Específico</i>				29.980	28.879
BBM DB INCORPORAÇÕES S.A.	SPE	IPCA + 8% a.a.	20/02/2021	30.815	29.980



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Segmento de Aplicação		Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	
				2018	2017
D. Fundos de Investimentos				743.655	586.833
Referenciado				187.627	63.071
BNP PARIBAS MATCH DI FIRF REFERENCIADO - CRÉDITO PRIVADO	FIRF	Aberto			63.071
SANTANDER INST	FIRF	Aberto		187.627	
Renda Fixa					109
BB INSTITUCIONAL FIRF	FIRF	Aberto			109
Fundo de Investimento em ações				514.865	469.416
GUEPARDO INSTITUCIONAL 60 FICFIA	FICFIA	Aberto		61.377	68.631
PACIFICO AÇÕES FICFIA	FICFIA	Aberto		36.822	63.074
PERIMETER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES	FIA	Aberto		517	6.894
STK LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA	FIA	Aberto		59.080	102.263
SAGA INSTITUCIONAL FIA	FIA	Aberto		65.076	111.304
XP INVESTOR	FIA	Aberto		36.152	29.960
BTG ABSOLUTO	FIA	Aberto		120.693	31.269
BNP PARIBAS ACTION FIC FIA	FIA	Aberto		57.080	56.020
XP INVESTOR 30	FIA	Aberto		78.067	
Fundo Multimercado				38.263	47.656
ABSOLUTE HEDGE	FIM	Aberto		17.321	23.901
AZ QUEST	FIM	Aberto		10.327	14.171
SAGA TOP	FIM	Aberto		10.614	9.583
Direitos Creditórios				98	2.906
FIDC MULTISSETORIAL ITÁLIA	FIDC	Fechado		98	2.906
FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO - MULTISSETORIAL	FIDC	Fechado			
SCE FIDC SUBORDINADA	FIDC	Fechado			
VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC PREFERENCIAL	FIDC	Fechado			
VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC SENIOR	FIDC	Fechado			
POSTALIS CADENCE II FIDC	FIDC	Fechado			
Fundo Imobiliário				2.802	3.676
FII GENERAL SHOPPING ATIVO E RENDA	FII	Fechado		2.802	3.676
E. Empréstimos e Financiamentos				480.105	423.305
Empréstimos		-		480.105	423.305
F. Depósitos Judiciais				2	-
Cíveis				2	-

Fonte: CPC/GCO/DEX

Demonstrativo de Investimento

Composição Patrimonial

Plano PGA

Ativo	Benchmark	Vencimento	Valor de Custo	Valor Total dos Investimentos	
				2018	2017
INVESTIMENTOS				147.625	121.170
A. Títulos Públicos				70.175	98.852
Notas do Tesouro Nacional				70.175	98.852
NTN-B		15/08/2026		70.175	98.852
B. Fundos de Investimentos	IPCA + (5,06% a 5,08%)		65.888	77.450	22.319
Renda Fixa				77.450	22.319
BNP PARIBAS MATCH DI FIRF - CRÉDITO PRIVADO FIRF		Aberto			22.319
SANTANDER INSTITUCIONAL FIRF		Aberto		77.450	

Fonte: CPC/GCO/DEX

Demonstrativo das Despesas

Despesas com Administração Direta de Investimentos

Despesas 2018	TERCEIRIZADA			CARTEIRA PRÓPRIA*		
	BD	CV	PGA	BD	CV	PGA
Taxa de Administração e Gestão	7.747.543,03	14.753.509,44	75.188,87	1.349.570,35	1.691.537,45	42.679,55
Taxa de Custódia	473.606,76	135.811,64	2.242,97	353.755,91	426.403,61	10.705,03
Taxa de Performance	-	684.220,51	-			
Taxa CVM	507.598,50	149.665,60	265,45			
Taxa CETIP	286.192,59	106.265,46	1.609,05	79.279,72	116.910,08	2.988,84
Taxa ANBIMA	23.051,75	13.793,99	50,99			
Taxa de Distribuição	-	-	-			
Taxa de Escrituração	13.148,18	685,43	-			
Taxa CBLG	24,76	1.759,83	-			
Taxa de Estruturação	811,75	26,49	-			
Taxa SELIC	876,73	2.144,70	9,68	50.993,09	74.955,23	1.915,60
Despesas Auditoria	1.162.459,63	93.104,26	80,01	3.782,46	3.439,49	63,36
Despesas Cartório	21.618,70	453,54	0,35			
Despesas Jurídicas	537.348,17	45.007,69	-			
Correspondências	2.366,21	2.780,60	-		41,00	1,30
Gráfica	422,87	1.698,04	-			
Taxa de Liquidação Financeira	4.075,88	23.915,82	-			
Despesas Bancárias	2.822,46	6.215,73	-	763,63	957,82	24,55
Despesas Administrativas	31.736,19	347,48	-			
Despesas de Consultoria	504.711,92	10.404,40	-			
Diversas	116.759,17	205.479,23	1.941,53			
BM&F Bovespa	5.695,08	2.543.646,33	-			
Taxa de recuperação	-	-	-			
IOF	69,89	374,72	81,54			
Subtotais	11.442.960,23	18.781.310,93	81.470,44	1.838.145,15	2.314.244,69	58.378,24
Totais	Terceirizada		30.305.741,60	Carteira própria		4.210.768,09

* Despesas pagas ao custodiante referentes aos investimentos da carteira própria.

Resultado dos Investimentos

Rentabilidade dos Planos

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	RENTABILIDADE	
RENTABILIDADES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	% NO MÊS (12/2018)	% ACUMULADA
RENDA FIXA	1,75%	13,14%
RENDA VARIÁVEL	-0,26%	-11,73%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,86%	10,68%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	1,84%	15,27%
IMÓVEIS	33,57%	39,82%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,60%	13,76%
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDA*	4,00%	14,24%
META ATUARIAL	0,50%	8,20%

*A partir de setembro de 2018 o Postalis passou a apurar a rentabilidade dos investimentos líquida.

PLANO POSTALPREV	RENTABILIDADE	
RENTABILIDADES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	% NO MÊS (12/2018)	% ACUMULADA
RENDA FIXA	0,63%	11,31%
RENDA VARIÁVEL	1,46%	10,89%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,51%	7,80%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,66%	8,86%
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDA*	0,61%	10,53%
META DE RENTABILIDADE	0,53%	8,55%

*A partir de setembro de 2018 o Postalis passou a apurar a rentabilidade dos investimentos líquida.

PLANO PGA	RENTABILIDADE	
RENTABILIDADES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	% NO MÊS (12/2018)	% ACUMULADA
RENDA FIXA	1,13%	8,63%
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS	1,13%	8,63%



RAI 2018

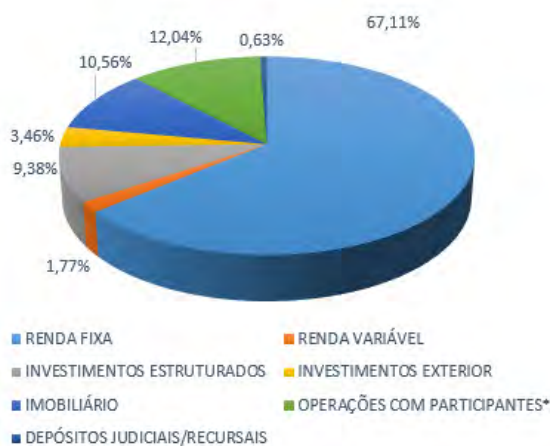
Relatório Anual de Informações

Enquadramento do Plano BD

Segmento	Política de Investimento	Res. CMN 4.661	Valor Aplicado	
			R\$	%
DISPONÍVEL			737.170,71	0,03%
REDA FIXA	100%	100%	1.889.975.601,94	67,11%
REDA VARIÁVEL	30%	70%	49.750.576,16	1,77%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%	20%	264.067.017,54	9,38%
INVESTIMENTOS EXTERIOR	4%	10%	97.382.114,20	3,46%
IMOBILIÁRIO	8%	20%	297.318.617,14	10,56%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES*	15%	15%	339.144.533,46	12,04%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS			17.762.307,89	0,63%
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA			220.840,65	0,01%
(-) EXIGÍVEL OPERACIONAL			(31.865.869,25)	-1,13%
(-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL			(15.081.110,55)	-0,54%
RECURSOS GARANTIDORES			2.816.330.643,30	

**A alocação do segmento de operações com participantes considera o saldo principal sem provisões.*

Plano BD



Enquadramento do Plano Postalprev

Segmento	Política de Investimento	Res. CMN 4.661	Valor Aplicado	
			R\$	%
DISPONÍVEL			3.523.626,48	0,08%
RENDA FIXA	100%	100%	3.622.919.857,17	77,71%
RENDA VARIÁVEL	30%	70%	514.006.658,04	11,02%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	5%	20%	38.262.760,61	0,82%
INVESTIMENTOS EXTERIOR	3%	10%	-	0,00%
IMOBILIÁRIO	8%	20%	2.801.708,80	0,06%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES*	15%	15%	550.981.414,86	11,82%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS			2.062,79	0,00%
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA			3.473.275,26	0,07%
(-) EXIGÍVEL OPERACIONAL			(2.831.715,30)	-0,06%
(-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL				0,00%
RECURSOS GARANTIDORES			4.662.263.115,58	

*A alocação do segmento de operações com participantes considera o saldo principal sem provisões.





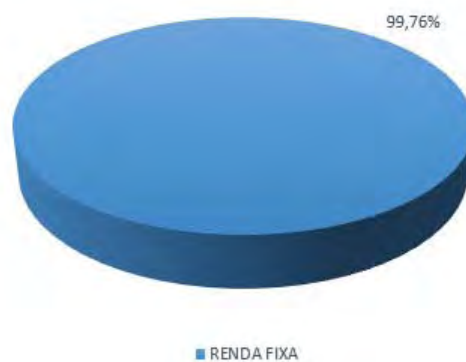
RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Enquadramento do Plano PGA

Segmento	Política de Investimento	Res. CMN 4.661	Valor Aplicado	
			R\$	%
DISPONÍVEL			351.288,94	0,24%
RENDA FIXA	100%	100%	147.625.468,82	99,76%
RENDA VARIÁVEL	15%	70%	-	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	20%	-	0,00%
INVESTIMENTOS EXTERIOR	0%	10%	-	0,00%
IMOBILIÁRIO	8%	20%	-	0,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	15%	-	0,00%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS			-	0,00%
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA			-	0,00%
(-) EXIGÍVEL OPERACIONAL			(1.684,49)	0,00%
(-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL			-	0,00%
RECURSOS GARANTIDORES			147.975.073,27	

Plano PGA



Síntese da Política de Investimento para 2019-2023

As diretrizes das Políticas de Investimentos, revisadas anualmente, norteiam as aplicações dos planos de benefícios (BD e PostalPrev) nos próximos cinco anos, não substituindo a íntegra das Políticas de Investimentos disponibilizadas no site do Instituto: www.postalis.org.br.

Tais diretrizes objetivam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade suficiente para o equilíbrio entre ativos e passivos, bem como evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam adequados aos objetivos dos planos.

O Postalís adota normas e políticas de controles internos estabelecidas na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, buscando:

- a adoção de uma cultura interna que visa **as práticas de governança na gestão dos investimentos** de forma ética, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência;
- **responsabilidades e limites de alçadas** acerca dos investimentos, desinvestimentos e repactuações, todas condicionadas à aprovação dos órgãos colegiados (conselhos) e vedações nos termos e condições legais;
- realização de reuniões periódicas, analisando e acompanhando os investimentos a fim de monitorar tempestivamente os diversos riscos inerentes, inclusive acerca da alocação por segmento na carteira de investimentos;
- **apreçamento dos ativos financeiros** a valor de mercado de acordo com os critérios previstos na CVM e na Anbima, não excluindo a possibilidade de contabilizar a marcação na curva dos títulos carregados até o vencimento do papel;
- os melhores resultados e menores impactos ambientais decorrente de suas atividades, observando **os princípios socioambientais**;
- em cumprimento a Resolução 4.661/2018 – CMN, o Postalís, **adicionalmente, seguem os procedimentos** da Instrução da Previc nº 06 de 2018, utilizando normativos, tais como: Política de Risco de Investimentos, Política de Seleção de Prestadores de Serviços de Investimentos, manuais normativos de Investimentos e de Apreçamento de Ativos de Investimentos.





RAI 2018

Relatório Anual de Informações

O quadro a seguir demonstra o índice de referência dos planos de investimentos para atingimento das respectivas metas.



Segmento	PostalPrev	BD
Índice de referência / Meta atuarial	INPC + 4,95% a.a	INPC + 4,90% a.a
Renda Fixa	IPCA + 4,50% a.a	IPCA + 4,32% a.a
Renda Variável	IBRX-50	IPCA + 7,38% a.a
Estruturados	IPCA + 8,50% a.a.	IPCA
Exterior	-	IPCA + 3,41% a.a
Imobiliário	INPC + 5,50% a.a	INPC + 5,50% a.a
Operações com participantes	INPC + 5,50% a.a	INPC + 5,50% a.a

O quadro a seguir demonstra o índice de referência dos planos de investimentos para atingimento das respectivas metas.

Plano BD				
Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	Segmento
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	68,50%	40,00%	100%
Renda Variável	70%	1,09%	0%	30%
Investimentos Estruturados	20%	9,49%	0%	20%
Investimentos no Exterior	10%	3,45%	0%	4%
Imóveis	20%	8,29%	0%	20%
Operações com Participantes	15%	9,18%	0%	15%
Plano Postalprev				
Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	Segmento
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	74%	71,00%	100%
Renda Variável	70%	13%	10,00%	20%
Investimentos Estruturados	20%	2%	1%	3,68%
Investimentos no Exterior	10%	0%	0%	0%
Imóveis	20%	0,06%	0%	20%
Operações com Participantes	15%	10,94%	0%	15%

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial – Consolidado

A T I V O	Exercício 2018	Exercício 2017	P A S S I V O	Exercício 2018	Exercício 2017
DISPONÍVEL	4.612	2.934	EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 9)	231.536	186.543
			GESTÃO PREVIDENCIAL	190.115	148.850
			GESTÃO ADMINISTRATIVA	10.595	10.658
REALIZAVEL	7.954.621	7.087.660	INVESTIMENTOS	31.125	29.035
GESTÃO PREVIDENCIAL (Nota 6.1)	228.570	218.552			
GESTÃO ADMINISTRATIVA (Nota 6.2)	54.313	63.004			
INVESTIMENTOS (Nota 6.3)	7.671.738	6.806.104	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 10)	85.613	86.865
Títulos públicos	4.896.635	4.514.228	GESTÃO PREVIDENCIAL	8.301	10.253
Créditos privados e depósitos	109.232	115.066	GESTÃO ADMINISTRATIVA	62.231	71.664
Ações	79.730	83.016	INVESTIMENTOS	15.081	4.948
Fundos de Investimentos	1.556.704	1.160.743			
Investimentos Imobiliários	285.304	234.929	PATRIMÔNIO SOCIAL	7.644.755	6.818.889
Empréstimos e financiamentos	726.168	690.770	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	7.009.032	6.307.888
Depósitos Judiciais	17.764	7.352	PROVISÕES MATEMÁTICAS (Nota 12)	13.020.375	12.838.602
			Benefícios Concedidos	10.957.914	10.941.401
			Benefícios a Conceder	7.588.992	7.390.809
PERMANENTE (Nota 6.4)	2.971	3.703			
Imobilizado	2.971	3.703	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.526.531)	(5.493.608)
			(-) Serviço Passado	-	-
			(-) Déficit Equacionado	(5.526.531)	(5.493.608)
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	(6.011.343)	(6.530.714)
			Resultados Realizados	(6.011.343)	(6.530.714)
			Superávit Técnico Acumulado	-	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.011.343)	(6.530.714)
			FUNDOS (Nota 13)	635.722	511.001
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	475.881	379.011
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	141.124	115.875
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	18.717	16.114
TOTAL DO ATIVO	7.962.204	7.094.297	TOTAL DO PASSIVO	7.962.204	7.094.297

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

DESCRIÇÃO		Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
A)	PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	6.818.889	7.912.089	-13,8%
	1. ADIÇÕES	1.917.337	1.189.868	61,1%
(+)	Contribuições Previdenciais	1.038.382	1.059.275	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	786.938	0	
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	3.511	
(+)	Receitas Administrativas	78.851	118.441	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	10.563	8.641	
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	2.603	0	
	2. DESTINAÇÕES	(1.091.471)	(2.283.068)	-52,2%
(-)	Benefícios	(1.026.275)	(1.275.198)	
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(893.431)	
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.031)	0	
(-)	Despesas Administrativas	(64.096)	(89.418)	
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(69)	(27.804)	
(-)	Reversão de Fundos de Investimentos	0	2.783	
	3. ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	825.866	(1.093.200)	-175,5%
(+/-)	Provisões Matemáticas	181.773	1.057.233	
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	519.371	(2.420.361)	
(+/-)	Fundos Previdenciais	96.870	81.070	
(+/-)	Fundos Administrativos	25.249	9.861	
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.603	2.783	
B)	PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	7.644.755	6.818.889	12,1%

Demonstração da mutação do ativo líquido - Por Plano de Benefício

Plano Benefício Definido

DESCRIÇÃO		Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A)	ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.749.509	3.542.486	-22,4%
	1. ADIÇÕES	911.566	538.859	69,2%
(+)	Contribuições Previdenciais	550.494	535.348	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	361.071	0	
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	3.511	
	2. DESTINAÇÕES	(793.276)	(1.331.836)	-40,4%
(-)	Benefícios	(780.591)	(685.907)	
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(636.024)	
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.031)	0	
(-)	Custeio Administrativo	(11.654)	(9.905)	
	3. ACRÉSCIMO/DESRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	118.290	(792.977)	-114,9%
(+/-)	Provisões Matemáticas	(349.155)	1.602.889	
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	467.444	(2.572.080)	
B)	ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	2.867.799	2.749.509	4,3%
C)	FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	20.824	19.536	6,6%
(+/-)	Fundos Administrativos	16.208	15.811	
(+/-)	Fundos dos Investimentos	4.616	3.725	

Plano Postalprev

DESCRIÇÃO		Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A)	ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.937.391	4.250.259	-7,36%
	1. ADIÇÕES	956.018	567.055	68,59%
(+)	Contribuições Previdenciais	530.151	567.055	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	425.867	0	
	2. DESTINAÇÕES	(276.294)	(879.923)	-68,60%
(-)	Benefícios	(245.684)	(589.292)	
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(257.407)	
(-)	Custeio Administrativo	(30.610)	(33.224)	
	3. ACRÉSCIMO/DESRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	679.724	(312.868)	-317,26%
(+/-)	Provisões Matemáticas	530.928	(545.656)	
(+/-)	Fundos Previdenciais	96.870	81.070	
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	51.926	151.719	
B)	ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	4.617.115	3.937.391	17,26%
C)	FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	139.018	112.454	23,62%
(+/-)	Fundos Administrativos	124.916	100.065	
(+/-)	Fundos dos Investimentos	14.101	12.389	

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Plano Benefício Definido

DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1. ATIVOS	3.030.842	2.893.183	4,8%
Disponível	737	2.132	
Recebível	167.564	152.148	
Investimentos	2.862.540	2.738.903	
Títulos públicos	1.484.282	1.564.720	
Créditos privados e depósitos	43.779	58.709	
Ações	49.751	54.137	
Fundos de investimentos	735.599	551.591	
Investimentos imobiliários	285.304	234.929	
Empréstimos e financiamentos	246.063	267.465	
Depósitos Judiciais	17.762	7.352	
2. OBRIGAÇÕES	142.220	124.140	14,6%
Operacional	118.838	108.938	
Contingencial	23.382	15.202	
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS (Nota 5.4)	20.824	19.536	6,6%
Fundos Administrativos	16.208	15.811	
Fundos dos Investimentos	4.616	3.725	
4. TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	2.867.798	2.749.507	4,3%
Provisões Matemáticas	8.902.486	9.251.641	
Superávit/(Déficit) Técnico	(6.034.687)	(6.502.132)	
5. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	(6.034.687)	(6.502.132)	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	21.913	93.505	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(6.012.775)	(6.408.627)	-6,2%

Plano Postalprev

DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1. ATIVOS	4.868.143	4.130.190	17,87%
Disponível	3.524	584	
Recebível	203.048	183.576	
Investimentos	4.661.572	3.946.030	
Titulos públicos	3.342.378	2.850.657	
Créditos privados e depósitos	65.453	56.357	
Ações	29.980	28.879	
Fundos de investimentos	743.655	586.833	
Empréstimos e financiamentos	480.105	423.305	
Depósitos Judiciais	2	0	
2. OBRIGAÇÕES	112.011	80.346	39,41%
Operacional	112.011	80.346	
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS (Nota 5.4)	139.018	112.454	23,62%
Fundos Administrativos	124.916	100.065	
Fundos dos Investimentos	14.101	12.389	
4. TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	4.617.115	3.937.390	17,26%
Provisões Matemáticas	4.117.890	3.586.961	
Superávit/(Déficit) Técnico	23.344	-28.582	
Fundos Previdenciais	475.881	379.011	
5. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	23.344	-28.582	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	36.515	39.214	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	59.859	10.632	463,01%



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Plano Benefício Definido

DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.014.634	2.877.374	4,8%
1. Provisões Matemáticas	8.902.486	9.251.641	-3,8%
1.1 Benefícios Concedidos	10.478.961	10.471.407	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.478.961	10.471.407	
1.2 Benefícios a Conceder	3.950.055	4.273.842	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.478.996	3.625.471	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	471.059	648.371	
1.3 Provisões Matemáticas a Constituir	(5.526.531)	(5.493.608)	
(-) Déficit Equacionado	(5.526.531)	(5.493.608)	
(-) Patrocinador(es)	(2.745.628)	(2.735.837)	
Equacionamento de 2012	(598.646)	(596.877)	
Equacionamento de 2014	(2146.982)	(2.138.959)	
(-) Participantes	(767.125)	(100.110)	
Equacionamento de 2012	(166.905)	(21.911)	
Equacionamento de 2014	(600.220)	(78.200)	
(-) Assistidos	(2.013.778)	(2.657.661)	
Equacionamento de 2012	(439.627)	(579.909)	
Equacionamento de 2014	(1.574.151)	(2.077.752)	
2. Equilíbrio Técnico	(6.034.687)	(6.502.132)	-7,2%
2.1 Resultados Realizados	(6.034.687)	(6.502.132)	
(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.034.687)	(6.502.132)	
3. Fundos (Nota 5.4)	4.616	3.725	23,9%
3.1 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.616	3.725	
4. Exigível Operacional	118.838	108.939	9,1%
4.1 Gestão Previdencial	86.973	76.216	
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	31.866	32.723	
5. Exigível Contingencial	23.382	15.201	53,8%
5.1 Gestão Previdencial	8.301	10.253	
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	15.081	4.948	

Plano Postalprev

DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	4.743.227	4.030.127	17,69%
1. Provisões Matemáticas	4.117.890	3.586.962	14,80%
1.1 Benefícios Concedidos	478.953	469.995	
Contribuição Definida	114.911	109.197	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	364.042	360.798	
1.2 Benefício a Conceder	3.638.937	3.116.967	
Contribuição Definida	3.638.937	3.116.967	
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.790.233	1.533.510	
Saldo de Contas - parcela participantes	1.848.704	1.583.457	
2. Equilíbrio Técnico	23.344	(28.582)	-181,68%
2.1 Resultados Realizados	23.344	(28.582)	
Superávit Técnico Acumulado	23.344	0	
Reserva de Contingência	23.344	0	
(-) Déficit Técnico Acumulado	0	(28.582)	
3. Fundos	489.982	391.400	25,19%
3.1 Fundos Previdenciais	475.881	379.011	
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.101	12.389	
4. Exigível Operacional	112.011	80.346	39,41%
4.1 Gestão Previdencial	109.179	78.314	
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	2.832	2.033	

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Consolidado

DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	115.876	106.015	9,3%
1. Custeio da Gestão Administrativa	89.414	127.082	-29,6%
1.1 Receitas	89.414	127.082	-29,6%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	42.264	43.129	
Custeio Administrativo dos Investimentos	29.224	67.392	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6.729	7.243	
Receitas Diretas	346	78	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	10.563	8.641	
Outras Receitas	289	600	
2. Despesas Administrativas	64.096	89.418	-28,3%
2.1 Administração Previdencial	28.144	58.135	-51,6%
Pessoal e Encargos	21.061	39.392	
Treinamentos/Congressos e Seminários	27	281	
Viagens e Estádias	94	939	
Serviços de Terceiros	3.198	7.152	
Despesas Gerais	1.776	4.956	
Depreciações e Amortizações	702	319	
Tributos	1.286	5.097	
2.2 Administração dos Investimentos	35.952	31.283	14,9%
Pessoal e Encargos	16.540	14.942	
Treinamentos/Congressos e Seminários	83	120	
Viagens e Estádias	286	432	
Serviços de Terceiros	8.794	11.507	
Despesas Gerais	4.904	1.961	
Depreciações e Amortizações	1.425	136	
Tributos	3.921	2.185	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	69	27.804	-99,8%
4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	25.249	9.861	156,1%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	25.249	9.861	156,1%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	141.124	115.876	21,8%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Plano Benefício Definido

DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Varição (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	15.811	3.962	299,07%
1. Custeio da Gestão Administrativa	27.426	74.035	-62,96%
1.1 Receitas	27.426	74.035	-62,96%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	11.654	9.905	
Custeio Administrativo dos Investimentos	11.198	55.534	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2.995	3.822	
Receitas Diretas	158	35	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.298	4.428	
Outras Receitas	124	312	
2. Despesas Administrativas	27.019	49.959	-45,92%
2.1 Administração Previdencial	12.805	26.053	-50,85%
2.1.1 Despesas Comuns	5.494	16.777	-67,25%
2.1.2 Despesas Específicas	7.311	9.276	-21,18%
Pessoal e Encargos	6.581	8.871	
Viagens e Estádias	2	25	
Serviços de Terceiros	407	205	
Despesas Gerais	320	169	
Depreciações e Amortizações	0	6	
2.2 Administração dos Investimentos	14.214	16.055	-11,46%
2.2.1 Despesas Comuns	11.516	8.164	41,07%
2.2.2 Despesas Específicas	2.698	7.891	-65,81%
Pessoal e Encargos	1.359	3.435	
Viagens e Estádias	2	33	
Serviços de Terceiros	688	4.420	
Despesas Gerais	649	1	
Depreciações e Amortizações	0	2	
2.3 Repasse de Parte de Fundo Administrativo	0	7.852	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	10	12.227	-99,92%
4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	397	11.849	-96,65%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	397	11.849	-96,65%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	16.208	15.811	2,51%

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

Plano Postalprev

DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	100.065	102.051	-1,9%
1. Custeio da Gestão Administrativa	61.988	53.047	16,9%
1.1 Receitas	61.988	53.047	16,9%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	30.610	33.224	
Custeio Administrativo dos Investimentos	18.026	11.858	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	3.734	3.421	
Receitas Diretas	188	43	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	9.264	4.213	
Outras Receitas	165	287	
2. Despesas Administrativas	37.077	39.456	-6,0%
2.1 Administração Previdencial	15.339	32.082	-52,2%
2.1.1 Despesas Comuns	6.581	20.660	-68,1%
2.1.2 Despesas Específicas	8.758	11.422	-23,3%
Pessoal e Encargos	7.884	10.924	
Viagens e Estádias	3	31	
Serviços de Terceiros	487	253	
Despesas Gerais	384	208	
Depreciações e Amortizações	0	7	
2.2 Administração dos Investimentos	21.738	15.226	42,8%
2.2.1 Despesas Comuns	17.612	7.742	127,5%
2.2.2 Despesas Específicas	4.126	7.484	-44,9%
Pessoal e Encargos	2.078	3.257	
Viagens e Estádias	3	31	
Serviços de Terceiros	1.052	4.193	
Despesas Gerais	993	1	
Depreciações e Amortizações	0	2	
2.3 Repasse de Parte de Fundo Administrativo	0	(7.852)	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	59	15.577	-99,6%
4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	24.852	(1.986)	-1351,2%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	24.852	(1.986)	-1351,2%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	124.916	100.065	24,8%

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações

1. Informações Gerais

O Instituto de Previdência Complementar – Postalis (sob regime especial de intervenção), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 00.627.638/0001-57, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira qualificada como multipatrocinada e com multipiano, com sede na cidade de Brasília – Distrito Federal (DF), cujas atividades são regidas pelas Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

A entidade tem como objetivo instituir, administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, em conformidade com as normas do Ministério da Economia, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O Postalis dispõe de isenção tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme o art. 5 da Lei nº 11.053/2004, art. 5º da Lei 10.426/2002 e artigos. 10 e 17 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN SRF nº 588/2005). A entidade sujeita à tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pelo regime cumulativo sobre as receitas administrativas, nos termos da Lei nº 12.973/2014, que promoveu alteração no caput do art. 3º da Lei nº 9.718/1998, baseada no enquadramento técnico estabelecido na resolução MPS/CNPC nº 12/2013, bem como, da Taxa de Fiscalização e Controle de Previdência Complementar (TAFIC), principal receita da Previc, calculada de forma quadrimestral com base nos recursos garantidos dos planos de benefícios, conforme o art. nº 12 da Lei nº 12.154/2009.

O Instituto administra 02 (dois) planos de benefícios de natureza previdenciária e um plano de gestão administrativa, conforme Resoluções MPS/CGPC nº 16/2005 e (MPS/CGPC nº 29/2009).

2. Planos Administrados

No encerramento dos exercícios (31 de dezembro) de 2017 e 2018, o Instituto apresentou as seguintes composições populacionais por planos de benefícios:

Situação	Benefício Definido		Postalprev	
	2018	2017	2018	2017
Ativos	57.740	64.971	95.678	103.399
Aposentados	24.376	19.155	3.917	2.537
Pensionistas	6.073	6.150	1.379	1.239
Total	88.189	90.276	100.974	107.175
Idade Média da População	56	56	52	51



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Os recursos de que a entidade dispõe para funcionamento são provenientes de contribuições de suas patrocinadoras e de seus participantes, bem como dos rendimentos auferidos das aplicações desses recursos, observadas as regras fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

2.1 Plano de Benefício Definido (BD) Saldado (Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 19.810.004-29)

O plano BD é aquele cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecido, sendo o custeio determinado por meio de cálculo atuarial de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Instituído em 1981 e saldado em mar/2008, o plano BD Saldado é patrocinado pelas empresas Correios e Postalís, cujas regras de saldamento estão dispostas em seu regulamento vigente, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC (Ofício nº. 4.683, de 12/12/2007).

As prestações de previdência asseguradas pelo regulamento abrangem:

- BPS – Benefícios Proporcional Saldado ;
- BPS por invalidez;
- BPS antecipado;
- Pensão por Morte;
- Suplementação do auxílio-reclusão; e
- Pecúlio por Morte somente para os beneficiários de assistidos.

2.1.1 Continuidade Operacional do Plano BD Saldado

O interventor aprovou o Relatório de Risco de Liquidez de Médio e Longo Prazo do Plano BD, que teve por finalidade atender à NBC TA 570 – Continuidade Operacional, em conexão com o encerramento das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2018. Cabe ressaltar, no que se refere à continuidade do plano, que o Postalís realiza, periodicamente, diversos estudos técnicos com o objetivo de preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, bem como a liquidez e a solvência dos planos administrados.

A avaliação atuarial de 2018 do Plano BD aponta que as Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2018, R\$ 5.526.531 mil, e referem-se, integralmente, a déficit equacionado. Já o equacionamento do déficit técnico acumulado de R\$ 6.034.687 mil deverá ser realizado por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, em que Postalís, Previc e Correios acordam por uma definição mais adequada de uma estratégia previdenciária para tratamento do desequilíbrio técnico do Plano BD e cujo cronograma prevê 26 meses.

Apesar do déficit acumulado, as obrigações de médio e/ou longo prazo do plano estão suportadas pelo seu fluxo financeiro, conforme demonstrado no Relatório de Risco de Liquidez de Médio e Longo Prazo do Plano BD elaborado pela área de monitoramento de riscos da entidade, em março/2019, com base em dezembro/2018, tendo em vista os seguintes aspectos:



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

- a) Recursos Garantidores do plano são compatíveis com suas obrigações até o ano de 2029; e
- b) o estudo aponta para inflexão (descasamento) no fluxo futuro de caixa do plano em 2023, considerando-se o cenário base.

Assim sendo, conclui-se que o Plano BD possui viabilidade financeira projetada de, aproximadamente, 15 anos para honrar os seus compromissos. Entretanto, conforme apontado no estudo do fluxo atuarial: elaborado pelo Instituto, em atendimento à Resolução CNPC nº 29/2018, caso seja considerada a projeção dos equacionamentos futuros (considerando que sempre que houver déficit, este será equacionado pelo valor mínimo e pelo prazo máximo permitidos pela legislação) e conseqüentemente, a estimativa de receita gerada, o Plano apresentará suficiência financeira ao longo de todo o período analisado, tendo capacidade operacional para um horizonte de médio a longo prazo, indicando sua capacidade de continuidade operacional. Os déficits apurados nos exercícios anteriores podem vir a ser minimizados ao longo da vigência do TAC na medida em que o Postalís venha a ter sucesso com as ações para recuperação dos investimentos que sofreram default. (Nota 5)

2.2 Plano Postalprev (CNPB 2.002.047-65)

O Plano Postalprev é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável (CV), sendo que na fase de acumulação os saldos de contribuição são estruturados na modalidade de contribuição definida (CD), e os benefícios são concedidos na forma de percentual do saldo de contas. Os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada), após sua concessão e os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, pecúlio e auxílio-doença) são estruturados na modalidade BD.

Patrocinado pelas empresas Correios e Postalís, o plano Postalprev está aberto para novas adesões desde março/2008.

Os benefícios assegurados pelo regulamento abrangem:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;
- Auxílio doença; e
- Pecúlio por morte.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

2.3 Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Conforme disposto nas Resoluções MPS/CGPC n° 29/2009 e o MPS/CNPC n° 29/2018, o PGA tem por finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa da entidade, na forma do seu regulamento, aprovado pela administração por meio da Decisão do Interventor 2018/036, de 14/08/18.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e, nos registros e procedimentos contábeis específicos, as normas editadas pelo CNPC e pela Previc.

A planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, proporcionando informações mais adequadas e relevantes às peculiaridades do segmento. Respeitando, desta forma, a autonomia patrimonial dos planos de acordo com a Resolução MPS/CNPC n° 29/2018.

O Postalis tem sua estrutura contábil segregada em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos, cujas classificações são realizadas segundo a natureza e a finalidade das transações abaixo:

- Gestão Previdencial: registra e controla todas as atividades previdenciais dos planos de benefícios, tais como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, institutos (BPD, Resgate, Portabilidade e Autopatrocínio), constituição/reversão de provisões matemáticas e fundos.
- Gestão Administrativa: tem como objetivo registrar e controlar as receitas e as despesas inerentes às atividades administrativas da entidade. A segregação das despesas administrativas entre Gestão Previdencial e Investimentos observa critérios preestabelecidos aprovados pela administração.
- c. Investimentos: tem por finalidade registrar o patrimônio dos planos de benefícios previdenciais, cujo objetivo é alcançar rentabilidade compatível com as metas atuariais, assim como com o índice de referência do PGA.

3.1 Demonstrações Contábeis

Conforme a Instrução MPS/SPC n° 34/2009 e a Resolução MPS/CNPC n° 29/2018, as EFPC's apresentam as seguintes demonstrações contábeis, ao final do exercício:

- Balanço Patrimonial (BP): de forma consolidada, tem como finalidade evidenciar os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): de forma consolidada, apresenta as variações ocorridas no patrimônio social dos planos de benefícios;
- Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL): por plano de benefícios, tem como finalidade evidenciar a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

- d) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): por plano de benefícios, demonstra as muta es ocorridas no ativo líquido;
- e) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): de forma consolidada, evidencia a atividade administrativa da entidade e as altera es do fundo administrativo;
- f) Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): por plano de benefícios, evidencia as altera es do patrimônio de cobertura ao fim de cada exercício, demonstrando os valores das obriga es presentes e futuras dos planos para com os seus participantes.

Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis: de forma consolidada, apresentam informa es complementares quanto   situa o patrimonial, atividades operacionais e outros fatos considerados relevantes pela entidade.

A escriturac o contábil   centralizada na sede e está revestida das formalidades legais. A autentica o dos livros contábeis   realizada por meio da Escriturac o Contábil Digital – ECD do Sistema Público de Escriturac o Digital (Sped), na forma estabelecida pela SRFB (Decreto n  6.022/07 e Decreto n  9.555/2018).

As Demonstra es Contábeis do exercício de 2018 foram aprovadas pelo Interventor da Previc em 28/03/2019.

4. Principais Práticas Contábeis

4.1 Premissas e estimativas contábeis

As estimativas atuariais e contábeis adotadas pelo Postalís são estabelecidas pela administra o com base em metodologias e premissas periodicamente revisadas. No entanto, na ocasião da realiza o dos resultados, pode haver varia es em rela o às estimativas.

Dentre as principais estimativas, destacamos: valor justo de determinados ativos, como instrumentos financeiros e investimentos imobiliários, provisões para crédito de liquida o duvidosa, passivos contingenciais e provisões matemáticas.

4.2 Gestão de Riscos

A política de Gestão de Riscos do Instituto destina-se a estabelecer regras, limites e metodologia para o monitoramento e avalia o dos riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos. Para isso, estabelece critérios, parâmetros e limites de gestão de risco para a carteira de investimentos, sendo eles:

- a) Risco Atuarial: para determinar o passivo dos planos de benefícios, promove-se o cálculo das provisões matemáticas com base nas diversas hipóteses adotadas para fazer inferências sobre o futuro, que determinam o comportamento da massa de participantes, assistidos, pensionistas e seus dependentes, observando-se também o retorno dos investimentos e o cenário econômico. A cada ano, o Postalís realiza o monitoramento contínuo por intermédio de estudos técnicos para comprovar a aderência das premissas



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

adotadas nos cálculos atuariais em relação ao efetivamente realizado, tais como mortalidade de válidos, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez, rotatividade, taxa de juros, crescimento real de salários, composição familiar, inflação, entre outras, propondo a revisão nos casos em que ficar evidenciada, por determinado período e reiteradamente, a não-aderência.

- a) Risco de Mercado: o acompanhamento do risco de mercado é feito por meio do Value-at-Risk (VaR) que estima, com base nos dados históricos dos retornos dos ativos, a perda máxima possível, dentro de um certo nível de confiança estatístico. O VaR utilizado é o do tipo paramétrico com nível de confiança em 95%. Além disso, mensalmente são realizados Stress Test (cenário) em que se supõe os preços de mercado sofrendo variações maiores do que aquelas utilizadas modelo paramétrico de VaR. Anualmente, na análise dos cenários de Application Lifecycle Management (ALM) utilizamos o efeito do cenário de Stress Test para provisionamento adicional impactando o resultado e a liquidez de cada plano.
- b) Risco de Crédito: o risco de crédito dos investimentos dos planos é avaliado com base em rating externo elaborado por empresas conceituadas de avaliação no mercado, para os quais se estabelecem pisos de qualidade, restringindo os investimentos aos níveis considerados na faixa de nível de investimento, eliminando os de grau especulativo. Os ratings são revistos periodicamente, com intervalo máximo de um ano. Além dos ratings externos, o Postalis realiza a análise fundamentalista econômico – financeira e emite parecer com os riscos da operação para cada novo investimento ou renegociação, submetendo-os ao Comitê de Investimento, com eventuais sugestões quanto ao reforço nas garantias ou outros condicionantes à operação
- c) Risco de Liquidez: o risco de liquidez caracteriza-se, principalmente, pela possibilidade de descasamentos entre os fluxos de caixa de ativos e passivos. Tal risco pode ser dividido nas seguintes classes: possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo) e possibilidade de inadimplência ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira de investimentos (Ativo). A gestão desse risco é feita por intermédio do controle de fluxo de caixa, índice de liquidez e solvência do plano. Por meio do efeito do cenário de Stress Test no estudo de ALM são analisados cenários com o impacto na liquidez de cada Plano.
- d) Risco Operacional: o Postalis possui um sistema de gestão de riscos operacionais, contendo matriz de riscos originais (bruto) e residuais (após impacto da qualidade dos controles), com apontamento dos riscos mais relevantes. Iniciamos a execução de planos de ação para mitigação dos riscos considerados de maior impacto com o objetivo da melhoria dos controles internos. Além disto, está prevista a revisão anual de todos os riscos e da qualidade de controle.
- e) Risco na Terceirização: na administração dos recursos financeiros há a possibilidade da terceirização total ou parcial dos investimentos da entidade. Esse tipo de operação delega responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores. O Postalis realiza periodicamente avaliação de desempenho de seus gestores de fundos de investimento nos segmentos Referenciado, Multimercado, Renda fixa e Ações. Essas avaliações preveem o saque de recursos de forma



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

gradativa caso o gestor não supere seu benchmark conforme estipulado no Manual de Investimento. Os riscos decorrentes da terceirização foram avaliados, sendo identificada a possibilidade de melhoria de controles que será implementada mediante execução de plano de ação.

- f) Risco Legal: o risco legal está relacionado especialmente a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras oriundas de decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais e administrativos em desfavor do Postalís, não execução de contratos e/ou do não cumprimento das normas. O controle do risco legal incide sobre a gestão de investimentos e sobre as atividades operacionais, incluindo, mas não se limitando àquelas inerentes à gestão de qualidade de atendimento e ao cuidado com os cumprimentos de contratos. Entre outros controles, para a mitigação desses riscos, utilizamos o suporte de pareceres jurídicos para contratos com participantes e terceiros; a avaliação e reavaliação de legislações que impactam os negócios, a elaboração periódica de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimentos (PI), assim como a revisão periódica dos normativos internos.
- g) Risco Sistêmico: o risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Para esse fim é importante que sejam considerados cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação aos eventos de risco. Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos leva em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise. Atualmente, o Instituto adota visão conservadora para novos investimentos.
- h) Risco de imagem: risco decorrente de opiniões e questionamentos adversos de reguladores, fiscalizadores, participantes e sociedade em geral, sobre atitudes da entidade ou de seus colaboradores e administradores agindo em seu nome, que abalem a confiança e a credibilidade, impactando diretamente os valores dos investimentos do Postalís. Os riscos de imagem foram avaliados, sendo implantadas boas práticas de gestão econômico-financeira e de governança corporativa, bem como a possibilidade de melhoria mediante execução de plano de ação aperfeiçoando as práticas de integridade.

4.3 Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, assim como o adiantamento das folhas de benefícios, depósitos judiciais e recursais.

4.4 Gestão Administrativa

Registra as receitas e as despesas inerentes às atividades administrativas do Postalís.

A participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo corresponde ao patrimônio do PGA, que é constituído pelas receitas, deduzidas as despesas comuns e específicas da gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

4.5 Investimentos

Os limites operacionais de aplicação dos recursos garantidores das provisões matemáticas e fundos são fixados pela Resolução CMN nº 4.661/2018 e pelas Políticas de Investimento, revisadas anualmente pelo Instituto.

Conforme a Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e a Deliberação CVM nº 699/2012, a precificação dos títulos e valores mobiliários obedece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

Nível I – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível II – Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível III – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

4.5.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos.

A Resolução MPS/CNPC nº 29/2018 estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias e de fundos de investimento exclusivos.

De acordo com a Instrução SPC nº 34/2009 e a Deliberação CVM nº 699/2012, a precificação dos títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

a. Títulos para Negociação (Marcados a Mercado): referem-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados, independentemente do prazo, a decorrer da data da aquisição.

b. Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcados na Curva): referem-se aos títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 meses a contar da data de aquisição e que sejam considerados pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no país, como de baixo risco de crédito. Caso sejam verificadas alterações no risco do título e valor mobiliário de baixo para médio ou alto risco de crédito, deverá ocorrer imediata transferência da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários nas categorias apresentadas somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços anuais.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Para os títulos que não possuem mercado ativo, o Postalís emprega as seguintes metodologias de precificação:

- preço referencial indicativo de entidade de renome que represente instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais brasileiros (exemplo: Anbima); ou
- custo amortizado com aplicação do teste de impairment considerado o risco de crédito do emissor. Caso o emissor não tenha risco de crédito calculado por nenhuma empresa de rating, o Postalís atribui o grau de risco máximo.

4.5.2 Ações

As ações das companhias negociadas em bolsa de valores estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes sobre a operação. Para a precificação do ativo observa-se a cotação de fechamento do mercado no último dia em que a ação tenha sido negociada na bolsa de valores. As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidas a partir da data ex-dividendos.

Para as ações sem um mercado ativo, o valor justo é baseado em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares.

4.5.3 Fundos de Investimento

A precificação dos ativos em fundos sob a administração e/ou controladoria do BNY Mellon DTVM observam técnicas e parâmetros legais regulamentares, de modo que as cotas dos fundos reflitam da forma mais precisa possível o valor de seus ativos, sendo admitida em alguns casos particulares, a apropriação de resultados pró-rata dia útil, conforme regulamentação em vigor.

Para isso, é utilizado o preço de mercado fornecido por fonte observável e transparente, sempre que esta estiver disponível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade (Nota 4.5 – Níveis II ou III), por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte observável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção da denominação “Preço Indicativo de Consenso” (PIC).

A metodologia de cotação do PIC consiste em obter, a partir de um pool de players previamente selecionados, taxas, volatilidades e preços, referentes a um determinado ativo.

O PIC é dado pela mediana das informações obtidas junto ao pool de players, por ser menos vulnerável a outliers causados eventualmente por input incorreto de dados ou qualquer outra falha operacional no processo de obtenção de valores. Para os ativos que inexistam dados de qualidade ou em quantidade mínima para a formação do PIC, tais como as opções de baixíssima liquidez, são utilizados modelos estatísticos que, associados a modelos de precificação, fornecem um preço teórico com base em parâmetros estimados a partir de séries históricas.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

4.5.4 Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e reavaliados periodicamente, no período máximo de 3 (três) anos, de acordo com o item nº 19 letras “h” e “k” do Anexo A da IN MPS/SPC nº 34/2009. Os ajustes da reavaliação são registrados em conta de resultado.

Para determinação dos valores dos imóveis são utilizados os métodos de Capitalização da Renda, Comparativo Direto de Dados de Mercado. O método de Custo de Reprodução é utilizado para divisão dos valores entre terreno e benfeitorias, conforme Norma Brasileira para Avaliações de Bens (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A depreciação incide sobre o valor reavaliado, calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de avaliação ou reavaliação, cuja prática tem por finalidade atualizar o valor contábil dos imóveis ao valor justo.

Os valores registrados a título de aluguéis a receber são atualizados pelos índices contratados e acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

4.5.5 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos são operações com participantes e seus saldos estão registrados ao custo, atualizados monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescidos de juros conforme o prazo, observando as regras estabelecidas no regulamento da carteira de empréstimos de cada plano de benefícios.

4.6 Provisão para Perdas e Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para perdas prováveis e para créditos de liquidação duvidosa são constituídas sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, e contabilizados em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do referido ativo, conforme o item 11 do Anexo “A” da Instrução MPS/SPC nº 34/2009.

5. Ativos em Investigação

A entidade possui ativos de investimento que estão sob investigação das autoridades competentes. Até onde se tem conhecimento, as operações instauradas pelas autoridades públicas e os respectivos ativos sob investigação são:

- a) Operação Greenfield: FIP Multiner.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

- b) Operação Pausare: Mudar Master; Canabrava Agrícola e Energética; Xnice Participações S/A; FIP ETB; FIP RN Naval Mezanino; FIDE BNY Mellon; FIP Multiner; FIP Nova Energy; Perimeter FIA; FIP Saúde; e FIDC Trendbank – Multisetorial.
- c) Operação Rizoma: FIP ETB; XNICE Participações S/A; Alubam Participações S.A; e Galileo Administração de Recursos Educacionais S/A.

O Postalís tem adotado postura colaborativa com as autoridades competentes encarregadas pelas investigações, fornecendo, sempre que oficiado, todos os subsídios necessários para o deslinde dos trabalhos.

Inobstante, a entidade vem tomando medidas para reverter os prejuízos ocasionados aos Planos de Benefícios que administra e responsabilizar agentes por tais fatos.

Em relação aos prejuízos causados pelo agente BNY Mellon DTVM, fundamentadas na cláusula objetiva do Contrato de Administração Fiduciária, firmado em jan/2011, em que a responsabilidade por quaisquer prejuízos é totalmente da referida instituição financeira, diversas ações judiciais foram propostas pela entidade em desfavor da Instituição Financeira, a saber:

5.1 FIC FIDE BRASIL SOVEREIGN II

Processo nº 0266411-48.2014.8.19.0001, que corre na 29ª Vara cível da comarca da capital do estado do Rio de Janeiro (RJ), Réus: BNY Mellon DTVM e Sr. Fabrizio Dulcetti Neves. Valor da Causa: R\$ 197.859 mil, em 08/08/2014. Objeto: Trata-se de ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo Brasil Sovereign II. Agravo de instrumento nº 0044842-75.2014.8.19.0000. 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do RJ. Agravante: BNY Mellon DTVM. Agravado: Postalís. Objeto: Reforma da decisão que deferiu o pedido de antecipação de tutela e determinou o bloqueio online nas contas do réu. Agravo de Instrumento nº 0053506-95.2014.8.19.0000. 20ª Câmara cível do Tribunal de Justiça do estado do RJ. Agravante: BNY Mellon DTVM. Agravado: Postalís. Objeto: Reforma da decisão que deferiu o reforço da carta de fiança.

5.2 FM1 FIM CRÉDITO PRIVADO

Processo nº 0075917-95.2015.8.19.0001. 26ª Vara Cível da Comarca da capital do estado do Rio de Janeiro – RJ. Réus: BNY Mellon DTVM, Espólio de Soraya Andrade Saad; Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimerado Crédito Privado; BNY Mellon DTVM. Valor da Causa: R\$ 24.702 mil. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária com pedido de recompra das 16.168.020 mil quotas de emissão do FM1 então cedidas pelo FC ao FCP e hoje de titularidade do autor, além do pedido de condenação solidária dos réus a indenizarem o Postalís nas perdas e danos, incluindo os prejuízos, lucros cessantes e/ou danos emergentes advindos do inadimplemento da obrigação de recompra de quotas por tanto tempo, bem como decorrente da quebra de diversos deveres previstos na Instrução CVM nº 409/2004.

5.3 RIVIERA FUNDO DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO (FIM)

Processo nº 0499418-13.2015.8.19.0001. Juízo: 1ª Vara Empresarial da Capital – RJ Réus: BNY MELLON DTVM; BNY MELLON Administração de Ativos Ltda.; e RIVIERA Gestora de Recursos Ltda. Valor da Causa: R\$ 3.468 mil em 17/12/2015. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo Riviera.

5.4 TEJO FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (FIA)

Processo nº 0499277-91.2015.8.19.0001. Juízo: 5ª Vara Empresarial da Capital – RJ. Réus: BNY MELLON DTVM; BNY MELLON Administração de Ativos Ltda.; e RIVIERA Gestora de Recursos Ltda. Valor da Causa: R\$ 13.078 mil em 17/12/2015. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Tejo Fundo de Investimento em Ações. Em 17/12/2018 o processo se encontra em início da fase pericial.

5.5 FII GENERAL SHOPPING

Processo nº 0499308-14.2015.8.19.0001. Juízo: 1ª Vara Empresarial da Capital – RJ. Réus: BNY MELLON DTVM; e BNY MELLON Administração de Ativos Ltda. Valor da Causa: R\$ 3.841 mil em 17/12/2015. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo de Investimento General Shopping Ativo e Renda – FII. Em 24/10/2018, o processo se encontra em fase pericial, aguardando a entrega do laudo pelo perito.

5.6 BNY MELLON DTVM

Processo: 1017589-12.2017.4.01.3400. 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Valor da causa: R\$ 2.200.000 mil. Réu: BNY Mellon DTVM. Prognóstico: Remota. Resumo: Trata-se de ação ordinária que visa o recebimento da multa contratual, tendo em vista o inadimplemento da Requerida, bem como o pagamento ao Postalís dos prejuízos a ele acarretados, incluindo danos emergentes e/ou lucros cessantes. Em 18/12/2018, o processo se encontra em fase de juntada de defesas dos réus para posterior especificação de provas.

5.7 BNY MELLON DTVM

Processo eletrônico nº. 5001172-70.2018.4.03.6100. 26ª Vara Cível Federal de SP. Réu: BNY Mellon DTVM (Postalís e Correios estão sendo chamados como assistentes técnicos). Síntese: Ação Civil Pública cobrando do BNY Mellon DTVM 8,2 bilhões de reais pelos prejuízos causados ao Postalís. Para o ingresso da ação foi apurada, por meio de Inquérito Civil Público, a responsabilidade do BNY Mellon DTVM pela prática de atos irregulares que ocasionaram os déficits no Postalís. Os pedidos são de condenação do BNY Mellon DTVM (a) no pagamento de valores com a reaquisição das cotas de investimento descritos no processo; (b) no ressarcimento do Postalís de valores ilegalmente pagos a título de taxa de administração; e (c) à indenização por danos morais. Em 18/04/2018 o processo foi julgado extinto, sem resolução de mérito, em razão de caracterizada a litispendência, sendo a sentença objeto de recurso interposto pelo Ministério Público Federal (MPF) e dos assistentes Correios e Postalís. Os autos foram remetidos e distribuídos a 1ª Turma do TRF da 3ª Região para julgamento dos recursos, aguardando realização de procedimentos internos.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Além das ações contra o BNY Mellon DTVM, execuções judiciais foram ingressadas pelo Postalis visando a recuperação dos prejuízos dos seguintes ativos que se encontram sob investigação, a saber:

- Galileo Gestora de Recebíveis SPE S.A., Galileo Administração de Recursos Educacionais S.A., Sociedade Universitária Gama Filho e Luiz Alfredo da Gama Botafogo Muniz. Processo: 0403889-98.2014.8.19.0001. 3ª vara cível do RJ. Valor da causa: R\$ 87.494 mil. Exequente: Planner Trust DTVM Ltda., Postalis, Banco Mercantil do Brasil, Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS) e MB PREVI X – Renda Fixa – Fundo de Investimento Financeiro – Crédito Privado. Executados: Galileo Gestora de Recebíveis SPE S.A., Galileo Administração de Recursos Educacionais S.A., Sociedade Universitária Gama Filho e Luiz Alfredo da Gama Botafogo Muniz.
- Mudar Master II Participações S.A. e Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A.. Processo nº 0510219-22.2014.8.19.0001 Juízo: 50ª Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: Mudar Master II Participações S.A. e Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A. Valor da causa: R\$ 52.632 mil. Processo nº 0063331-26.2015.8.19.0001. Juízo: 50ª Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: Mudar Master II Participações S.A., Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A. e Lagoa dos Ingleses Participações Imobiliárias Ltda. Valor da Causa: R\$ 40.321 mil. Processo nº 046051506.2015.8.19.0001. Juízo: 32ª Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: MUDAR SPE MASTER EMPREENDIMENT
- OS IMOBILIÁRIOS S/A e MUDAR MASTER II PARTICIPAÇÕES S.A. Valor da Causa: R\$ 80.881 mil.

o Usina Sobrasil S.A (Grupo Canabrava). Processo: 0513079-59.2015.8.19.0001. Juízo: 20ª Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: Usina Sobrasil S.A.; Canabrava Bioenergia Participações S.A.; Priscila Assis Schueler de Carvalho. Valor da causa: R\$ 104.966 mil.

Sem prejuízo, considerando o regime de Intervenção em que se encontra submetido o Postalis, foi constituída por meio da Portaria nº 1.004, da Previc, D.O.U do dia 20/10/2017, uma Comissão de Inquérito Administrativo que objetiva apurar responsabilidades específicas dos administradores e conselheiros do Postalis, que levaram a entidade a atual situação. Em 10/12/2018 o procedimento de apuração foi concluído, sendo apresentado Relatório Conclusivo de Inquérito e julgado pela Previc, cuja Decisão da Diretoria Colegiada foi publicada no DOU nº 243, Seção 1, página 97, de 19/12/2018. A decisão e documentos relacionados foram encaminhados ao Postalis para conhecimento e tomada das medidas necessárias.

6. Composição das Contas Patrimoniais

6.1 Gestão Previdencial

A composição do ativo realizável da Gestão Previdencial está demonstrada a seguir:

Recursos a Receber	BD Saldado		Postalprev		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Contribuições a Receber (a)	9.058	8.069	77.774	82.716	86.832	90.785
Patrocinadores	9.058	8.069	38.642	41.187	47.700	49.257
Participantes	0	0	39.132	41.528	39.132	41.528
Contribuições Extraordinária Equacionamento (b)	121.838	113.386	0	0	121.838	113.386
Patrocinadora	33.539	32.280	0	0	33.539	32.280
Participantes	10.269	10.683	0	0	10.269	10.683
Judicial	78.030	70.423	0	0	78.030	70.423
Adiantamentos	197	238	12	7	209	245
Depósito Judicial	19.676	19.232	0	0	19.676	19.232
Outros Realizáveis	588	521	346	780	934	1.301
Total	151.357	141.446	78.132	83.502	229.488	224.949

(a) Valores consignados em folha de pessoal, repassados pela patrocinadora Correios no quinto dia do mês subsequente. (b) Contribuições extraordinárias de patrocinadoras e participantes do equacionamento dos déficits de 2012 e 2014 do plano BD Saldado, cujas contribuições dos participantes da Associação dos Profissionais dos Correios – ADCAP estão sendo realizadas, desde agosto de 2016, por meio de depósito judicial.

6.2 Gestão Administrativa

Segue a composição do ativo realizável da Gestão Administrativa:

Descrição	2018	2017
Contas a Receber	8.917	10.425
Contribuições para o Custeio Administrativo	7.952	9.840
Responsabilidades de Empregados	965	586
Despesas Antecipadas	287	398
Depósitos Judiciais/Recursais	52.725 (a)	62.212
Tributos a Compensar	336 (b)	6
Outros Realizáveis	1.085	1.044
Total da Gestão Administrativa	63.351	74.086

(a) PIS e COFINS sobre a receita, que representam R\$ 7.262 mil e R\$ 44.637 mil respectivamente relativos ao período de julho de 2006 a dezembro de 2014, cuja legalidade do pagamento das contribuições é questionado pelo Instituto. (b) PIS, COFINS e IRRF.

6.3 Investimentos

A administração dos investimentos é realizada por meio de carteira própria e gestão terceirizada, em consonância com a Resolução CMN n° 4.661/2018 e as diretrizes estabelecidas nas Políticas de Investimento dos respectivos planos.

Carteira de Investimentos Consolidada

Investimentos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo Amortizado	2018	2017
Titulos Públicos	1.038.657	0	0	3.858.179	4.896.835	4.514.228
Notas do Tesouro Nacional	1.038.657	0	0	3.858.179	4.896.835	4.509.931
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	0	0	0	0	0	4.298
Créditos Privados e Depósitos	109.232	0	0	0	109.232	115.066
Instituições Financeiras	67.770	0	0	0	67.770	58.360
Companhias Abertas	23.885	0	0	0	23.885	25.154
Companhias Fechadas	17.577	0	0	0	17.577	31.552
Sociedades Limitadas	0	0	0	0	0	0
Ações	79.730	0	0	0	79.730	83.016
Companhias Abertas	36.727	0	0	0	36.727	41.593
Sociedades de Propósito Especifico	43.003	0	0	0	43.003	41.423
Fundos de Investimento	744.019	257.361	143.467	6.388	1.151.234	1.160.743
Referenciada	77.450	0	0	0	77.450	107.383
Renda Fixa	12.840	0	0	0	12.840	15.706
Ações	514.865	0	0	0	514.865	469.416
Dívida Externa	97.382	0	0	0	97.382	84.479
Multimercado	38.582	0	0	0	38.582	52.090
Direitos Creditórios	98	0	143.467	0	143.565	182.024
Empresas Emergentes	0	11.806	0	6.388	18.194	19.760
Participações	0	245.554	0	0	245.554	226.211
Imobiliário	2.802	0	0	0	2.802	3.676
Investimentos Imobiliários	0	285.304	0	0	285.304	234.929
Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	246.063	246.063	690.770
Depósitos Judiciais	8.082	0	0	0	8.082	7.352
Total	1.979.720	542.664	143.467	4.110.630	6.776.481	6.806.104

6.3.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Ativos	Benefício Definido		Postalprev		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Títulos Públicos	1.484.282	1.564.720	3.342.378	2.850.657	70.175	98.852	4.896.835	4.514.229
Títulos Públicos Federais	1.484.282	1.564.720	3.342.378	2.850.657	70.175	98.852	4.896.835	4.514.229
Notas do Tesouro Nacional	1.484.282	1.563.419	3.342.378	2.847.660	70.175	98.852	4.896.835	4.509.931
Letras Financeiras do Tesouro	0	1.301	0	2.996	0	0	0	4.298
Créditos Privados e Depósitos	43.779	58.709	65.453	56.357	0	0	109.232	115.066
Instituições Financeiras	2.317	2.003	65.453	56.357	0	0	67.770	58.360
Certificado de Depósito Bancário	72.983	72.622	70.525	60.538	0	0	143.509	133.161
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(70.666) (a)	(70.619)	(5.073)	(4.182)	0	0	(75.739)	(74.801)
Companhias Abertas	23.885	25.154	0	0	0	0	23.885	25.154
Debêntures Não-Convertíveis	136.072	143.023	0	0	0	0	136.072	143.023
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(112.188) (b)	(117.869)	0	0	0	0	(112.188)	(117.869)
Companhias Fechadas	17.577	31.552	0	0	0	0	17.577	31.552
Cédulas de Créditos Bancários	1.033.360	892.632	6.434	6.080	0	0	1.039.794	898.712
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(1.025.326) (c)	(870.678)	(6.434)	(6.080)	0	0	-103.176	(876.758)
Certificados Recebimentos Imobiliários	9.544	9.598	0	0	0	0	9.544	9.598
Cédulas de Créditos Imobiliários	1.117.274	1.108.264	268.021	210.872	0	0	1.385.295	1.319.136
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(1.117.274) (d)	(1.108.264)	(268.021)	(210.872)	0	0	(1.385.295)	(1.319.136)
Sociedades Limitadas	0	0	0	0	0	0	0	0
Cédulas de Créditos Imobiliários	1.088.137	1.058.399	252.747	247.703	0	0	1.340.884	1.306.102
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(1.088.137) (e)	(1.058.399)	(252.747)	(247.703)	0	0	(1.340.884)	(1.306.102)
(a) Banco Santos S.A., Banco Crefisul S.A., Banco BVA S.A., Panamer – Banco PAN S.A.								
(b) Cambuci S.A., Procid – Particip. e Negócios S.A., Rio Bravo Securitizadora, Feniciapar S.A., GPC Participações, Cereagro S.A., Sanesalto Saneamento S.A., CESPP – Centro Ensino Sup. Presidente Prudente.								
(c) Sol a Sol Agrícola S.A., SPE Palva Agricultura S.A., Compacta – Ind. e Com. de Móveis Ltda, GPC Participações, Manchester Empreend. SPE Ltda, Raesa Rio Amazonas Energia S.A., New Energy S.A., Tubrasil SFICO Empreend. e Participações S.A., Partello Holding e Participações S.A.								
(d) Real Estate Rua B, Banco Máxima, Real Estate Rua F, Portello Investiminas, Real Estate Macaê, TETO Habitações.								
(e) SPE Segredo 2 Ltda, Proview Ltda, Voges Particip. Ltda, OGEDA Consult. Ltda, Pró-Saúde Ltda, Company Ltda, Embrapack Ltda, Laima Ltda, Kamann do Brasil Ltda, Anatote Ltda, Conspar Ltda, J2HA Ltda, Riviera Santos Ltda, Bocato Particip. Ltda, Indaiatuba Ltda, NJCS, MTTG Empreend. Ltda.								
(f) Banco PINE S.A.								
(g) Mudar Master II S.A., Dogma S.A., Real Estate Rua B, Real Estate Rua F, Portello Investiminas, EKEKA Empreend. S.A., Real Estate Macaê Plaza.								
(h) Compacta Ltda, Laima Particip. Ltda, Quinze de Maio Incorp. Ltda, UNIESP, Indaiatuba Ltda, NJCS.								

A carteira própria de Títulos Privados e Depósitos é composta da seguinte forma:



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

		2018	2017
Plano BD Saldado	Créditos Privados e Depósitos	43.779	58.709
	Instituições Financeiras	2.317	2.003
	Panamericano	2.317	2.003
	Companhias Abertas	23.885	25.154
	Vale do Rio Doce	14	14
	CBMG	23.870	25.139
	Companhias Fechadas	17.577	31.552
	IFSC	9.544	9.598
	ITPM	8.033	21.954
PostalPrev	Créditos Privados e Depósitos	65.453	56.357
	Instituições Financeiras	65.453	56.357
	SAFRA	39.909	35.301
	PINE	25.543	21.056

6.3.1.1 Títulos para Negociação

Em observância ao art. 30 da Resolução MPS/CNPC n° 29/2018, estão indicados a seguir os valores dos títulos, classificados como "Títulos para Negociação" comparados ao custo amortizado:



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Emissor	Tipo	Plano	Indexador	Taxas (ao ano)	Aquisição	Custo	Venc.	2018	
								Valor de Mercado (*)	Custo Amortizado
Títulos Públicos Federais	NTNB	BD	IPCA	6,13% a 6,27%	20/07/2016 a 31/08/2016	88.261	15/05/2019	96.508	95.354
				5,99%	23/09/2016	30.030	15/05/2021	33.586	31.811
		CV		5,28%	06/04/2017	31.095	15/08/2022	34.242	32.990
				5,35%	14/03/2017	30.832	15/08/2022	34.242	32.919
		BD		6,26% a 6,43%	19/12/2013 a 10/01/2014	190.249	15/08/2024	280.725	257.811
				5,65%	30/05/2017	31.243		35.088	32.934
		CV		5,08% a 5,25%	17/04/2017 e 28/12/2017	97.649	15/09/2026	105.263	101.801
				PGA	5,08% e 5,07%	28/12/2017 e 29/12/2017	65.888		70.175
		BD			5,15% e 5,17%	24/08/2017 e 30/08/2017	66.966	15/05/2035	71.271
				CV	6,18% a 6,41%	13/04/2016 a 20/04/2016	99.177	15/05/2045	127.757
		BD			5,42%	06/12/2017	32.951		36.502
				CV	5,13% a 6,85%	12/03/2014 a 21/03/2017	57.799	15/08/2050	75.907
BD	6,30%	25/11/2013	22.811			37.392	31.084		
	CCB	Águas de Itapema	BD	IGP-M	10,50%	22/11/2006	38.000	01/06/2019	8.033
Debênture	BMG	CDI		1,90%	01/09/2017	25.000	12/09/2022	23.870	23.870
	Vale	IGP-M		(**)	08/07/1997	4	perpetua	14	14
CRI	Infrasec			7,60%	05/07/2013	9.733	07/04/2027	9.544	9.544
CDB	Banco Panamericano	Pré-fixada		Pré-fixada	05/01/2015	1.540	18/12/2020	2.660	2.660
Letra Financeira	Banco PINE	PostalPrev	Pré-fixada	16%	18/06/2014	13.182	22/11/2021	28.712	28.712
			Pré-fixada	16%	18/06/2014	873	06/12/2021	1.904	1.904
	Banco SAFRA		IPCA	8,46%	07/02/2014	10.000	07/01/2021	19.825	19.825
			IPCA	8,75%	07/02/2014	10.000	07/02/2024	20.084	20.084
TOTAL							845.097.752	1.161.337	1.085.711

6.3.1.2 Títulos de Renda Fixa na Categoria Títulos Mantidos até o Vencimento

Os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" foram avaliados a mercado apenas para divulgação em notas explicativas, conforme a Resolução CNPC nº 29/2018, e estão assim representados:

Ativo	Custo Amortizado					2018	2017
	0 a 1 ano	1 – 5 anos	5 – 10 anos	10 – 15 anos	> 15 anos		
Titulos Públicos						3.858.179	3.797.698
Notas do Tesouro Nacional						3.858.179	3.797.698
NTN-B – BD Saldado	126.808	640.905 605.963		337.324	2.147.179	767.713	1.242.511
NTN-B – Postalprev						3.090.465	2.555.187

Ativo	Mercado					2018	2017
	0 a 1 ano	1 – 5 anos	5 – 10 anos	10 – 15 anos	> 15 anos		
Titulos Públicos						4.450.073	4.419.612
Notas do Tesouro Nacional						4.450.073	4.419.612
NTN-B – BD Saldado	128.677	680.637 673.814		392.454	2.574.490	609.314	1.336.155
NTN-B – Postalprev						3.640.758	3.083.457

Fonte: Econômicã.

A administração do Instituto realiza estudos para atestar a capacidade financeira e a intenção de mantê-los até o vencimento os títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento. Em dez/18, o plano BD Saldado reclassificou alguns Títulos Mantidos até o Vencimento para Títulos Marcados a Mercado. A motivação da reclassificação decorre do estudo elaborado pela consultoria Atuarial Mercer que, no cenário atual, indica falta de liquidez a partir do ano de 2023 (Of. Interv. nº 299/2018, de 21/12/2018).

6.3.2 Ações

Ativos	Benefício Definido		Postalprev		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ações	49.751	54.137	29.980	28.879	79.730	83.016
Companhias Abertas	36.727	41.593	0	0	36.727	41.593
Sociedade de Propósito Específico	13.024	12.544	29.980	28.879	43.003	41.423
Debêntures Não Conversíveis	695.536	656.698	446.060 (e)	456.983	1.141.596	1.113.681
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(682.512)	(644.154)	(416.080) (d)	(428.104)	(1.098.593)	(1.072.258)

(a) Plascar, João Fortes e Rumô Log.

(b) BBDM.

(c) Ulbra Recebíveis S.A., Galileo S.A., Usina Sobrasil S.A., Canabrava Agrícola S.A., Canabrava Energética S.A., Ocean House Incorp. S.A., Real Florestal Ltda, XNICE Particip. S.A., ALUBAN Particip. S.A.

(d) Galileo S.A., Ocean House S.A., Real Florestal Ltda, XNICE Particip. S.A., GBX TIETE II S.A., GSP Urbanização Ltda, MRT 2 S.A., Montreal Empreend. S.A.

(e) BBMD

6.3.3 Fundos de Investimento

RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Ativos	Benefício Definido		Postalprev		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2019	2017	2018	2017
Fundos de Investimentos	735.599	551.591	743.655	586.833	77.450	22.319	1.556.704	1.160.743
Referenciado	217.745 (i)	21.993	187.627 (j)	63.071	77.450 (i)	22.319	482.822	107.382
Renda Fixa	12.840	15.597	0	109	0	0	12.840	15.706
Valor Nominal	42.735	44.541	91.219	89.190	0	0	133.954	133.731
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(29.895) (a)	(28.944)	(91.219) (f)	(89.081)	0	0	(121.114)	(118.025)
Dívida Externa	97.382	84.479	0	0	0	0	97.382	84.479
Valor Nominal	125.347	108.738	0	0	0	0	125.347	108.738
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(27.965) (b)	(24.259)	0	0	0	0	(27.965)	(24.259)
Ações	0	0	514.865	469.416	0	0	514.865	469.416
Valor Nominal	0	0	516.126	552.521	0	0	516.126	552.521
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	0	0	(1.261) (g)	(83.106)	0	0	(1.261)	(83.106)
Multimercado	319	4.434	38.263	47.656	0	0	38.582	52.090
Valor Nominal	64.019	76.258	38.263	47.656	0	0	102.282	123.913
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(63.701) (c)	(71.824)	0	0	0	0	(63.701)	(71.824)
Direitos Creditórios	143.565	179.117	98	2.906	0	0	143.663	182.024
Valor Nominal	699.520	921.370	64.248	193.773	0	0	763.768	1.115.143
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(555.955) (d)	(742.253)	(64.149) (h)	(190.866)	0	0	(620.104)	(933.119)
Empresas Emergentes	18.194	19.760	0	0	0	0	18.194	19.760
Imobiliário	0	0	2.802	3.676	0	0	2.802	3.676
Valor Nominal	0	0	2.802	15.474	0	0	2.802	15.474
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	0	0	0	(11.798) (k)	0	0	0	(11.798)
Participações	245.554	226.211	0	0	0	0	245.554	226.211
Valor Nominal	300.303	578.098	0	0	0	0	300.303	578.098
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(54.748) (e)	(351.887)	0	0	0	0	(54.748)	(351.887)

(a) Fundo INCOME VALUE.

(b) FIDE BNY.

(c) FIM FM1, FL Premium Institucional.

(d) Trendbank Fomen, CJP FIDC NP e liquidação do fundo GP Aestatis.

(e) ETB, Multiner, Saúde Atlântica.

(f) Fundo INCOME VALUE, Dourado Institucional.

(g) PERIMETER Fundo de Investimentos.

(h) Trendbank Fomen e VINCI Crédito e Desenvolvimento.

(i) e (j) SANTIFICI INSTREFDI.

(k) Aquila.

(l) Santific FI



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Em mai/18, a BNY Mellon, na qualidade de agente fiduciário da carteira do Postalís, reconhece no valor da cota do Áquila Fundo de Investimentos Imobiliário (CNPJ 13.555.918/0001-49) a perda integral realizada pelo Instituto em dez/17, considerando a abstenção de opinião no parecer dos auditores independentes nas demonstrações financeiras de 2017.

Segue a composição dos fundos de investimentos por tipo de emissor:



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

FUNDOS DE INVESTIMENTOS	Plano BD Saldado		Postalprev	
	2018	2017	2018	2017
Referenciado	217.745	21.993	187.627	63.071
SANTIFICI INSTREFDI	217.745 (a)	0	187.627 (a)	0
BNP MATCH	-	21.993	0	63.071
Renda Fixa	12.840	15.597	0	109
BRB FICIRF	45	1.853	0	0
INSTITUCIONAL CREDITO PRIVADO FIRF	12.752	13.691	0	0
SANTANDER FI MASTER RF CP LP	43	53	0	0
BB INSTITUCIONAL RF	0	0	0	109
Divida Externa	97.382	84.479	0	0
BNY MELLON FIC FIRF DIVIDA EXTERNA (b)	97.382	84.479	0	0
Ações	0	0	514.865	469.416
SAGA INSTITUCIONAL FIA	0	0	65.076	111.304
BNP PARIBAS ACTION	0	0	57.080	56.020
BTG ABS INST FIC	0	0	120.693	31.269
GUERARDO INSTITUCIONAL 60 FIC FIA	0	0	61.377	68.631
PACIFICO ADOES FIC FIA	0	0	36.822	63.074
PERIMETER FIA	0	0	517	6.894
STK LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA	0	0	59.080	102.263
XP INVESTOR FIA	0	0	114.218	29.960
Multimercado	319	4.434	38.263	47.656
FIM CP HUNGRIA	319 (c)	4.434	0	0
ABSOLUTE HEDGE FIC FIM	0	0	17.321	23.901
QUEST MULTI FIC DE FIM	0	0	10.327	14.171
SAGA TOP FIC FIM	0	0	10.614	9.583
Direitos Creditórios	143.565	179.117	98	2.906
CJR FIDC NP	143.467 (d)	176.214	0	0
FIDC MULTISSECTORIAL ITALIA- SENIOR	98 (e)	2.903	00 (f)	2.906
Imobiliário	0	0	2.802	3.676
FII GENERAL SHOPPING ATIVO E RENDA	0	0	2.802	3.676
Empresas Emergentes	18.194	19.760	0	0
EMPREENDEDOR BRASIL FIP - MULTISTRATEGIA	11.806	13.193	0	0
JARDIM BOTANICO VC I - FIPEE	6.388	6.567	0	0
Participações	245.054	226.211	0	0
ENERGIA PCH FIP MULTISTRATEGIA	152.022	132.474	0	0
GOVERNANCA - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS III FIP	11.788	14.864	0	0
FLORESTAS DO BRASIL FIP MULTISTRATEGIA	79.993	75.776	0	0
NOVA ENERGY I FIP MULTISTRATEGIA	1.751	2.797	0	0
INVEST INST II	0	-299	0	0
TOTAL	735.599	551.591	743.655	586.633
(a) Fundo comum.				
(b) Fundo exclusivo.				
(c) Rentabilidade negativa no exercício de +17,0% devido ao provisionamento integral do Hospital da Glória.				
(d) Valor justo fundamentado em laudo de avaliação e relatório de escritório de advocacia especializada contratado pelo fundo.				
(e) Rentabilidade negativa no exercício de -45,2% devido a provisão integral da CCB LBV (Legião da Boa Vontade).				



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

6.3.3.1 BNY Mellon FIC FIRF Dívida Externa – O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do fundo BNY Mellon FIC FIRF Dívida Externa, apresenta ressalva com modificação na opinião em relação a precisão do valor justo do ativo, entretanto, considerando que a ressalva não abarca a totalidade dos ativos constantes no Fundo de Investimento, a administração do Postalís efetuou o provisionamento parcial do ativo, levando em consideração somente os ativos ressaltados pela auditoria independente. O valor total do investimento em 31 de dezembro de 2018 é de R\$125.347 mil e o valor provisionado é de (R\$27.964 mil), correspondente a um percentual de 22,3% de provisão sobre o patrimônio líquido do fundo em 31 de dezembro de 2018.

Cotas de fundos de investimento sem mercado ativo – A avaliação das cotas em fundos de investimento sem mercado ativo é feita pelo método do Fluxo de Caixa Descontado e reflete a estimativa da administração sobre a capacidade de gerar benefício econômico futuro. Na taxa de desconto aplicada estão refletidos os riscos conhecidos e volatilidades. As premissas macroeconômicas utilizadas nas avaliações dos referidos investimentos são estabelecidas internamente, em conjunto com consultoria especializada, a partir de suas análises e observações da economia brasileira e mundial. O valor justo dos investimentos mensurados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado é aprovado órgão máximo do Postalís. (Nota 4.5.3)

6.3.3.2 CJP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Créditos Judiciais e Precatórios – Constituído em 22/09/2010 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado ou reduzido por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas é composto por 64 processos judiciais. O objetivo do FIDC é a aquisição de direitos creditórios”, assim entendidos todo e qualquer direito creditório oriundo de obrigações de pagamento constantes de sentenças judiciais “Transitadas em julgado” (ou seja, aquelas sob as quais não cabem mais recursos de qualquer natureza – inclusive ações rescisórias – designados a imodificabilidade do ato decisório) e, ainda, “Precatórios” judiciais”. Como não foi possível obter evidência suficiente para fundamentar opinião quanto ao valor justo das cotas do FIDC, bem como inexistência de negociação das cotas no mercado secundário, o Postalís contratou consultoria especializada para elaborar um laudo de avaliação econômica para apuração do valor justo, a partir da aplicação das seguintes premissas:

Taxa de Desconto Base: para definição da taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa projetados com as provisões de risco conforme análise jurídica utilizou-se uma taxa de desconto padrão, sem riscos adicionais, levando-se em conta a última nota de rating auferida para o FIDC CJP e buscando em fontes públicas de quanto o mercado vem pagando em títulos com nível de risco semelhante.

Para a precificação de mercado de crédito privado utilizou-se a classificação dos títulos na curva de juros de crédito privado divulgada pela Anbima em 21/01/2019 com base no maior prazo apresentado para o estudo que foi de 13,5 anos. Com isso, comparou-se com a curva de spread de títulos privados de rating A (11,05%), adicionando-se a taxa de 2,85% que é o spread dos títulos com classificação de risco BB, conforme escala apresentada pelo professor Aswath Damodaram para economias emergentes.

Considerando as características do ativo, foi altamente subjetiva a determinação dos cronogramas de recebimento para fins de determinação das projeções do fluxo de caixa, dessa forma, o avaliador utilizou as seguintes premissas:

- Precatório: 20% ao ano entre 2020 e 2024; e
- Créditos Judiciais: 10% ao ano entre 2024 e 2033.

Levando em consideração o relatório elaborado pelo escritório advocacia contratado e informações obtidas junto ao gestor do fundo, o avaliador considerou três probabilidades de recebimento para os processos judiciais, a saber:

- Provável (5% de provisão);
- Possível (50% de provisão); e
- Remota (75% de provisão).

Além disso, agravou-se a taxa de desconto pela “Falta de Liquidez dos Créditos Judiciais” tendo em vista as incertezas e morosidade do sistema judiciário brasileiro e que, para negociação desses créditos oriundos de demandas judiciais há um pool mais restrito de investidores, com demandas altas de deságio e maior dificuldade de colocação.

Para quantificar o risco adicional dos ativos por conta dessa falta de liquidez, foi usado a metodologia denominada “Discount for Lack of Marketability” – DLOM que é um desconto adicional na forma de haircut do fluxo de caixa já descontado que busca quantificar a perda de valor de títulos por conta de sua baixa ou até nula liquidez no mercado secundário, e que é defensável o seu uso no caso dos créditos judiciais devido a sua especificidade, risco e dificuldade de desinvestimento em cenário de insucesso parcial e/ou total.

Das formas tradicionais de cálculo do DLOM, os mais usados o “Chaffee European Put Model” e o “Longstaff Look-Back Put Model” que se baseiam em duas variáveis principais: volatilidade de ativos negociados no mercado; e o tempo estimado para o desinvestimento de ativos ilíquidos avaliados (holding period). Assim, para a análise desses créditos judiciais, considerou-se:

- Volatilidade: 70%, valor máximo dos estudos.
- Holding period: 15 anos, valor máximo dos estudos e em linha com o fluxo de recebimento que projetamos.

De acordo com os dados estatísticos de Chaffee e Longstaff, o DLOM aplicado para diferentes matrizes de “Holding Period” e Volatilidade para os créditos judiciais foi definido em 67,5%, aplicado no fluxo de caixa desses créditos (média entre o valor da matriz de Chaffe e da matriz de Longstaff).

Como procedimento alternativo, utilizou-se análise de escritório de advocacia especializado para estimar a probabilidade e atribuir o grau de recebimento para cada processo, sendo que os processos judiciais considerados como recebimento provável refletem o valor justo atribuído ao investimento e está demonstrado no segmento Direitos Creditórios do quadro acima.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

6.3.3.3 FIP Energia PCH – O Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., na qualidade de Administrador do FIP Energia PCH, adota avaliação econômico-financeira (valoração, ou valuation) dos ativos detidos pelo FIP Energia PCH e serve de referência para a definição do valor justo do valor das companhias investidas, principalmente, da Juruena Participações e Investimentos S.A., holding investidora em ativos de operacionais de geração de energia hidroelétrica, detentora de cinco subsidiárias integrais, que totalizam 91,4 MW de potência instalada. A metodologia para apresentar o valor justo do único ativo operacional (Juruena) foi pelo método de Fluxo de Caixa Descontado, especificamente Fluxo de Caixa Livre do Acionista (FCFE). As premissas adotadas na elaboração do laudo, dentre as quais se incluem os parâmetros técnicos, jurídicos e contábeis, são baseadas em dados públicos, representando a melhor estimativa de valor disponível para a reprecificação do ativos na carteira do fundo.

Para cálculo da taxa livre de risco utilizou-se o valor dos títulos Tesouro IPCA+ com vencimento em 2026 média dos últimos 10 dias de negociação até 28/jan/2019, taxa de venda, no valor de 4,36%a.a.(real). Incorporados a esse valor a inflação projetada, de 3,75%a.a, o que resultou numa taxa nominal de 8,27%a.a. O resultado obtido para a média de rendimento do mercado dos EUA de 6,7% ao ano real é muito aderente a média histórica de rendimento de longo prazo.

Aplicou-se então um fator de volatilidade adicional da bolsa brasileira (de 1,6x) sobre o prêmio de risco de mercado dos EUA e chegou-se ao prêmio de risco da bolsa de valores brasileira, em relação à taxa livre de risco EUA. Somando esse risco à taxa livre de risco e descontando a inflação, obtivemos uma rentabilidade real de 9,7% para a bolsa brasileira. Subtraiu-se então o rendimento real de 4,7% de títulos do tesouro brasileiro de longo prazo e obteve-se um prêmio de risco de mercado de 5,0% sobre títulos do tesouro brasileiro.

Equity Risk Premium Brasil	
Risk free rate (US\$ nominal)	3,5% Duff & Phelps Normalized Rate (31/Dez/2018)
ERP United States	5,5% Duff & Phelps Recommended ERP (31/Dez/ 2018)
US Inflation	2,2% 5-yr-Forward, 5-yr-Ahead Inflation, Board of Governors of the FED
US Cost of Equity Capital (US\$ nominal)	9,0% Risk-free + ERP US
US Cost of Equity Capital (\$ real)	6,7% Valor nominal descontada inflação
Volatilidade Bovespa/S&P 500	1,6 Stock Index Futures Spread S&P 500 vs. Ibovespa, CME Group, Nov 2009
Brasil Cost of Equity Capital (US\$ nominal)	12,2% Riskfree rate+ (ERPUS x Volatilidade Bovespa/S&P500)
Brasil Cost of Equity Capital (\$real)	9,7% Valor nominal descontada inflação
Tesouro IPCA+	4,7% Vencimento 2026 (média 10 dias da taxa de venda até 28/12/ 2018)
ERP Brasil (sobre Tesouro IPCA+)	5,0% Brasil Cost of Equity – Tesouro IPCA+

Para a inflação brasileira, considerou-se a expectativa de longo prazo do IPCA de janeiro/19 de 3,75%a.a, mesmo valor utilizado na projeção macroeconômica utilizada na valoração.

RAI 2018

Relatório Anual de Informações

PREMISSAS	Ke
Risk-free rate (nominal)	8,27%
Prêmio de risco de mercado	5,00%
Risco Brasil	já incorporado
Beta Alavancado	0,49
Prêmio de risco regulatório	1,60%
Ke (nominal)	12,30%
Inflação (média longo prazo)	3,80%
Ke (RS real)	8,30%

6.3.4 Investimentos Imobiliários

6.3.4.1 Plano BD Saldado

Descrição	2018	Reavaliação	Amortizações/ Depreciações	2017
Terrenos (a)	1.517	(114)	0	1.631
Locadas a Patrocinador(es) (b)	275.865	75.880	(9.526)	209.511
Edificações	273.831	75.880	(9.595)	207.546
Aluguéis	2.034	0	69	1.965
Direitos em Alienações de Invest.Imobiliários (c)	7.922	0	(4.197)	12.119
Outros Investimentos Imobiliários (d)	0	0	(11.668)	11.668
Total da Carteira Imobiliária	285.304	75.766	(25.391)	234.929

(a) Fazenda Santo Antônio, município de Novo São Joaquim/MT. Reavaliado em out/18 pela Binswanger Brazil.

(b) Centro Operacional Logístico Cajamar/SP locado à patrocinadora Correios. Reavaliado em dez/18 pela Binswanger Brazil.

(c) Valores a receber a título da venda dos imóveis (Nota 6.3.4.1.b).

(d) Provisão para perda do galpão Finorte (São Luis/MA), em decorrência de litígio sobre a posse do referido imóvel.

a) Reavaliações de Bens Imóveis

Descrição	2018	Data Base	Reavaliação Ajuste Avaliador	2017	Vida Útil
Terrenos Fazenda Lote Santo Antônio – MT	1.517	out/18	(114) Binswanger Brazil 69.414	1.631	
Locadas a Patrocinadora Município de Cajamar – SP	273.810	dez/18		204.396	75 anos

Condomínio Logístico Cajamar, logístico localizado na Avenida Doutor Antônio João Abdalla, 2.727 – Vila Nova – Cajamar/SP, com terreno medindo 219.177,49 m² e área construída de 73.217,40 m², integralmente locado à patrocinadora por meio do 2º Termo aditivo ao Contrato de Locação nº 002/2013. (Nota 8) foi reavaliado no exercício.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

O valor econômico-financeiro foi apurado com base na metodologia “comparativo direto de dados de mercado” (valor para locação) e pelo método de “capitalização da renda” (“valor para venda por meio de fluxo de caixa descontado), aplicando as seguintes premissas e condições contratuais:

Valor de locação contrato vigente:

Torre Conjunto	Nome do Locatário	Data de Início do Contrato	Data do término do Contrato	Valor da Locação Atual	Valor Unitário (R\$/m2)
Prédio Inteiro	Correios	29/03/2014	29/03/2024	2.034.436,49	27,79

PREMISSAS Complexo Logístico Cajamar	
Valor de Mercado de Venda	resultante do fluxo de caixa gerado pelas receitas e despesas do ciclo operacional, valor residual ao término do período de análise e custo de oportunidade e taxa de risco definida para o cenário analisado
Valorização	considerando que valores de locação apurada no mercado se apresentam reprimidos em função da atual conjuntura econômica, adotamos uma valorização de 1% ao ano sobre valor de mercado a partir do 3º ano do fluxo. Esta valorização foi considerada após o término do contrato existente
Vacância após 1º contrato	consideramos que o locatário atual permanecerá no imóvel ao e para o cálculo da perpetuidade foi considerada uma vacância constante de 3%
Período de análise	120 meses
Fundo de Reposição de Ativo (FRA)	devido à idade da construção estimamos 1% sobre receita líquida (em meses de receita positiva)
Inadimplência Constante	0,03% sobre receita de locação (em meses de receita positiva)
Gestão de Contratos	considerado 0,05% sobre receita
Perpetuidade (Valor Residual do Imóvel)	calculada sobre a renda após 10º ano
Taxa de Capitalização e Taxa de Desconto	considerando cenário em moeda forte (sem inflação), adotamos taxa de desconto de 8,50% a.a., composta por NTNB e risco do negócio, e taxa de capitalização (cap rate) de 8,00% a.a.
Inflação	não considerada

b. Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários

O Instituto alienou a prazo, alguns imóveis da carteira de investimentos imobiliários no ano de 2010 e as parcelas estabelecidas na escritura estão sendo liquidadas regularmente.

Os cronogramas das parcelas vincendas são discriminadas da seguinte forma:

Data da Venda	Compradores	Imóvel	Parcelas Remanescentes	Valor a Receber
ago/10	PONSWINNECKE Empreendimentos	Ed. Aron Birmann – SP	2	1.225 (a)
ago/10	GTIS XIV Brasil	Ed. Birmann 20	20	4.333 (b)
dez/10	JC Investimentos LTDA	Ed. RB14º Andar – RJ	2	2.364 (c)
			Total	7.922

(a) e (c) INPC + 6%a.a. (b) Pré-fixado em 11,5%a.a.

6.3.5 Empréstimos e Financiamentos



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

As operações com participantes correspondem aos empréstimos concedidos pelos planos de benefícios a participante e assistidos, que atendem, cumulativamente, às seguintes condições:

- ser contribuinte ininterrupto de qualquer um dos planos de benefícios, nos últimos 6 (seis) meses;
- estar adimplente no recolhimento de suas contribuições ou em qualquer obrigação decorrente de sua relação com o Instituto;
- não ter praticado atos lesivos ao Instituto nos últimos 5 (cinco) anos;
- ter margem consignável disponível, igual ou superior ao valor da prestação para pagamento do empréstimo dentro do prazo pactuado.

O participante-contratante, ao realizar a solicitação para a concessão de empréstimo, autoriza e dá em garantia ao Instituto, para quitação antecipada do saldo devedor atualizado do crédito concedido, o valor de seu resgate de contribuições, após requerer o referido instituto, líquido das obrigações fiscais, considerando todos os planos nos quais esteja inscrito.

As carteiras de empréstimos por planos de benefícios estão representadas a seguir:

Ativo	BD Salgado		Postalprev		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Empréstimos	246.063	267.465	480.105	423.305	726.168	690.770
Principal	339.145	10/12/2853	13/07/3408	472.662	472.662	821.084
Prestações a Recober – Competência Dez/18	5.138	8.546	15.117	14.882	20.253	23.428
Provisões para Liquidação Duvidosa (a)	(98.220)	(89.503)	(85.994)	(64.239)	(184.214)	(153.741)
IOF a Compensar	2	0	1	0	3	0

(a) Parcelas vencidas e vincendas.

As concessões de empréstimos seguem os seguintes parâmetros

Descrição	Empréstimos	
	Benefício Definido	Postalprev
Plano		
Modalidades	Empréstimo Simples	
Prestações	96 meses	
Taxa de administração	0,91969% a.a.	
Limite de Concessão	Respeitados a margem consignável disponível e o tempo de vinculação do participante-contratante ao plano pelo qual esteja solicitando o empréstimo, o valor do empréstimo simples estará sujeito aos seguintes limites de crédito, limitado ao valor do direito acumulado para fins de resgate: I – até 1 ano de vinculação ao plano: 1 vez o Salário-de-Participação; II – de 1 a 2 anos de vinculação: 2 vezes o Salário-de-Participação; III – de 2 a 4 anos de vinculação: 3 vezes o Salário-de-Participação; IV – de 4 a 6 anos de vinculação: 4 vezes o Salário-de-Participação; V – de 6 a 8 anos de vinculação: 5 vezes o Salário-de-Participação; VI – de 8 a 10 anos de vinculação: 6 vezes o Salário-de-Participação; e VII – acima de 10 anos de vinculação: 7 vezes o Salário-de-Participação.	
Encargos	O empréstimo será concedido unicamente pelo Sistema Francês de Amortização (tabela PRICE), de forma postecipada, com pagamentos de prestações mensais sem carência. A taxa de juros do empréstimo corresponderá à taxa de juros real, efetiva, composta pelas taxas percentuais constantes abaixo. O empréstimo deverá ter rentabilidade compatível com a Política de Investimentos e estará sujeito aos seguintes encargos: I – taxa de juro real de, no mínimo, aquela utilizada nos cálculos atuariais e de, no máximo, 20% ao ano, acrescida de uma margem de volatilidade de até 20% sobre o valor percentual desta taxa de juros real; II – taxa de reposição do poder aquisitivo da moeda, estabelecida com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) – variações percentuais em 12 meses, segundo estimativas de índices de preços divulgadas nos relatórios do Banco Central do Brasil-, acrescida da margem de volatilidade de até 20% (vinte por cento) sobre o valor percentual desta taxa de reposição; III – taxa de custeio administrativo da Carteira de Empréstimos; IV – taxa de custeio operacional da Carteira de Empréstimos, destinada ao pagamento do IOF – Imposto sobre Obrigações Financeiras e de outros impostos que porventura vierem a ser instituídos; V – cotas de quitação do prêmio do Fundo de Quitação por Morte e/ou do Fundo de Quitação por Invalidez; e VI – taxa específica para fins de educação financeira e previdenciária.	

6.4 Imobilizado e Intangível

Descrição	2018	Aquisição/ Baixa	Depreciação / Amortização	2017
Instalações	76	0	(61)	137
Móveis e Utensílios	158	49	(59)	168
Máquinas e Equipamentos	819	(686)	(a) (412)	1.917
Veículos	7	0	(14)	21
Software – Imobilizado (b)	1.910	8121	(b) (362)	1.460
Total	2.971	175	(908)	3.703

(a) e (b) Baixa, reclassificação e reavaliação do prazo de depreciação/amortização.

7. Composição dos Ativos e Análise de Sensibilidade

7.1 Alocação por segmento

7.1.1 Investimentos por Segmento



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Alocação por Segmento	Plano BD Patrimônio	%	Postalprev Patrimônio	%	PGA Patrimônio	%	Limite Resolução CMN nº 4.661/2018
Disponível	737.170,71	0,0	3.523.626,48	0,1	351.288,94	0,2	
Renda fixa	1.902.529.760,45	67,6	4.148.683.744,30	89,0	147.625.464,01	99,8	100%
Renda variável	49.750.703,77	1,8	29.979.534,33	0,6	0,0	0,0	70%
Estruturados	263.748.263,53	9,4	2.801.708,80	0,1	0,0	0,0	20%
Imóveis	285.303.925,68	10,1	0,00	0,0	0,0	0,0	20%
Operações com participantes	246.063.376,87	8,7	480.104.881,74	10,3	0,0	0,0	15%
Exterior	97.382.114,20	3,5	0,00	0,0	0,0	0,0	10%
Depósitos judiciais/recursos	17.762.307,89	0,6	2.062,79	0,0	0,0	0,0	
(-) Exigível de investimentos	(31.865.869,25)	-1,1	(2.831.715,30)	-0,1	(1.684,49)	0,0	
(-) Exigível contingencial de investimentos	(15.081.110,55)	-0,5	0,00	0,0	0,0	0,0	
Recursos Garantidores	2.816.330.643,30	100	4.662.263.843,14	100,0	147.975.068,46	100	

7.1.2 Desenquadramento

De acordo com a Resolução nº CMN 4.661/2018, ao final do exercício financeiro de 2018 conferimos:

Artigo	Plano	Investimento	Mercado Organizado
16	BD Saldado	NITPAR Participações S.A. (NITP3) (a)	Sem mercado ativo

(a) Títulos patrimoniais provenientes da liquidação do FIP RN Naval realizada em 08/12/2017

Artigo	Inciso	Alínea	Plano	Investimento	Máximo de 25% do PL
28	II	"d"	BD Saldado	FIP Bioenergia	28,3%
		"f"		FIP Saúde	25,8%
		"b"		FIC FIDE BNY Mellon	100%
		"b"		FIDC Trendbank	50,5%
			Postaprev	FIDC CJP	100%
			Postaprev	FIDC Trendbank	50,5%

Artigo	Inciso	Plano	Empreendimento	Vedações
36	XIII	BD Saldado	Galpão Finorte – São Luis – MA (a)	Terreno/imóveis
			Fazenda Santo Antônio – MT (b)	

(a) Imóvel oriundo da execução de garantia da CRI Acrux. e CDCA Paiva, respectivamente. (b) Imóvel oriundo da execução de garantia CDCA Paiva. (Nota 6.3.4.1 "d").

7.2 Análise de Sensibilidade

7.2.1 Carteira de Títulos Públicos Federais

Plano	50 pontos-base	100 pontos-base	150 pontos-base	200 pontos-base
Plano BD	7.739	28.806	45.368	66.498
Plano PostalPrev	4.736	14.263	23.075	31.212
PGA	1.368	3.130	4.828	6.470

A análise de sensibilidade dos títulos públicos federais para os fatores de risco de mercado utilizou o cenário de simulação de choque de crescimento nas curvas de juros pré-fixado e cupom de inflação (IPCA e IGP-M).

8. Transação entre partes relacionadas

O Instituto detém em sua carteira um Centro Operacional Logístico em Cajamar (SP), integralmente locado à patrocinadora Correios. O contrato de locação será efetivado mediante o recebimento definitivo das obras, quando iniciará o prazo de locação de 120 meses, prorrogável por 135 meses, mediante termo aditivo.

Em 31/12/2018, o Instituto registrou de aluguéis a receber o valor de R\$ 2.034 mil (1.965 mil em 2017).

A Entidade considera também como partes relacionadas o seu quadro de colaboradores, membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

A remuneração mensal paga aos funcionários e à administração da Entidade corresponde aos seguintes valores:

Funcionários	2018	2017
Menor Salário	1.989,95	1.843,95
Maior Salário	21.405,81	20.971,70
Salário Médio	6.067,34	6.502,86
Dirigentes (a)		
Presidente	0	40.632,85
Diretor	0	37.922,64
Conselheiros (b)		
Conselho Deliberativo	0	4.181,69
Conselho Fiscal	0	4.181,69

(a) DEL-13/2011: a remuneração mensal do presidente é igual ao do Vice-Presidente da Patrocinadora Correios; e a remuneração mensal dos diretores corresponde à 93,33% da remuneração do Presidente do Postalis. Por ocasião da intervenção, o Instituto não registrou, em 2018, remuneração aos órgãos colegiados.

(b) O honorário mensal dos Conselhos corresponde à 10% da remuneração do Presidente do Postalis, calculado com base em 13 (treze) salários anuais. Por ocasião da intervenção, o Instituto não registrou, em 2018, remuneração aos órgãos colegiados.

As transações com empréstimos e condições estão descritas na (nota 6.3.5).

As contribuições repassadas pela patrocinadora Correios no DMAL.

9. Exigível operacional

Esse grupo registra os compromissos a pagar do Postalís, segregados em gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos, demonstrado como segue:

Descrição	BD Saldado		Postalprev		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Gestão Previdencial	86.973	76.216	109.179	78.314			196.152	154.530
Benefícios a Pagar	79.299	69.478	105.188	74.048			184.486	143.526
Retenções a Recolher	4.400	4.214	849	862			5.249	5.075
Outras Exigibilidades (a)	3.274	2.524	3.142	3.404			6.417	5.929
Gestão Administrativa					10.941	11.439	10.941	11.439
Pessoal e Encargos					2.941	3.267	2.941	3.267
Fornecedores a Pagar					5.216	5.249	5.216	5.249
Retenções a Recolher					1.427	1.158	1.427	1.158
Tributos a Recolher					755	770	755	770
Outras Exigibilidades					603	995	603	995
Investimentos	31.866	32.723	2.832	2.033	2	0	34.699	34.755
Fundos de Investimentos	30.324 (c)	28.253	0	0	0	0	30.324	28.253
Investimentos Imobiliários	13	0	0	0	0	0	13	0
Empréstimos e Financiamentos	163	292	607	490	0	0	770	782
Outras Exigibilidades (b)	1.365	4.178	2.225	1.543	2	0	3.592	5.720
Total do Exigível Operacional	118.838	108.938	112.011	80.346	10.943	11.439	241.792	200.723

10. Exigível Contingencial - Perda Provável

O Instituto possui 104 ações judiciais (121 em 2017) classificados como prováveis decorrentes do curso de suas atividades, que envolvem questões de ordem previdencial (diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefícios), administrativa (tributária, verbas trabalhistas, reintegração de emprego) e investimentos (recuperação de investimentos, empréstimos, imóveis) que serão objeto de decisão futura e poderão ter ou não impacto na situação econômica-financeira da Entidade.

RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Descrição	BD Saldado		PGA		Consolidado		Depósitos Judiciais	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Gestão Previdencial	8.301	10.253	0	0	8.301	10.253	19.676	19.232
Gestão Administrativa	0	0	62.231 (a)	71.664	62.231	71.664	52.725	62.212
Investimentos	15.081	4.948	0	0	15.081	4.948	17.762 (b)	7.352
Total	23.382	15.202	62.231	71.664	85.613	86.865	90.163	88.796

(a) PIS e COFINS.

(b) Honorários de sucumbências (CCI JZHA Empreendimentos Ltda).

A Administração considera que as provisões constituídas ao fim do exercício são suficientes e adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes do julgamento final desses processos.

11. Passivos e Ativos Contingentes

11.1 Exigível contingencial– Perda Possível

Natureza	BD Saldado		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Gestão Previdencial	1.455.563	1.544.976	0	0	1.455.563	1.544.976
Gestão Administrativa	0	0	91.205	88.275	91.205	88.275
Investimentos	10.858.685 (a)	209.828	0	0	10.858.685	209.828
Estimativa de Perda Possível	12.314.248	1.754.805	91.205	88.275	12.405.453	1.843.080

(a) BNY Mellon DTVM, BNY Mellon Administração de Ativos e BNY Mellon Alocação do Patrimônio Ltda (Nota 5 "h" e "i").

Fundamentado em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, o Postalis considera como passivos contingentes os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda possível.

Quase a totalidade dessas 948 ações (1.042 em 2017) refere-se ao Plano BD Saldado. São compostas principalmente pela revisão de benefício pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamatórias trabalhistas em face do patrocinador.

11.2 Ativo Contingente

a) Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)

Em função do Decreto-lei nº 2.288, de 24/07/1986, as EFPC's, mantidas por empresas públicas, sociedades de economia mista, federais ou estaduais, inclusive as de natureza especial, e fundações instituídas pelo Poder Público,



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

aplicaram 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas na aquisição de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), com prazo de 10 (dez) anos e variação equivalente à Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).

Em 1991, a Associação Brasileira das EFPC (ABRAPP) ajuizou ação ordinária em face do FND, do BNDES e da União Federal para obter ressarcimento pelos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991 obtendo ganho de causa, que equivale à correção paga a menor referente à substituição do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) para Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

Em 2012, a União Federal ajuizou ação rescisória buscando rescindir a decisão favorável à ABRAPP na referida ação ordinária, a qual encontra-se pendente de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em 2015, a ABRAPP ajuizou ação de liquidação em face da União Federal para que seja reconhecido por decisão judicial o valor devido. A ação de liquidação encontra-se em fase de produção de prova pericial.

b) Reserva de Tempo de Serviço Anterior (RTSA)

A RTSA, também conhecida como “Serviço Passado” está presente no custo do PBD, administrado pelo Postalís, desde a sua criação, em 1981. Tal encargo corresponde ao valor do custo que os Participantes, que ingressaram tardiamente (ou com idade mais avançada) representam para o plano, no caso o PBD.

A mudança mais significativa e que gera maiores questionamentos é oriunda do saldamento do Plano PBD, que ocorreu em 01/03/2008. Para o efetivo equilíbrio do plano, a Patrocinadora assumiu, em 2007, o compromisso pelo pagamento, em relação à RTSA, do valor de aproximadamente R\$ 630 milhões. Entretanto, após o saldamento, verificou-se que o valor correspondente a esse compromisso, representado pela RTSA, era superior, em mais R\$ 793 milhões.

Para esclarecer o caso, o Postalís solicitou, inicialmente, uma “Segunda Opinião”. Posteriormente, ao ser examinado nos Correios, tanto pela Diretoria-Executiva, quanto pelo Conselho de Administração, decidiu-se pela realização de Auditoria Atuarial, que também confirmou o novo valor da RTSA. Dessa forma, os Correios decidiram pela aprovação dos pagamentos mensais da RTSA ao Postalís, condicionado a uma possível revisão futura dos valores.

A matéria foi submetida ao DEST, que, após várias reuniões técnicas e longa análise, emitiu, em 30/11/2010, a Nota Técnica nº 407/CGINP/DEST-MP, encaminhada ao Ministério das Comunicações pelo Ofício nº 844/DEST-MP. Por meio desta NT, o DEST reconheceu a responsabilidade da Patrocinadora pela RTSA e o seu valor atualizado (R\$ 1.489,8 milhões, base 31/07/2007). Posteriormente, o DEST ratificou esse entendimento por meio do OF. nº 60/DEST-MP e NT nº 39/CGINP-MP, de 14/02/2011.

Porém, transcorridos 3 anos o DEST retificou seu entendimento e expediu a Nota Técnica nº 43/CGINP-MP, de 14/02/2014, que acompanha a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a qual na nota 831 – MF/STN/SUPOF/COFIS/GEROB, de 15/10/2012, entende que parte do valor da RTSA (R\$ 475 milhões) deveria ser segregada e paga de forma paritária (Patrocinadora e Participantes).

Em abr/2014, os Correios suspenderam o pagamento da RTSA e aprovaram a contratação e serviços de consultoria atuarial para prestar esclarecimentos de ordem técnica acerca do conceito, alcance, diferenças e critérios de utilização da RTSA.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Em mai/2017, a Consultoria Mercer emitiu a Manifestação Atuarial MA-046/2017, que aborda aspectos técnicos-atuariais em relação aos procedimentos adotados na apuração de valores da RTSA, a fim de justificar a majoração dos valores em decorrência de relevante ajustamento do plano de benefícios. Em out/2018, em complemento à manifestação anterior e com o propósito de verificar o impacto do processo de saldamento sobre os valores atribuídos à RTSA, a Mercer promoveu o recálculo da referida reserva técnica, emitindo ao final do estudo o Relatório 127/2018, que foi encaminhado aos Correios para análise e tratativas junto à SEST.

Em 31/12/2018, o valor atualizada da RTSA corresponde a R\$ 1.725.024 mil.

c) Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

O Postalis contratou escritório de advocacia especializado para atuar na análise da real situação dos créditos privados lastreados contra o FCVS, as implicações jurídicas, a situação dos litígios existentes e a propositura da melhor estratégia para a gestão das CCI MTTG, CCI Tetto e dos fundos FIDC GP Aetatis e FIM FM1. Apesar das tratativas junto à Caixa Econômica Federal (CEF) para discutir a proposta de acordo para a novação no âmbito do FCVS, onde a CEF salienta que envidará os melhores esforços para viabilizar operacionalmente, não é possível à administradora do FCVS garantir que os créditos serão novados, uma vez que existem outros atores nesse processo como a Controladoria Geral da União (CGU), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

d) BNY MELLON DTVM (Notas 5.6 e 5.7)

Em atendimento à Resolução do CFC nº 1.180/2009 que aprova a NBC TG nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o Instituto não registra em suas demonstrações os referidos ativos.

12. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas em bases atuariais sob a responsabilidade do atuário independente Mercer e representam os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

12.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas e hipóteses atuariais do plano foram aprovadas por meio da Decisão do Interventor 2018/005, de 05/02/2018, com base nos resultados dos testes de aderência, conforme quadro a seguir:

RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Hipótese e Premissas Atuariais	BD Salgado		Postalprev	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Bases Populacionais				
Rotatividade	EXP. GAMA ROT 2018 (Taxa média de 1,17% até a aposentadoria e nula após essa idade)	EXP. GAMA ROT 2017 (Taxa média de 1,18% até a aposentadoria e nula após essa idade)	Experiência Postalprev 2014-2017 (taxa média de 2,98% até a aposentadoria e nula após essa idade)	Experiência PostalPrev 2014-2016 (taxa média de 1,83% até a aposentadoria e nula após essa idade)
Custo de Pensão	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial			
	Benefícios Concedidos: Família Real			
Entrada em Aposentadoria	Entre 23 a 25 meses	24 meses	Não Aplicável	
Bases Econômicas e Financeiras				
Taxa de Juros Técnico Atuarial	4,90%	4,68%	4,95% a.a.	5,00% a.a.
Crescimento Real Anual do Salário	Não aplicável		Taxa média de 2,03% a.a. (IC95% de 1,87% a 2,20%)	Taxa média de 2,77% a.a. (IC95% de 2,04% a 3,50%)
Fator de Capacidade	98,00%	98,24%	98,00%	98,04%
Hipóteses Biométricas				
Tábua Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT 2000 M5F			
Tábua Mortalidade de inválidos	AT-49 M (A65%) e F (A75%)		RP 2000 DISABLED M5F	
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA (D65%)	LIGHT FRACA	LIGHT MÉDIA D60%	

A taxa de juros foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15/2014, Instrução Previc nº 23/2015 e Portaria Previc nº 708/2015.

12.2 PLANO BD SALDADO

12.2.1 Equilíbrio Técnico

Registra o excedente (superávit) ou a insuficiência (déficit) patrimonial dos planos de benefícios em relação aos seus compromissos totais.

Composição das Provisões Matemáticas	2018	2017
Provisões Matemáticas	8.902.486	9.251.640
Benefícios Concedidos	10.478.961	10.471.406
Benefícios a Conceder	3.950.055	4.273.842
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.526.531)	(5.493.608)
(-) Déficit Equacionado	(5.526.531)	(5.493.608)
Equilíbrio Técnico Acumulado	(6.034.687)	(6.502.131)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.034.687)	(6.502.131)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		
a) Equilíbrio Técnico	(6.034.687)	(6.502.131)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	21.913(a)	93.505
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(6.012.775)	(6.408.626)
d) Sistema Ventura (Previc)		

12.2.2 Ajuste de Precificação

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, Resolução MPS/CNPC nº 16/2014 e Instrução Previc nº 19/2015, o Instituto apresentou ao fim dos exercícios de 2018 o valor de R\$ 21.913 mil (R\$ 93.505 mil em 2017) respectivamente de ajuste de precificação, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Para isso, os títulos públicos federais devem atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- Estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- Tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;
- O valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objeto do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;
- O valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objeto do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;
- A duração do fluxo dos títulos públicos federais, objeto do ajuste (principal e juros), seja inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e
- Esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimentos às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

Os títulos utilizados para a apuração do ajuste de precificação são:

Ajuste de Precificação – Plano BD Saldado								
Títulos Públicos	Tx de Aquisição Públicos % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU tx de aquisição em 31/12/2018	PU recalculado em 31/12/2018	Valor Contábil em 31/12/2018	Valor Ajustado em 31/12/2018	Valor do Ajuste
NTN-B	6,77 a 7,14	15/05/2019	40.000	3.193	3.170	126.812	127.713	901
NTN-B	5,84 a 6,75	15/08/2020	40.000	3.277	3.220	128.805	131.097	2.292
NTN-B	6,39 a 7,14	15/05/2021	70.000	3.255	3.129	219.043	227.870	8.828
NTN-B	5,57 a 6,28	15/08/2022	80.833	3.338	3.232	261.287	269.818	8.531
NTN-B	6,04	15/05/2023	10.000	3.314	3.178	31.776	33.137	1.361
						767.723	789.635	21.912

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício, de 15,21 anos, o limite de deficit para Avaliação Atuarial de 2018 é de R\$997.968 mil (11,21% das Provisões Matemáticas). Sendo o deficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$5.014.806



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

mil haverá necessidade de equacionamento obrigatório de no mínimo o valor da parcela que excedeu ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2019.

12.2.3 Plano de Equacionamento do Déficit 2015

Em decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, o Instituto restabeleceu o referido déficit, suspendendo temporariamente o plano de equacionamento (Nota 16.1).

12.3 PLANO POSTALPREV

12.3.1 Equilíbrio Técnico

Composição das Provisões Matemáticas	31/12/2018	31/12/2017
Provisões Matemáticas	4.117.890	3.586.962
Benefícios Concedidos	478.953	469.995
Benefícios a Conceder	3.638.937	3.116.967
Equilíbrio Técnico	23.344	(28.582)
Superávit Técnico Acumulado	23.344	0
Reserva de Contingência	23.344	0
(-) Déficit Técnico Acumulado	0	(28.582)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31/12/2018	31/12/2017
a) Equilíbrio Técnico	23.344	(28.582)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	36.515(a)	39.314
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	59.859	10.732

12.3.2 Ajuste de Precificação

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC n° 16/2014 e observando os critérios previstos na Instrução Previc n° 19/2015, o ajuste de precificação corresponde a R\$ 36.515 mil em 2018 (R\$ mil 39.314 em 2017).

Os títulos utilizados para a apuração do ajuste de precificação são:

Ajuste de Precificação – Postalprev								
Títulos Públicos	Tx de Aquisição Públicos % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU tx de aquisição em 31/12/2018	PU recalculado em 31/12/2018	Valor Contábil em 31/12/2018	Valor Ajustado em 31/12/2018	Valor do Ajuste
NTN-B	6,01 a 6,04	15/05/2021	2.652	3.252	3.179	8.430	8.624	193
NTN-B	5,49 a 6,71	15/08/2022	7.956	3.333	3.242	25.794	26.516	722
NTN-B	5,530	15/05/2023	884	3.308	3.238	2.862	2.924	62
NTN-B	6,25 a 7,00	15/08/2030	9.724	3.514	3.086	29.813	34.167	4.354
NTN-B	5,09 a 7,50	15/05/2035	13.260	3.546	2.990	39.647	47.017	7.370
NTN-B	6,64	15/08/2040	884	3.659	3.006	2.657	3.235	578
NTN-B	5,21 a 6,77	15/05/2045	4.862	3.662	3.090	15.022	17.805	2.783
NTN-B	5,90 a 7,30	15/08/2050	26.697	3.750	2.984	79.669	100.121	20.453
						203.895	240.410	36.515

13. Fundos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Postalís apresentou a seguinte composição de fundos:

Descrição	BD Salgado				Postalprev				Consolidado			
	2018	Constituição	(Reversões)	2017	2018	Constituição	(Reversões)	2017	2018	Constituição	(Reversões)	2017
Fundos Previdenciais	0	0	0	0	475.882	96.870	0	379.012	475.882	96.870	0	379.012
– Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (a)	0	0	0	0	433.882	92.869	0	341.013	433.882	92.869	0	341.013
– Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial (b)	0	0	0	0	41.999	4.001	0	37.998	41.999	4.001	0	37.998
Fundos Administrativos (c)	16.208	397	0	15.811	124.916	24.852	0	100.064	141.124	25.249	0	115.875
Fundos dos Investimentos	4.616	891	0	3.725	14.101	1.712	0	12.389	18.717	2.603	0	16.114
Total dos Fundos	20.824			19.536	614.898			491.464	635.722			511.000

(a) destinado a despesas com Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte e Garantias Mínimas de Pensão por Morte de Participantes e Aposentadoria por Invalidez. Constituído por contribuições para os benefícios de riscos (alíneas "b" e "c" dos artigos 27 e 37 do Regulamento), acrescido dos saldos remanescentes da Conta de Contribuições do Patrocinador no caso de resgate e das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, no caso de Aposentadoria por Invalidez em que o Participante retome a atividade.

(b) constituído pela Provisão Matemática de falecidos cujos benefícios de auxílio-doença ou de aposentadoria não se transformem em Pensão; pela Provisão Matemática de Pensionistas, cuja pensão se extingue pela desabilitação de todos os Beneficiários; e, quando determinado no Plano de Custeio, parcela das Contribuições Específicas destinadas a segurar o Plano quanto ao esperado desagradamento da taxa de mortalidade. Além desses recursos, anualmente, o Fundo Previdencial agregará o resultado do acompanhamento das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos ora corrigidos pela rentabilidade do Plano ora atualizados pela variação nominal do INPC acrescidos da taxa de juros de 5,5% ao ano. O Fundo será utilizado para auxiliar a não contaminação dos resultados do Plano quando da insuficiência de cobertura das Provisões geradas pelas perdas atuariais (hipóteses atuariais não realizadas).

(c) constituídos pela parcela correspondente às cotas de quitação por morte e invalidez a serem cobradas, de forma parcelada, nos vencimentos dos pagamentos mensais creditados ao Postalís pelos participantes-contratantes, de forma a garantir a cobertura dos empréstimos concedidos na ocorrência do falecimento ou invalidez pelo Regime Geral de Previdência Oficial. A correção do fundo é registrada mensalmente pela rentabilidade dos respectivos planos de benefícios.

14. Mutação do Patrimônio Social

14.1 Gestão Previdencial



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Descrição	BD Saldoado		Posto/prev		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Adições	911.566	538.862	956.018	567.056	1.867.584	1.105.919
Contribuições Previdenciais	550.494	535.350	530.151	567.056	1.080.646	1.102.407
Patrocinadora	275.051	266.379	259.801	278.612	534.852	544.991
Normais	0	1	255.471	273.636	255.471	273.637
Assistidos	58.264	45.691	4.330	4.976	62.594	50.667
Extraordinárias	216.787	220.687	—	—	216.787	220.687
Participantes	275.214	266.024	269.779	287.993	544.993	554.018
Normais	0	1	265.023	282.636	265.023	282.637
Assistidos	58.264	45.690	4.756	5.356	63.020	51.047
Extraordinárias	216.950	220.333	0	1	216.950	220.334
Autopatrocinados	0	0	552	433	552	433
Demais Adições	229	2.947	19	18	249	2.965
Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	0	3.511	0	0	0	3.511
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	361.071	1	425.867	0	786.938	1
Destinações	(793.276)	(3.137.491)	(276.294)	(1.144.952)	(1.069.570)	(4.282.443)
Benefícios	(780.591)	(685.907)	(245.684)	(589.292)	(1.026.275)	(1.275.198)
Prestação Continuada	(749.085)	(647.004)	(99.399)	(120.977)	(848.484)	(767.981)
Prestação Única	(10.965)	(10.339)	(4.999)	(8.403)	(15.964)	(18.742)
Institutos	(18.911)	(19.834)	(141.286)	(459.027)	(160.197)	(478.861)
Outras Deduções	(1.630)	(8.729)	0	(884)	(1.630)	(9.614)
Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(1.031)	0	0	0	(1.031)	0
Cobertura do Custeio Administrativo	(11.654)	(9.905)	(30.610)	(33.224)	(42.264)	(43.129)
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	0	(2.441.679)	0	(522.437)	0	(2.964.116)
Acréscimos/Decréscimos	118.290	(2.598.629)	679.724	(577.896)	798.014	(3.176.525)

14.1.1 Resultado e Rentabilidade dos Investimentos

Resultado dos Investimentos	BD Saldado		Postalprev		Consolidado	
	Variação	Rentabilidade	Variação	Rentabilidade	2018	2017
Rendas/Variações Líquidas	361.545		426.832		788.377	(895.067)
Títulos Públicos	201.948	14,3%	310.936	10,8%	512.885	416.736
Créditos Privados e Depósitos	(200.662) (a)	145,7%	(100.663)	44,8%	(301.325)	(83.296)
Ações	(4.712)	-11,7%	8.166	10,9%	3.455	(495.649)
Fundos de Investimento	276.521	4,5%	196.094	15,0%	472.615	(775.158)
Investimentos Imobiliários	80.614	39,8%	0	0,0%	80.614	14.648
Empréstimos e Financiamentos	32.699	13,8%	36.887	8,9%	69.586	106.187
Exigível Contingencial – Investimentos	(9.500)		0		(9.500)	(1.480)
Outros Realizáveis	(15.365)		(24.588)		(39.954)	(77.056)
Constituição/Reversão do Fundo dos Investimentos	(474)		(965)		(1.439)	2.381
Total	361.071	14,7%	425.867	10,9%	786.938	(892.686)
<small>(a) Liquidação do FIDC Codence em que as CCI's Indalatuba, Anátate, J2HA, Laima, Conspar, Ribeiro e Uniesp vieram para a carteira própria.</small>						
Custelo Administrativo/Recursos Garantidores (b)			1,05%			
Rentabilidade Líquida		13,6%			9,9%	
<small>b) Calculado conforme os arts. 2º e 6º da Resolução CGPC nº 29/2009.</small>						

14.2 Gestão Administrativa

O rateio das despesas administrativas segue critérios preestabelecidos, ou seja, 24,7% para gestão administrativa previdencial e 75,3% para a gestão de Investimentos, cuja proporcionalidade relativa a cada plano de benefícios considera o número de participantes e a proporção equivalente ao ativo de investimentos respectivamente.

Os recursos originados dos planos de benefícios para custeio da Gestão Administrativa alcançou 3,7% em 2018 das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados) portanto, dentro no limite estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº 29, de 31/08/2009. O resultado dos investimentos do Fundo Administrativo, demonstrado no DPGA, foi de R\$ 10.562 mil (R\$ 8.641 mil em 2017) e a rentabilidade líquida foi alcançou 6,4% a.a. (11% a.a., em 2017).

RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Descrição	2018	2017	Var. %
Composição das Despesas Administrativas	64.096	89.422	-28,3%
Pessoal e Encargos	37.602	54.335	-30,8%
Conselheiros (a)	-	421	
Dirigentes (a)	16	2.141	
Pessoal Próprio (b)	37.453	51.572	
Demais Despesas com Pessoal	132	201	
Treinamento/Congressos e Seminários	111	401	-72,3%
Viagens e Estádias	380	1.370	-72,3%
Serviços de Terceiros	11.991	18.660	-35,7%
Consultoria Atuarial (a)	707	256	
Consultoria Jurídica	4.109	4.013	
Serviços de Informática	3.397	2.531	
Serviços de Gestão/Planejamento Estratégico	748	1.964	
Auditoria Contábil	72	-37	
Vigilância e Conservação	528	617	
Serviços Gráficos	131	347	
Manutenções em Geral	88	145	
Postais e Malotes	705	1.310	
Serviços de Telecomunicações	819	884	
Consultoria dos investimentos	616	1.663	
Serviço de Custódia (d)	-	4.836	
Outros Serviços de Terceiros	71	78	
Despesas Gerais	6.680	6.919	-3,5%
Custos Judiciais	551	317	
Energia Elétrica/Água e Esgoto	427	383	
Associações de Classe	122	101	
Seguros Administrativos (e)	162	1.302	
Assinaturas de Periódicos	15	26	
Materiais de Consumo	323	1.315	
Encargos Diversos (f)	1.113	283	
Despesas Bancárias (g)	1.966	1.365	
Aluguel do Edifício Sede	1.440	1.620	
Outras Despesas Gerais	560	207	
Depreciações e Amortizações	2.126	455	367,6%
Tributos	5.207	7.283	-28,5%
TAFIC	480	840	
PIS/COFINS s/ Faturamento	4.645	6.118	
Outros Impostos	82	325	
(a) Regime Especial de Intervenção.			
(b) e (f) Encargamento das operações nos núcleos regionais.			
(c) Estratégia previdencial envolvendo a criação de novo planos. Cálculo de reavaliação da avaliação atuarial.			
Serviços técnicos atuariais envolvendo a apuração do valor atualizado da RTS – Reserva de Tempo de Serviço Passado.			
(d) Valor custodiado pelos planos de benefícios.			
(e) Renovação do seguro DSO.			
(g) Baixa das taxas de boletos bancários não pagos.			

15. Ajustes e Eliminações de Consolidação

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo “C” da Resolução MPS/CGPC nº 8/2011 e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009 e alterações posteriores, as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por plano e consolidadas.

A consolidação é registrada em balancete auxiliar, por meio de ajustes e eliminações dos registros que apresentam reflexos em duplicidade.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” conforme demonstrado abaixo:

Ativo	BD Saldado	Postalprev	PGA	Ajustes Eliminações	Balanco Patrimonial
Disponível	737	3.524	351	0	4.612
Gestão Previdencial	151.357	78.132	0	(918)	228.570
Gestão Administrativa	16.208	124.916	83.351	(150.162)	54.313
Investimentos	2.862.540	4.661.572	147.625	0	7.671.738
Permanente	0	0	2.971	0	2.971
Total	3.030.842	4.868.143	214.298	(151.080)	7.962.204
Passivo	BD Saldado	Postalprev	PGA	Ajustes Eliminações	Balanco Patrimonial
Gestão Previdencial	86.973	109.179	0	(6.036)	190.115
Gestão Administrativa	0	0	10.941	(346)	10.595
Investimentos	31.866	2.832	2	(3.574)	31.125
Exigível Contingencial	23.382	0	62.231	0	85.613
Patrim. Cobertura do Plano	2.867.799	4.141.234	0	0	7.009.032
Fundos	20.824	614.899	141.124	(141.124)	635.722
Total	3.030.842	4.868.143	214.298	(151.080)	7.962.204

16. Eventos Subsequentes

16.1 Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

Em janeiro de 2019, o Instituto e os Correios assinaram o TAC, que se encontra em análise pela Previc. O referido TAC prevê a suspensão temporária da aplicação de planos de equacionamento de déficits a partir do exercício de 2015, em contrapartida de estudos técnicos que visem à definição de uma estratégia previdenciária ampla, para proposta de uma solução adequada ao desequilíbrio atuarial apresentado no Plano de Benefícios Definido Saldado.

16.2 Prestação de Serviços de Custódia

A partir de jan/2019, a instituição financeira Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo assume a prestação de serviços de custódia qualificada da carteira de títulos e valores mobiliários do Postalís, em substituição à BNY Mellon DTVM.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

16.3 Regime Especial de Intervenção

Destaca-se que conforme a Portaria Previc nº 955, de 03/10/2017, de 04/10/2017, foi decretada a intervenção no Postalís pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da publicação da referida Portaria. A intervenção foi prorrogada por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02/04/2018, conforme Portaria Previc nº 255, de 27/03/2018. Posteriormente, em 28/09/2018, a intervenção foi novamente prorrogada por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 29/09/2018.

Em 27/03/2019, por meio da Portaria Previc nº 243, de 25/03/2019, registra-se novamente prorrogação da intervenção no Postalís, a contar de 28/03/2019.

WALTER DE CARVALHO PARENTE
INTERVENTOR

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
CONTADORA CRC-DF 019741/O-5



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Análise econômico-financeira

O ano de 2018 marcou o fim de sucessivas rentabilidades abaixo da meta atuarial registradas no Postalís. Este resultado é decorrente de um cenário econômico mais favorável, com desaceleração da inflação, queda de taxas de juros e recuperação do mercado de ações.

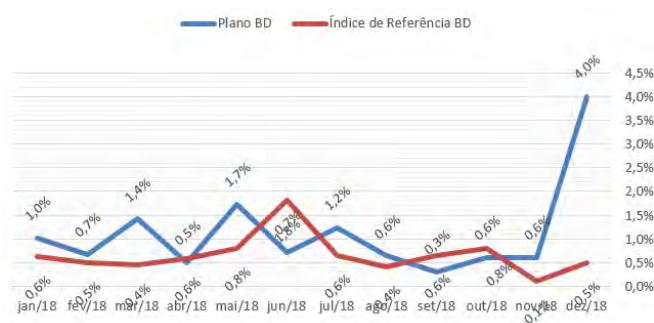
Plano Benefício Definido

O Plano BD Saldado do Postalís retorna à variação positiva em 2018, chegando a um aumento de R\$ 118 milhões no total do ativo destinado à cobertura dos compromissos com os participantes e assistidos do plano de benefícios. Essa variação líquida no exercício considera o esforço com o desembolso de R\$ 780 milhões para honrar o pagamento de benefícios ao longo de 2018. Este esforço foi amenizado pelo desempenho positivo dos investimentos de R\$ 361 milhões, que atingiu um retorno de 13,6%, ante uma meta atuarial de 8,2%.

O destaque no desempenho dos investimentos em 2018 foi a valorização de 14,7% do plano BD Saldado motivado, principalmente, pela rentabilidade auferida com os títulos públicos que, no fim do ano, representavam 66% dos investimentos do plano. A redução do déficit acumulado também foi influenciada pela reavaliação do principal e único ativo imobiliário para renda do plano, o galpão logístico Cajamar, que atualmente corresponde a 10% dos recursos do plano e teve desempenho positivo de quase 40% a.a. devido a apuração do valor justo do investimento.

O ano de 2018 marcou o início da “racionalização” da carteira do plano BD Saldado, para adequar a alocação de ativos à dinâmica do passivo de um plano maduro, que tem maior volume de pagamento de benefícios do que de recebimento de contribuições. A gestão vem conferindo maior flexibilidade para os investimentos, para que o plano possa capturar eventuais movimentos favoráveis de taxas de juros e se tornar menos vulnerável ao desempenho de posições de baixa liquidez. Ao longo do ano, houve um movimento alteração de títulos mantidos até o vencimento para “marcação a mercado”, considerando a necessidade de maior liquidez do plano no médio para adequar a liquidez para o “ponto de inflexão” projetado para 2023 conforme apontado no Relatório de Liquidez Médio e Longo Prazo PBD – Base Dezembro – 2018. Com um cenário de juros em baixa, a rentabilidade dos investimentos em renda fixa tende a sofrer queda e se apresentarão como um grande desafio para os próximos anos. Entre as medidas em estudo pelo Postalís está a redução da meta atuarial, fixada em INPC + 4,9% a.a. para o exercício de 2019.

Rentabilidade dos planos nos últimos 12 meses – BD



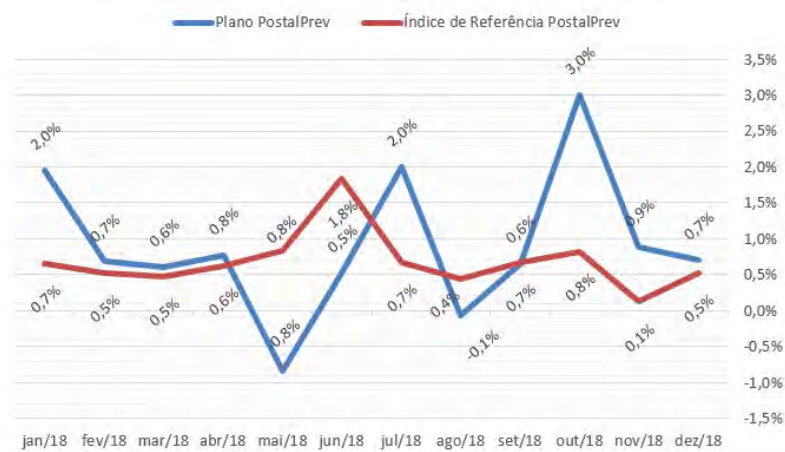


RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Com uma rentabilidade de 9,9%, o desempenho dos investimentos do PostalPrev em 2018 superou a meta atuarial de 8,6%. Contribuiu para o superávit no exercício a estratégia posicionada em títulos de renda fixa que encerrou o ano com 77,7% dos investimentos (R\$ 3,6 bi) e alcançou uma rentabilidade de 11,3% no ano, ante um índice de referência de 8,6%. Por outro lado, a carteira de renda variável, que é administrada somente por gestores terceirizados, obteve um retorno de 10,9%, um pouco abaixo 0,4% do seu índice de referência que foi de 11,3%. Impactou negativamente o resultado desses Fundos de Investimentos em Ações-FIA o desempenho negativo do FIA Guepardo, que teve uma rentabilidade negativa de -10,57%, bem como do FIC FIA BNP com a rentabilidade de apenas 1,89% no ano.

Rentabilidade dos planos nos últimos 12 meses – POSTALPREV



Apesar da redução das despesas administrativas, que consumiu 1,05% da rentabilidade dos investimentos em 2018, o plano ainda superou o índice de referência e continuará buscando a redução administrativa para que o retorno sobre os ativos supere a meta atuarial.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Valor Econômico Gerado	2018	2017	2016 Reapresentado
1. Adições	1.116.133	1.153.424	1.100.981
Contribuições	1.038.362	1.059.275	973.035
Receitas Administrativa (*)	78.851	118.441	111.667
Contingências	(1.100)	(24.293)	16.279
2. Variação das Provisões Técnicas	(181.773)	(1.057.233)	(737.207)
Provisões Matemáticas	(181.773)	(1.057.233)	(737.207)
3. Resultado Líquido Operacional (1 + 2)	934.360	96.191	363.774
4. Benefícios	1.026.275	1.275.198	712.352
Benefícios de Prestação Continuada e Única e Institutos (Líquido de IR)	973.692	1.178.671	684.673
IRRF de Benefícios	50.953	86.914	27.100
Outros	1.630	9.614	578
5. Insumos de Terceiros	19.161	27.348	28.741
Serviços de Terceiros	11.991	18.659	20.640
Despesas Gerais	6.680	6.918	6.286
Treinamentos	111	401	514
Viagens e Estádias	360	1.370	1.301
Outros	0	0	0
6. Valor Adicionado Bruto (3 – 4 – 5)	(111.076)	(1.206.355)	(377.318)
7. Depreciação e Amortização	2.126	455	1.238
8. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (6 – 7)	(113.203)	(1.206.810)	(378.557)
9. Valor Adicionado Recebido/Cedido em Transferência	797.500	(884.790)	(594.227)
Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	830.895	0	0
Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial	(43.958)	(893.431)	(603.607)
Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Administrativa	13.927	8.641	9.360
Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Administrativa	(3.365)	0	0
10. Valor Adicionado Total a Distribuir (8 + 9)	684.298	(2.091.600)	(972.784)
11. Distribuição do Valor Adicionado	684.298	(2.091.600)	(972.784)
Pessoal e Encargos	37.602	54.334	49.616
Conselheiros, Dirigentes e Pessoal Próprio	37.602	54.334	49.616
Remuneração Direta	16.389	25.766	24.858
Benefícios	21.213	28.568	24.758
Impostos, Taxas e Contribuições	5.207	7.282	6.234
Remuneração de Capitais Próprios	641.489	(2.153.215)	(1.028.634)
Fundos	122.118	90.931	157.737
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	519.371	(2.244.146)	(1.186.371)

(*) Taxa de Carregamento de Administração e Demais Receitas Administrativas.

Relatório do auditor independente

VR GROUP AUDITORES & CONSULTORES S/S

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti Contador CRC DF 018838/O-0

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – POSTALIS (SOB REGIME ESPECIAL DE INTERVENÇÃO)** (“POSTALIS” ou “ Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pelo **POSTALIS** (aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº8) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – POSTALIS (SOB REGIME ESPECIAL DE INTERVENÇÃO)** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional (Equilíbrio Atuarial do Plano BD)

As demonstrações contábeis individuais do Plano de Benefício Definido foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Conforme mencionado na nota explicativa 12, a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Definido, em 31 de dezembro de 2018, é deficitária em R\$6.034.68 mil, observada por meio do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Esse fato indica incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional do Plano BD. Os planos da administração para manutenção das atividades do plano BD estão divulgados na nota explicativa nº 2.1.1. e estão embasados principalmente nos seguintes aspectos: a) na efetiva aplicação de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta cuja proposta prevê que o Postalís, a Previc e o Patrocinador (Correios) acordam por uma definição mais adequada de uma estratégia previdenciária para tratamento do desequilíbrio técnico do Plano; b) no êxito nos processos judiciais para



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

recuperação dos ativos provisionados historicamente para perdas, conforme divulgados na nota explicativa nº 5; e c) no estudo específico da análise da liquidez, divulgado na nota explicativa nº 2.1.1, que indica que os recursos garantidores do plano serão compatíveis com suas obrigações até o ano de 2029. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal das atividades do plano. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões matemáticas:

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 das demonstrações contábeis, o Postalis possui consignado em suas demonstrações contábeis provisões matemáticas que são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido à complexidade e julgamento envolvidos no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

-
- Avaliamos a razoabilidade dos mecanismos existentes na estrutura de controles internos do Postalis para o monitoramento dos riscos atuariais. Avaliamos ainda a existência de instrumentos para avaliação quanto à aderência das premissas utilizadas nessas estimativas;
- Efetuamos testes de consistência da base de dados atuarial utilizada pelo Instituto para o cálculo das provisões matemáticas, tais como, confronto das informações da folha de benefícios aos dados constantes nas bases atuariais, confronto dos arquivos de arrecadação das contribuições previdenciárias aos dados constantes nas bases atuariais e inspeção, com base em testes, da documentação suporte ao cadastro do participante e ou assistido;
- Analisamos a razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios administrados pelo Postalis, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial nos cálculos efetuados pelos atuários externos contratados; e
- Analisamos a adequação das divulgações descritas na nota explicativa nº 12 nas demonstrações contábeis, especificamente em relação a conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração das provisões matemáticas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valorização e existência dos investimentos (Recursos garantidores às reservas matemáticas)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 das demonstrações contábeis, o Postalis possui saldos relevantes de investimentos em suas demonstrações contábeis para garantia às reservas matemáticas, classificados nas



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

categorias “títulos para negociação” e “mantidos até o vencimento”. Conforme determinam a Instrução SPC nº 34/2009 e a Deliberação CVM nº 699/2012, os títulos para negociação são marcados à mercado e os títulos mantidos até o vencimento são avaliados à curva (custo amortizado). Considerando a relevância e materialidade dos investimentos no conjunto das demonstrações contábeis, consideramos a valorização e a existência dos referidos ativos como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

- Confrontamos e conciliamos as quantidades e saldos constantes na carteira diária (extrato da custódia) disponibilizado pela instituição financeira responsável pela custódia dos investimentos aos respectivos registros contábeis do Instituto na data-base de 31 de dezembro de 2018;
- Para os ativos com frequente negociação no mercado, classificados na categoria “títulos para negociação”, efetuamos testes substantivos analíticos para avaliar a razoabilidade dos resultados registrados às demonstrações contábeis, bem como, confrontamos os PUs (Preços Unitários de Valor de Mercado) disponíveis no mercado aos respectivos registros contábeis do Instituto na data-base de 31 de dezembro de 2018;
- Com base em testes, para os ativos classificados na categoria de “mantidos até o vencimento”, efetuamos o recálculo da curva de determinados ativos constantes na carteira de investimentos do Postalís na data-base de 31 de dezembro de 2018;
- Para os ativos que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, referentes principalmente aos investimentos CJP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, FIP Energia PCH e Condomínio Logístico Cajamar, analisamos as premissas econômicas e financeiras utilizadas para a marcação a mercado e confrontamos as informações contábeis apresentadas nos laudos de avaliação com as últimas demonstrações contábeis divulgadas; e
- Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa nº 6, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração e a existência dos valores dos investimentos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ênfases

Ativos em Investigação

Conforme descrito na nota explicativa nº 5, o Postalís possui ativos que estão sob investigação das autoridades competentes, com o objetivo de apurar responsabilidade pelos prejuízos ocasionados ao Instituto, em especial o plano BD Saldado pelos sucessivos déficits apurados. A referida investigação decorreu de apurações administrativas, como o Relatório Final da CPMI dos Fundos de Pensão, relatórios de fiscalização e autos de infração realizados pela Superintendência Nacional da Previdência Complementar – Previc e as avaliações da auditoria especial conduzida pelos Correios. Ademais, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM também instaurou procedimentos administrativos para apurar a prática de irregularidades de investimentos realizados com recursos do Instituto. A Administração do



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Postalís impetrou ação judicial contra as empresas BNY Mellon Administração de Ativos e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda., cujo objetivo é receber a multa contratual decorrente do inadimplemento dos réus, bem como recuperar os prejuízos causados, incluindo danos emergentes e lucros cessantes, em virtude dessas operações. Em função do estágio preliminar em que se encontram as medidas e ações adotadas, a mensuração dos possíveis efeitos às demonstrações contábeis não pode ser adequadamente estimada. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA

O compromisso referente ao serviço passado, apurado por ocasião da adequação da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, apresentou, em 31 de dezembro de 2018, saldo atualizado de R\$ 1.725.024 mil. Esta reserva reflete o montante atribuído ao tempo de serviço anterior à data de criação do plano de Benefício Definido. A Administração do Instituto recebeu do patrocinador (ECT) correspondência informando que foi aprovada em reunião extraordinária do seu Conselho de Administração a suspensão dos pagamentos dos valores relativos à RTSA, conforme orientação do Ofício nº 23/2014/SSPG/SE-MC, do Ministério das Comunicações. Dessa forma, este montante foi incluído no total do déficit técnico equacionado, tendo em vista que não haverá integralização da parcela das provisões matemáticas a constituir pelo patrocinador, devendo ser coberta pelo aumento das contribuições extraordinárias dos participantes. Conforme mencionado na nota explicativa nº 11.2 b), a Administração do Instituto impetrou ação contra a patrocinadora ECT para cobrança da referida dívida, a qual encontra-se em andamento, sem decisão final. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 19 de novembro de 2018, com modificação na opinião em função da defasagem de informações sobre o investimento no Fundo de Investimento Energia PCH FIP (Plano BD). Todavia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as informações financeiras do referido investimento foram devidamente atualizadas e não houve impacto julgado material no resultado corrente do exercício.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Parecer Atuarial dos Planos BD e Postalprev

Avaliação Atuarial - Plano Benefício Definido

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a MERCER apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefício Definido - PBD, administrado e executado pelo POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar e tendo como patrocinadoras a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o próprio POSTALIS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2018, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração dos custos dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

Destaca-se que conforme Portaria Previc nº 955, de 03/10/2017, publicada no D.O.U. de 04/10/2017, foi decretada a intervenção no POSTALIS, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da publicação da referida Portaria. A intervenção foi prorrogada por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02 de abril de 2018, conforme Portaria Previc nº 255, de 27 de março de 2018. Posteriormente, em 28 de setembro de 2018, a intervenção foi novamente prorrogada por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 29 de setembro de 2018.

O Plano de Benefício Definido é um Plano Saldado e fechado a novas adesões, ou seja, em extinção, estando registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1981.0004-29, possuindo benefícios de risco e benefícios programados estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD). Portanto, conforme a Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, o Plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD).

A Avaliação Atuarial anual de 2018 contempla o Regulamento vigente na data da Avaliação do Plano de Benefício Definido.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2018, na Data da Avaliação de 31/12/2018, a partir dos dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, posicionados em 31/10/2018 (Data do cadastro), levantados e informados pela Entidade, bem como das informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pela Entidade.

As Provisões Matemáticas, assim como os resultados constantes deste Parecer, estão posicionadas em 31/12/2018, considerando as informações contábeis e patrimoniais do Plano posicionadas na mesma data.

Ressalta-se que, para o Plano de Benefício Definido, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “PBD”, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

De acordo com o POSTALIS, o Plano de Equacionamento referente ao déficit de 2015 não entrou em vigor, por falta de aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, órgão de supervisão do Patrocinador Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, em tempo hábil à época. Diante dessa situação e considerando o processo de intervenção, o Instituto solicitou, na Avaliação Atuarial de 2017, o cancelamento desse equacionamento visto que esse tema é objeto do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC a ser firmado entre o Instituto e a Previc.

O déficit de 2016 também não foi equacionado durante o exercício de 2017, sendo que o Instituto informou que o tema é alvo do TAC a ser firmado entre o Instituto e a Previc.

Conforme informado pelo POSTALIS, o TAC foi formalizado entre o Instituto e o patrocinador, sendo que, até o fechamento deste Parecer, esse Termo estava sob análise da Previc.

Ainda, conforme documento OF.INTERV. – 299/18, o POSTALIS realizou, em 2018, a reclassificação de 15 (quinze) NTN-B que estavam classificadas como “títulos marcados até o vencimento” para “títulos marcados a mercado”, o que trouxe um ganho ao ativo do Plano. Referido ganho, em valores monetários, não foi informado pelo Instituto a esta consultoria.

Cumpramos destacar que a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, publicada no D.O.U. de 30/11/2018, e a Instrução Normativa nº 10, 30/11/2018, publicada no D.O.U. de 03/12/2018, entraram em vigor nas respectivas datas de publicação, produzindo efeitos obrigatórios a partir de 01 de janeiro de 2019 e efeitos facultativos desde a sua publicação. Foram revogadas, a partir de 01/01/2019, as Resoluções CGPC nº 18/2006 e CGPC nº 26/2008, bem como as Instruções Previc nº 19/2015, nº 23/2015, nº 26/2016 e nº 32/2016. Considerando que o POSTALIS não optou pela adoção facultativa da Resolução CNPC nº 30/2018 e Instrução Normativa nº 10/2018, os normativos mencionados neste Relatório permanecem vigentes no encerramento do exercício de 2018.

Adicionalmente, e em face de o POSTALIS não ter informado nenhum outro fato relevante para este Plano, em conformidade com a correspondência MERCER 135 - CT 156/18 de solicitação de dados, consideramos a inexistência de qualquer outro fato adicional, além dos acima mencionados, que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da MERCER, em relação aos planos administrados pelo Instituto.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Tendo em vista que o Plano de Benefício Definido é um plano saldado, o custo normal deste Plano apresenta-se nulo, de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios por este assegurados, nesta Avaliação Atuarial Anual de 2018.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Adicionalmente, ressalta-se que, conforme previsto no Regulamento do Plano, os Aposentados que percebem Abono realizam contribuição, líquida de carregamento administrativo, equivalente a 8,10% do Benefício, limitado ao valor do Abono. Por sua vez, a Patrocinadora contribuirá paritariamente com a contribuição do Aposentado, conforme Regulamento vigente.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano de Benefício Definido, disponibilizadas pelo POSTALIS, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam R\$10.478.961.302,00, sendo sua totalidade estruturada na modalidade de Benefício Definido (BD), segregados em R\$8.865.121.755,00, referentes aos benefícios programados, e R\$1.613.839.547,00, referentes aos benefícios não programados.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes do Plano de Benefício Definido disponibilizadas pelo POSTALIS, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam R\$3.950.055.327,00, sendo R\$3.478.996.193,50, referentes aos benefícios programados, e R\$471.059.133,50, referente aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

As Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2018, R\$5.526.531.037,19 e referem-se, integralmente, a deficit equacionado, sendo R\$1.205.177.275,86 referente ao deficit registrado no exercício de 2012 e R\$4.321.353.761,33 referente ao deficit registrado no exercício de 2014.

Dessa forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas, já descontadas às provisões matemáticas a constituir, do POSTALIS com o Plano, representam o montante total de R\$8.902.485.591,81, em 31/12/2018.

Comparativamente às Demonstrações Atuariais de encerramento de exercício de 2017, posicionadas em 31/12/2017, a variação nominal das Provisões Matemáticas Totais do Plano de Benefício Definido foi negativa em 3,77%, tendo sido registrado o montante de R\$9.251.640.539,67 em 31/12/2017.

Observou-se um aumento de 0,07% nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, que se deve, sobretudo, às novas concessões ocorridas no exercício de 2018, sendo atenuado pela alteração das premissas de fator de capacidade e taxa de juros.

Já a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder apresentou uma redução de 7,58%, devido, especialmente, à redução do número de Participantes (por aposentadorias, falecimentos e saídas do Plano), aumento da taxa de juros, redução do fator de capacidade e pela alteração da hipótese de rotatividade e entrada em invalidez.

Por fim, o aumento das Provisões Matemáticas a Constituir em 0,60% se deve especialmente, pela atualização da provisão matemática a constituir do exercício de 2017 ter sido superior ao pagamento das contribuições extraordinárias vertidas durante o exercício de 2018.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge, especialmente, pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios. Para o Plano de Benefício Definido, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2018 do Plano de Benefício Definido foram aprovadas pelo POSTALIS, sendo que o Instituto estava subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório MERCER 135 - RE 144/18, sendo complementado pelo Relatório MERCER 135 – RE 016/19, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Instrução Previc nº 23/2015.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 4 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade montava R\$21.912.606,06, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$6.012.774.740,93.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício, de 15,21 anos, o limite de deficit para Avaliação Atuarial de 2018 é de R\$997.968.634,84 (11,21% das Provisões Matemáticas). Sendo o deficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$5.014.806.106,09, haverá necessidade de equacionamento obrigatório de no mínimo o valor da parcela que excedeu ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2019.

Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. O Instituto, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo POSTALIS, posicionada em 31/10/2018, foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações do Instituto, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpre-nos esclarecer que a análise efetuada pela MERCER, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Instituto a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018, o PBD não possuía fundos previdenciais.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$8.902.485.591,81, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, já deduzidas das provisões a constituir no montante de R\$5.526.531.037,19, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, correspondente ao montante de R\$2.867.798.244,82, verifica-se um deficit técnico acumulado no montante de R\$6.034.687.346,99, em 31/12/2018, que representou uma redução de 7,19%, comparativamente ao resultado observado em 31/12/2017, de R\$6.502.131.813,12.

A redução do deficit se deve, principalmente, pelo aumento da taxa de juros bem como pelo aumento no patrimônio de cobertura do Plano, em face da reclassificação dos investimentos do Plano.

No período compreendido entre janeiro/2018 e dezembro/2018, a meta atuarial do Plano foi de 8,27%, composta pelo INPC acumulado em 2018 de 3,43% mais taxa de juros de 4,68% a.a., enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi positiva em 14,6553%, conforme informação repassada pelo POSTALIS, representando um ganho atuarial de 5,90%.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pelo POSTALIS foi de R\$21.912.606,06, em 31 de dezembro de 2018. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano é deficitário em R\$6.012.774.740,93.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2018, observa-se que o Plano apresentou deficit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais e estruturais, sendo oriundo, sobretudo, do déficit existente em 2017; do não equacionamento obrigatório do deficit apurado no exercício de 2016; da não aprovação do plano de equacionamento de 2015 pela patrocinadora, com a posterior exclusão do valor referente a esse deficit da provisão a constituir quando da Avaliação de 2017, sendo atenuado pela alteração da hipótese da taxa de juros, bem como da superação da meta atuarial.

Importante mencionar que a situação deficitária do Plano faz com que esse deficit seja atualizado para o ano seguinte pela meta atuarial do Plano, de modo que, para evitar que o deficit do Plano se avolume, ano a ano, se faz necessária uma superação, com margem relevante, da meta atuarial pela rentabilidade do Plano ou outro fator que acarrete um ganho atuarial.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o deficit observado no encerramento do exercício seja, no caso Plano de Benefícios Definido, superior a 11,21% das Provisões Matemáticas, sendo, portanto, necessária adoção de solução de equacionamento do deficit técnico ajustado, uma vez que este monta 67,54% das Provisões Matemáticas no encerramento do exercício de 2018.

Conforme itens anteriores, o montante mínimo a ser equacionado até o final do exercício de 2019 foi apurado em R\$5.014.806.106,09.

Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. O Instituto, dentro os critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Observado que o Plano se encontra saldado e em extinção e, conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no Relatório MERCER 135 - RE 144/18, entendemos que os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2018, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo, e exigíveis do Plano foram os informados pelo POSTALIS,

através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade do Instituto e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos;

2) Motivado pelo estudo realizado pela Mercer, apresentado no Parecer Atuarial 097/18, onde o Plano PBD apresentou falta de liquidez a partir do ano de 2023, o interventor, por meio do OF.INTERV. – 299/18, determinou a mudança de classificação de 15 (quinze) NTN-B que estavam classificadas como “títulos marcados até o vencimento” para “títulos marcados a mercado”;

3) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação deverá atestar a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, que revogou a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores;

4) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$20.823.625,30, sendo o montante de R\$4.615.784,51 referentes ao Fundo dos Investimentos e R\$16.207.840,79 referentes ao Fundo Administrativo, tendo ambos a respectiva cobertura patrimonial, cuja determinação é de responsabilidade do Instituto. No exercício de 2018 o Plano PBD não registrou Fundo Previdencial em seu Balancete, posicionado em 31/12/2018;

5) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2018, comparativamente às adotadas para o exercício de 2017, procederam-se às seguintes alterações:

- i. Rotatividade: EXP. GAMA ROT 2018 em substituição à EXP. GAMA ROT 2017;
- ii. Fator de Capacidade: 0,9800 em substituição a 0,9824;
- iii. Taxa de Juros: 4,90% em substituição a 4,68%; e
- iv. Entrada em Invalidez: Light Média (D65%) em substituição à Light Fraca.

4.1) A premissa referente à Composição Familiar de Ativos não foi alterada, no entanto, face às variações das características da base de dados, os parâmetros da premissa foram modificados conforme segue: Família padrão calculada com base nos dados de dependentes posicionados na data-base da avaliação atuarial (54,61% das mulheres tem dependente vitalício de mesma idade e 88,95% dos homens tem dependente vitalício, 5 anos mais jovem, e fator de reversão médio de 0,861) em substituição à hipótese de que 54,80% das mulheres tem dependente vitalício, 2 anos mais velho, e 78,49% dos homens tem dependente vitalício, 4 anos mais jovem, e fator de reversão médio de 0,861.

6) Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016 foi determinada a necessidade de equacionamento obrigatório durante o exercício de 2017, do montante de R\$310.998.242,26, o que não ocorreu. Conforme informações do POSTALIS está sob análise da Previc um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, para solucionar essa questão e outras situações do PBD;



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

7) De acordo com o POSTALIS, o Plano de Equacionamento referente ao déficit de 2015 não entrou em vigor, por falta de aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, órgão de supervisão do Patrocinador Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, em tempo hábil à época. Diante dessa situação e considerando o processo de intervenção, o Instituto solicitou, na Avaliação Atuarial de 2017, o cancelamento desse equacionamento visto que esse tema é objeto do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC a ser firmado entre o Instituto e a Previc.

8) Em face de manter a suficiência das taxas dos equacionamentos vigentes, foi realizado o rebalanceamento das Provisões a Constituir referentes aos Planos de Equacionamento de Deficit dos exercícios de 2012 e 2014, no que tange às parcelas de responsabilidade dos Participantes de um lado e dos Assistidos de outro.

9) As contribuições extraordinárias referentes ao equacionamento de 2012 e 2014 devida pelos Participantes que tiveram a liminar cassada, foram consideradas no montante referente aos Participantes, tendo em vista que será cobrada posteriormente pelo Instituto.

10) O POSTALIS vem trabalhando na construção de uma estratégia previdencial, de forma a se buscar uma solução mais efetiva para a situação econômica, financeira e atuarial do Plano.

3. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2019, com início de vigência a partir de 1º de abril de 2019, deverá ser aprovado pelo Interventor do POSTALIS e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao POSTALIS zelar pela sua fruição:

PARTICIPANTES			
CONTRIBUIÇÃO NORMAL			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano salgado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade dos Participantes é nulo.			
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFICIT			
a) Compromissos com deficit equacionados (1):			
Descrição	Deficit Remanescente	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)
Deficit Equacionado 2012	R\$166.904.698,89	3,85%	243
Deficit Equacionado 2014	R\$600.219.988,41	13,92%	247
(1) Valores posicionados em 31/12/2018, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.			
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - JOIA			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano salgado e fechado a novas adesões, não há contribuições de joia a serem vertidas ao plano.			
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS e VINCULADOS			
CONTRIBUIÇÃO NORMAL			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano salgado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade dos Participantes Autopatrocinados e Vinculados é nulo.			
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFICIT			
Compromissos com deficit equacionados (2):			
Descrição	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)	
Deficit Equacionado 2012	7,70%	243	
Deficit Equacionado 2014	27,84%	247	
(2) Os Participantes Autopatrocinados e Vinculados contribuem com o dobro dos percentuais referente às contribuições extraordinárias dos Participantes.			
PATROCINADORAS			
CONTRIBUIÇÃO NORMAL			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano salgado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade da Patrocinadora é nulo. A Patrocinadora contribuirá com o montante equivalente à soma das Contribuições devidas pelos Assistidos vinculados ao Patrocinador.			
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFICIT			
b) Compromissos com deficit equacionados (1):			
Descrição	Deficit Remanescente	Parcela	Prazo Remanescente (em meses)
Deficit Equacionado 2012	R\$598.646.050,10	R\$3.597.176,81	243
Deficit Equacionado 2014	R\$2146.982.381,77	R\$12.995.050,79	247
(1) Valores contratados firmados entre a Patrocinadora e o Instituto, posicionados em 31/12/2018, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.			
ASSISTIDOS			
CONTRIBUIÇÃO NORMAL			
APOSENTADOS	Percentual sobre o valor do benefício mensal da renda continuada percebido pelos Aposentados que recebem Abono, limitado ao valor do Abono, na forma prevista nos ditames regulamentares.	8,10%	
PENSIONISTAS	Não Aplicável	0,00%	
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFICIT			
Compromissos com deficit equacionados (1):			
Descrição	Deficit Remanescente	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)
Deficit Equacionado 2012	R\$439.626.526,87	3,85%	243
Deficit Equacionado 2014	R\$1.574.151.391,15	13,92%	247
(1) Valores posicionados em 31/12/2018, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.			
CUSTEIO ADMINISTRATIVO			
Em conformidade com a definição do Instituto acerca do Custeio Administrativo do Plano de Benefício Definido, seguem a seguir:			
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre as contribuições dos Assistidos que vertem Contribuições Normais de responsabilidade da Patrocinadora	6,9%		
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre as contribuições dos Assistidos que vertem Contribuições Normais	6,9%		
c) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,000%		

Ressalta-se que o Plano de Custeio Administrativo deverá ser objeto de deliberação pela Entidade.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-actuarial do Plano de Benefício Definido, em 31/12/2018 é deficitária em R\$6.034.687.346,99, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Levando-se em consideração o ajuste de precificação, o Plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$6.012.774.740,93, o que representa 67,54% das Provisões Matemáticas, ficando, desta forma, acima do limite máximo definido conforme Resolução MPS/CNPC nº 22/2015, de R\$997.968.634,84, ou seja 11,21% das Provisões Matemáticas. Há, portanto, no exercício de 2019, a obrigatoriedade da realização e aprovação de plano de equacionamento de deficit, no montante mínimo de R\$5.014.806.106,09.

O Instituto, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

ANEXO I – EVOLUÇÃO DO RESULTADO

Descrição	Valor (R\$)
Equilíbrio Técnico (Deficit)/Superavit em 31/12/2017	(6.502.131.813,12)
Alterações da base cadastral (1)	(103.739.407,78)
Atualização do Deficit acumulado(2)	(537.760.372,12)
Atualização da Provisão a Constituir (3)	32.922.784,66
Ganho decorrente da remensuração do Patrimônio de Cobertura do Plano	118.289.518,27
Ganho decorrente da rentabilidade acima da meta atuarial (4)	383.434.508,00
Alteração Hipótese Atuariais	574.297.435,10
Fator de Capacidade (5)	35.064.663,30
Taxa de Juros (6)	410.478.928,20
Rotatividade (7)	99.541.139,00
Entrada em Invalidez	29.212.704,60
Equilíbrio Técnico – (Deficit)/Superavit em 31/12/2018	(6.034.687.346,99)
<small>(1) Considera o impacto da saída de Participantes ou Assistidos que não requereram benefícios de Aposentadoria ou geraram Pensões no Plano, bem como variações dos benefícios saldados e do INSS utilizados;</small>	
<small>(2) Representa a aplicação da meta atuarial (8,27%) sobre o deficit remanescente no final do exercício de 2017 e que não foi equacionado;</small>	
<small>(3) Ganho em virtude da atualização da provisão a constituir existente em 31/12/2017 ter sido superior ao pagamento de contribuições extraordinárias no exercício de 2018;</small>	
<small>(4) A rentabilidade do Plano BD no exercício de 2018 foi positiva de 14,6553%, superior à meta atuarial (8,27%), gerando um ganho técnico-actuarial de 5,90% das Provisões Matemáticas;</small>	
<small>(5) Redução da hipótese de 98,24% para 98,00%, 0,24 ponto percentual;</small>	
<small>(6) Aumento de 0,22 ponto percentual na taxa de juros, sendo adotada a taxa de juros real de 4,90% ao ano em substituição a taxa de 4,68% ao ano;</small>	
<small>(7) Mudança da premissa de EXP. GAMA ROT 2017, para a hipótese EXP. GAMA ROT 2018, criada com base nos dados de desligamentos de Participantes do Plano nos últimos 8 anos, que possui uma média de 1,17% até a data de aposentadoria;</small>	

DOUGLAS LEMES GONÇALVES
 Atuário MIBA 2.225 - MTPS/RJ
 ATUÁRIO
MARIANA C. MACIEIRA SOUZA FIGUEIREDO
 Atuária MIBA 1.702 MTPS/RJ
 ATUÁRIA E CONSULTORA SÊNIOR



Parecer Atuarial dos Planos BD e Postalprev

Avaliação Atuarial - Plano Postalprev

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nos 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a Mercer apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano POSTALPREV, administrado e executado pelo POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar e tendo como patrocinadores a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e o próprio POSTALIS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2018, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração dos custos dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

Destaca-se que, conforme Portaria Previc nº 955, de 03/10/2017, publicada no D.O.U. de 04/10/2017, foi decretada a intervenção no POSTALIS, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a partir da data da publicação da referida Portaria. A intervenção foi prorrogada por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02 de abril de 2018, conforme Portaria Previc nº 255, de 27 de março de 2018. Posteriormente, foi novamente prorrogada por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 29 de setembro de 2018, conforme Portaria Previc nº 893, de 28 de setembro de 2018.

O Plano POSTALPREV está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 2002.0047-65, possuindo benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e benefícios programados com características de Contribuição Variável (CV). Portanto, conforme a Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, o Plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV).

A Avaliação Atuarial anual de 2018 contempla o Regulamento vigente na data da Avaliação do Plano POSTALPREV. Ressalta-se que o Plano se encontra em manutenção normal.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2018, na Data Base de 31/10/2018, a partir dos dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pelo Instituto, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pelo POSTALIS, posicionadas em 31/12/2018.

As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer, estão posicionadas em 31/12/2018, considerando as informações contábeis e patrimoniais do Plano posicionadas na mesma data.

Para o Plano POSTALPREV, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “POSTALPREV”, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Cumpre-nos destacar que a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, publicada no D.O.U. de 30/11/2018, e a Instrução Normativa nº 10, 30/11/2018, publicada no D.O.U. de 03/12/2018, entraram em vigor nas respectivas datas de publicação, produzindo efeitos obrigatórios a partir de 01 de janeiro de 2019 e efeitos facultativos desde a sua publicação. Foram revogadas, a partir de 01/01/2019, as Resoluções CGPC nº 18/2006 e CGPC nº 26/2008, bem como as Instruções Previc nº 19/2015, nº 23/2015, nº 26/2016 e nº 32/2016. Considerando que o POSTALIS não optou pela adoção facultativa da Resolução CNPC nº 30/2018 e Instrução Normativa nº 10/2018, os normativos mencionados neste Relatório permanecem vigentes no encerramento do exercício de 2018.

Adicionalmente, e em face de o POSTALIS não ter informado nenhum fato relevante para este Plano, em conformidade com a correspondência MERCER 135 - CT 156/18 de solicitação de dados, consideramos, portando, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação aos planos administrados pelo Instituto.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios de risco assegurados pelo Plano POSTALPREV são os de Benefício Mínimo, Aposentadoria por Invalidez, Auxílio Doença, Pecúlio por Morte e Pensão por Morte. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo que o Auxílio Doença e o Pecúlio por Morte adotam o regime de Repartição Simples, enquanto que os demais são avaliados sob o Regime de Capitais de Cobertura.

O benefício programado, qual seja, Renda de Aposentadoria, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo avaliado através do Regime de Capitalização e pelo método de Capitalização Financeira.

O custo normal total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em 31/12/2018, foi de 10,1918% da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, sendo 0,7981% relativo aos benefícios de risco e 9,3937% aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício de 2017, houve um aumento do custo do Plano de 0,2264 pontos percentuais, motivado pelo aumento das contribuições básicas e regulares, amenizado pela redução do custo dos benefícios de risco devido à redução da folha salarial e diminuição da expectativa de crescimento salarial, além das mudanças cadastrais.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano POSTALPREV disponibilizadas pelo POSTALIS, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam R\$478.952.832,57, sendo R\$114.910.991,57 estruturadas na modalidade de Contribuição Definida e R\$364.041.841,00 estruturadas na modalidade de Benefício Definido.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes Ativos do Plano POSTALPREV disponibilizadas pelo POSTALIS, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam R\$3.638.936.796,44, sendo sua totalidade referente aos benefícios programados estruturados, na fase de acumulação, na modalidade de Contribuição Definida.

Não foram apuradas Provisões Matemáticas a Constituir, em 31/12/2018, para o Plano POSTALPREV.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas do POSTALIS com o Plano representam o montante total de R\$4.117.889.629,01, em 31/12/2018.

Comparativamente às Demonstrações Atuariais de encerramento de exercício de 2017, posicionadas em 31/12/2017, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano POSTALPREV foi positiva em 14,80%, tendo sido registrado o montante de R\$3.586.961.458,58 em 31/12/2017.

O aumento de 1,91% nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos deve-se, em especial, à movimentação da massa de Participantes e Assistidos ocorrida entre as datas bases das Avaliações Atuariais, além de alterações de hipóteses atuariais de taxa de juros e fator de capacidade.

O aumento de 16,75% nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder deve-se, em especial, ao incremento, relativo às contribuições efetuadas durante o exercício de 2018 e pela rentabilidade positiva do Plano no exercício.

Por estar estruturado majoritariamente na modalidade de Contribuição Definida, sendo a representatividade da parcela em Benefício Definido de 8,84% das Provisões Matemáticas Totais, as variações nas Obrigações Matemáticas do Plano são justificadas, na maior parte, pelas variações nos Saldo de Contas existentes.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge, especialmente, pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios. Para o Plano POSTALPREV, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2018 do Plano POSTALPREV foram aprovadas pelo POSTALIS, sendo que o Instituto estava subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio dos Relatórios MERCER 135 - RE 144/18 e MERCER 135 RE 153/18, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Instrução Previc nº 23/2015.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano POSTALPREV não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2018, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo POSTALIS, posicionada em 31/10/2018, foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpramos esclarecer que a análise efetuada pela MERCER na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Instituto a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018, o Plano tem constituído o Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar e Outros Fundos Previstos em Nota Técnica.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído com as contribuições específicas para cobertura dos benefícios de risco (alíneas “b” e “c” dos artigos 27 e 37 do Regulamento), acrescido dos saldos remanescentes da Conta de Contribuições do Patrocinador no caso de resgate e das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, no caso de Aposentadoria por Invalidez em que o Participante retorne à Atividade. Este Fundo é destinado ao pagamento das despesas com Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte e Garantias Mínimas de Pensão por Morte de Participante e Aposentadoria por Invalidez. Em 31/12/2018, esse Fundo montava em R\$433.882.359,70.

O Fundo Previdencial - Outros Fundos Previstos em Nota Técnica é constituído mensalmente: pela Provisão Matemática de Participantes e Assistidos falecidos, cujos benefícios de auxílio-doença ou de aposentadoria não se transformem em Pensão; pela Provisão Matemática de Pensionistas cuja Pensão se extinga pela desabilitação de todos os Beneficiários; e, quando determinado no Plano de Custeio, parcela das Contribuições Específicas destinadas a segurar o Plano quanto ao esperado desagravamento da taxa de mortalidade. Além desses recursos, anualmente, o Fundo Previdencial será atualizado pelo mesmo índice de atualização da reserva de origem. O Fundo será utilizado para auxiliar a não contaminação dos resultados do Plano quando da insuficiência de cobertura das Provisões geradas pelas perdas atuariais (hipóteses atuariais não realizadas). Em 31/12/2018, montavam R\$41.998.732,81.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$4.117.889.629,01, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, informado pelo POSTALIS, correspondente ao montante de R\$4.141.233.980,50, verifica-se um superávit técnico acumulado no montante de R\$23.344.351,49, em 31/12/2018, que representou uma redução de 181,68% comparativamente ao resultado observado em 31/12/2017, quando se verificou um deficit de R\$28.581.972,76.

A redução do deficit e o surgimento do superavit se deve, principalmente, pela superação da meta atuarial do Plano e mudanças cadastrais, em especial, no número de aposentados inválidos e pensionistas, sendo atenuado pela redução das hipóteses de taxa de juros.

No período compreendido entre janeiro/2018 e dezembro/2018, a meta atuarial do Plano foi de 8,60%, composta pelo INPC 2018 de 3,43% mais taxa de juros de 5,00%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período, apurada pela variação da Cota Patrimonial, foi de 10,5276%, conforme informação repassada pelo POSTALIS, representando um ganho atuarial de 1,77%.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pelo POSTALIS foi de R\$36.514.920,58, em 31 de dezembro de 2018. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano é superavitário, no montante de R\$59.859.272,07. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superávit.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2018, observa-se que o Plano apresentou superávit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo, dentre outras causas, da superação da meta atuarial na Parte BD do Plano, além das variações estatísticas em torno das premissas atuariais adotadas, complementado pela redução do quantitativo de benefícios concedidos de Aposentadoria de Invalidez e Pensões.

A totalidade do superávit apurado em 31/12/2018, no montante de R\$23.344.351,49, foi alocada na Reserva de Contingência, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, visto que o mesmo representa 6,41% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de Benefício Definido do Plano e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2018 de 11,80 anos, o limite da Reserva de Contingência é de 21,80%.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

Tendo em vista que o Plano POSTALPREV não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2018, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios programados, o regime de Capitalização conjugado com o método de Capitalização Financeira. Para os benefícios não programados, estruturados em benefício definido, utiliza-se o Regime de Repartição Simples para o benefício de Auxílio Doença e Pecúlio por Morte, e, para os demais benefícios, é utilizado o Regime Repartição de Capitais de Cobertura.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2018, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundos dos investimentos e administrativo, e exigíveis do Plano utilizados foram os informados pelo POSTALIS, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade do Instituto, e considerados, para fins da avaliação, que tais valores refletem a realidade dos fatos;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, parcela destes estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação deverá atestar a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, que revogou a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002;

3) Os Fundos do Plano montavam, em 31/12/2018, a quantia de R\$614.898.775,50, sendo R\$475.881.092,51 referentes a Fundos Previdenciais, R\$124.916.313,78 referentes à Fundo Administrativo e R\$14.101.369,21 referentes à Fundo dos Investimentos. Os fundos Administrativo e de Investimento foram extraídos do balancete do Plano posicionado em 31/12/2018 e os Fundos Previdenciais foram calculados pelo método de recorrência financeira na Avaliação de 31/12/2018;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2018, comparativamente às adotadas para o exercício de 2017, procederam-se às seguintes alterações:

- i. Crescimento Salarial: 2,47% a.a. em substituição a 2,77% a.a.;
- ii. Rotatividade: Experiência POSTALPREV 2014-2017 em substituição a Experiência POSTALPREV 2014-2016;
- iii. Taxa de juros: 4,95% a.a. em substituição a 5,00% a.a.; e
- iv. Fator de Capacidade: 0,9800 em substituição a 0,9804.



RAI 2018

Relatório Anual de Informações

4.1) A premissa referente à Composição Familiar de Ativos não foi alterada, no entanto, face às variações das características da base de dados, os parâmetros da premissa foram modificados conforme segue: Família padrão calculada com base nos dados de dependentes posicionados na data-base da avaliação atuarial (58,10% das mulheres possuem dependente vitalício 0,76 anos mais velho e 87,42% dos homens possuem dependente vitalício 4,21 anos mais jovem e fator de reversão médio de 0,80) em substituição à hipótese de que 60,08% das mulheres possuem dependente vitalício 2,65 anos mais velho e 62,28% dos homens possuem dependente vitalício 2,89 anos mais jovem e fator de reversão médio de 0,80).

3. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2019, com início de vigência em 1º de abril de 2019, conforme indicado pelo Instituto, deverá ser aprovado pelo Interventor do POSTALIS e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao POSTALIS zelar pela sua fruição:

PARTICIPANTES			
CONTRIBUIÇÃO NORMAL			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade dos Participantes é nulo.			
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DEFICIT			
a) Compromissos com deficit equacionados (1):			
Descrição	Deficit Remanescente	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)
Deficit Equacionado 2012	R\$166.904.698,89	3,85%	243
Deficit Equacionado 2014	R\$600.219.988,41	13,92%	247
(1) Valores posicionados em 31/12/2018, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.			
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – JOIA			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado e fechado a novas adesões, não há contribuições de joia a serem vertidas ao plano.			

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS e VINCULADOS

CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano salgado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade dos Participantes Autopatrocinados e Vinculados é nulo.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DEFICIT

Compromissos com deficit equacionados (2):

Descrição	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)
Deficit Equacionado 2012	7,70%	243
Deficit Equacionado 2014	27,84%	247

(2) Os Participantes Autopatrocinados e Vinculados contribuem com o dobro dos percentuais referente às contribuições extraordinárias dos Participantes.

PATROCINADORAS

CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano salgado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade da Patrocinadora é nulo.

A Patrocinadora contribuirá com o montante equivalente à soma das Contribuições devidas pelos Assistidos vinculados ao Patrocinador.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DEFICIT

b) Compromissos com deficit equacionados (1):

Descrição	Deficit Remanescente	Parcela	Prazo Remanescente (em meses)
Deficit Equacionado 2012	R\$598.646.050,10	R\$3.597.176,81	243
Deficit Equacionado 2014	R\$2.146.982.381,77	R\$12.995.050,79	247

(1) Valores contratados firmados entre a Patrocinadora e o Instituto, posicionados em 31/12/2018, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.

ASSISTIDOS

CONTRIBUIÇÃO NORMAL

APOSENTADOS	Percentual sobre o valor do benefício mensal da renda continuada percebido pelos Aposentados que recebem Abono, limitado ao valor do Abono, na forma prevista nos ditames regulamentares.	8,10%
PENSIONISTAS	Não Aplicável	0,00%

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DEFICIT

c) Compromissos com deficit equacionados (1):

Descrição	Deficit Remanescente	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)
Deficit Equacionado 2012	R\$439.626.526,87	3,85%	243
Deficit Equacionado 2014	R\$1.574.151.391,15	13,92%	247

(1) Valores posicionados em 31/12/2018, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Em conformidade com a definição do Instituto acerca do Custeio Administrativo do Plano de Benefício Definido, seguem a seguir:

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre as contribuições dos Assistidos que vertem Contribuições Normais de responsabilidade da Patrocinadora	6,9%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre as contribuições dos Assistidos que vertem Contribuições Normais	6,9%
c) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,000%

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuária do Plano POSTALPREV, em 31/12/2018, é superavitária em R\$23.344.351,49, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo integralmente alocado em Reserva de Contingência. Após o Ajuste de Precificação de R\$36.514.920,58, resulta em um Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$59.859.272,07.

Sendo assim, a situação econômico-atuária do Plano é Superavitária, não havendo, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de distribuição de Superávit, tendo em vista a não ocorrência de Reserva Especial durante três exercícios consecutivos.

DOUGLAS LEMES GONÇALVES

Atuário MIBA 2.225 - MTPS/RJ

ATUÁRIO

MARIANA CRISTINA M. SOUZA FIGUEIREDO

Atuária MIBA 1.702 MTPS/RJ

ATUÁRIA E CONSULTORA SÊNIOR

EXPEDIENTE

POSTALIS

Instituto de Previdência Complementar

INTERVENTOR

Walter de Carvalho Parente

GRUPO DE APOIO À GESTÃO

Gerente de Auditoria Interna
Gerente de Controladoria
Gerente de Controles Internos e Compliance
Gerente Jurídico
Gerente de Gestão Previdencial
Gerente de Investimentos

RAI 2018 – Relatório Anual de informações 2018

Edição: Daniel Oliveira
Coedição: Ana Cláudia Figueiredo
Design Gráfico: Daniel Oliveira

COMITÊ DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Ana Cláudia Figueiredo
Marco Aurélio Weyne
Felipe Luciano
Raul Castro

REDAÇÃO

Ana Cláudia Figueiredo
Marco Aurélio Weyne
Leonardo Dias

FOTOGRAFIA

Isabelle Araújo
Leonardo Dias

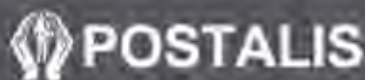
REVISÃO

Ana Cláudia Figueiredo
Leonardo Dias

GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO

Fone: 4003-3669 – E-mail: relacionamento@postalis.com.br

Site: www.postalis.org.br



Centro Empresarial Brasília Shopping
SCN, Quadra 05, Bloco A, Torre Sul – sala 401
Asa Norte – Brasília/DF
CEP 70.715-900